

MISCELANEA

PALABRAS DEL CORONEL CARLOS GOMES BESSA, SECRETARIO DE LA ACADEMIA PORTUGUESA DE LA HISTORIA, EN LA JUNTA DEL JUEVES 9 DE JUNIO DE 1988, DURANTE LA ENTREGA DEL COLLAR DE HONOR PARA EL DR. MORON Y MEDALLAS CONMEMORATIVAS PARA LOS NUMERARIOS L. BELTRAN GUERRERO, ILDEFONSO LEAL, RAFAEL A. ROJAS Y J. L. SALCEDO BASTARDO

Senhor Director da Academia Nacional de la Historia de Venezuela, Doutor Guillermo Morón,

Senhor Embaixador de Portugal, Doutor Duarte Vaz Pinto,

Eminentes Individuos de Número e Correspondentes da Academia Nacional de la Historia de Venezuela,

Eminentes Confrades Venezolanos da Academia Portuguesa da História

Senhoras e Senhores:

Os laços de entendimento, colaboração e afecto entre as nações são as suas Instituições e os seus homens que as estabelecem. Assim tem acontecido, acontece e há-de acontecer entre a Venezuela e Portugal. Por elevado número de motivos, de que a alguns viremos adiante a fazer referência.

Esses laços existem hoje, fecundos e actuantes, como veremos, entre a Academia Nacional de la Historia de Venezuela e a Academia Portuguesa da História.

Encontram-se aqui presentes nesta sala vários eminentes historiadores venezuelanos que, pelo ingresso na Academia Portuguesa, mercê do alto mérito da sua obra historiográfica e das provas dadas de afecto pelo meu País, mais empenhados e vinculados se encontram hoje a ese objectivo de relevante importância para as nossas duas fraternas nações.

A ele me sinto eu obrigado e voluntariamente integrado nas fileiras dos que, de um lado e outro, por ele lutam e o pretendem servir.

Consciência plena da relevância desta ideia existe na Academia Portuguesa da História e no seu Presidente, Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, o primeiro dos seus Membros que teve a honra de ser distinguido com a eleição para a vossa.

Para testemunhar tal ideia o Conselho Académico e o seu Presidente investiram-me na gratíssima e muito honrosa incumbência, mediante a credencial que acabei de ler, para, em nome de Academia Portuguesa de História, efectuar a entrega do Colar de Honra, ao seu eminente Académico e Director da prestigiosa Academia Nacional de la História de Venezuela, Doutor Guillermo Morón.

É a forma de homenagear a primeira, na sua mais representativa figura, mas não se confina a isso o acto que irá efectivar-se. A homenagem é também pessoal, ao mérito e prestígio invulgares do Doutor Guillermo Morón, que a Academia Portuguesa se regozija e se exalta por ter como um dos seus Membros dos mais distintos.

Eleito em 8 de Maio de 1987, Doutor em História pela Universidade Central de Madrid, Professor Catedrático da Universidade Simón Bolívar de Caracas, antigo Professor de Cultura Hispânica na Universidade de Hamburgo, e dos Cursos de Filosofia da História e da Cultura nas Universidades Central de Madrid e de Gotinga, dispõe de um currículo impressionante, quer na área da docência, quer na actividade académica na Venezuela e no estrangeiro, por fazer parte de elevado número de Academias e ter representado o seu País em inúmeros Congressos e Assembleias internacionais de História e de Cultura.

É invulgar, além disso, a sua obra histórica e cultural com mais de 100 títulos, dos quais destacaremos “Los orígenes históricos de Venezuela”, “A History of Venezuela”, o manual da “História de Venezuela”, com grande número de edições, a monumental “História da Venezuela”, em 5 volumes e 3 edições, a “História Contemporânea de América Latina”, a edição chinesa da sua história da Venezuela, com uma tiragem de 10 milhões de exemplares. Como o são também as suas actividades periodísticas, corporativas e de homem público, assim como as distinções honoríficas, os prémios literários, entre os quais o de “El escritor del Año” da Venezuela em 1980 e as muitas e valiosas condecorações que lhe foram concedidas.

A sua projecção internacional é enorme, a ponto de um seu biógrafo ter dito que, por ser um venezuelano aberto ao mundo, é “Un hombre que está acima do conceito de nacionalidade”. Este motivo importa de modo especial, quando venezuelanos e portugueses se empenham em contribuir, com as suas relações exemplarmente amistosas, para reforçar uma Comunidade entre os países da Península Ibérica e os que na América nasceram, depois de viverem em conjunto um período de história comum.

Não me alongarei a apreciar os altos méritos do Doutor Guillermo Morón. Não o permite o tempo disponível, e seria impróprio fazê-lo perante quem conhece o seu valor de forma muito mais profunda e convivente.

As referências genéricas apresentadas apenas quiseram significar que também a Academia Portuguesa da História, e eu pessoalmente, estamos cientes desse valor e desses méritos.

Ao pretender dar testemunho público de admiração e homenagem ao Doutor Guillermo Morón, além disso, entendemos que o acto extravasa o âmbito aca-

démico, para ter um cunho nacional. Por isso, pedirei ao Ilustre Embaixador de Portugal, Doutor Duarte Vaz Pinto, o grande obséquo de comigo entregar o Colar de Honra da Academia Portuguesa da História. Antes disso saúdo, com muito respeito e com cordial estima, o Doutor Guillermo Morón.

A Academia Portuguesa da História, herdeira das tradições da Real Academia fundada pelo nosso Rei D. João V, em 1720, nunca extinta, e restaurada em 1936, deseja, além disso, associar a comemoração do Cinquentenário desta última efeméride a todos os seus Académicos venezuelanos. Por tal motivo, trago mais a incumbência de entregar as Medalhas Comemorativas do Cinquentenário, àqueles a quem a entrega ainda não havia sido feita pessoalmente, como pôde acontecer com o nosso eminente Académico de Mérito, Doutor Arturo Uslar Pietri, que saúdo, entretanto, com o maior respeito.

Muito agradeço ao Senhor Director desta Academia o obséquo de fazer chegar aos que não puderem estar presentes as Medalhas que lhes são destinadas e depositarei em suas mãos.

Para todos e para terminar, afirmarei, uma vez mais, que será sempre com o maior júbilo que a Academia Portuguesa da História os receberá, quando as circunstâncias lhes permitirem estar presentes em Lisboa na sua Casa que também é vossa.

Academicos Venezuelanos da Academia Portuguesa da História (alem do Doutor Arturo Uslar Pietri):

Doutor Guillermo Morón,
Doutor José Luis Salcedo-Bastardo,
Doutor Rafael Armando Rojas,
Doutor Luis Beltrán Guerrero.
Doutor Ildefonso Leal.

**LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA
RECIBE AL CORONEL CARLOS GOMES BESSA,
SECRETARIO DE LA ACADEMIA PORTUGUESA
DE HISTORIA (9-6-1988)**

PALABRAS DEL DR. GUILLERMO MORON, DIRECTOR DE
LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA

*Excelentísimo Señor Embajador,
Excelentísimo Don Carlos Gomes Bessa:*

La fama le había precedido ya entre nosotros, su lúcida intervención de esta tarde, no hace sino corroborar las voces de esa fama: su inteligencia, sus saberes,

su amplia cultura, su presencia de dirigente en su patria y en sus alrededores (los alrededores son toda Europa). Me complace mucho haber escuchado con atención su comunicación. Toda la Academia ha estado atenta a ella. Vamos a estudiarla con detenimiento y oportunamente recibirá usted los resultados de ese estudio. En primer lugar le rogaré que nos deje copia de sus dos intervenciones para publicarlas en el Boletín de la Academia que sale con toda regularidad cada tres meses y para darla a conocer al país. Nos complace esta generosa demostración de afecto que nos ha traído en la tarde de hoy con las distinciones tan merecidas por mis colegas todos y tan escasamente merecidas por mí; yo no soy más que un buen peón del trabajo de la cultura en esta Academia desde hace 30 años. Las generosidades de mis colegas académicos me han hecho Director en el actual período de los años 1987-1989 por pura casualidad y por la desgracia de haber muerto uno de los más eminentes historiadores venezolanos, dignísimo Director de esta institución cuyo nombre usted ha mencionado, el Dr. Carlos Felice Cardot. Si no hubiera sido por esa circunstancia él estaría, con valor intelectual, con verdadero valor académico, en este momento aquí en la Dirección de esta institución. Pero desde luego, me complace estar en la tarde de hoy recibéndole a usted, recibiendo la voz de la Academia Portuguesa de la Historia, recibiendo el eco de la extraordinaria cultura portuguesa. Don Miguel de Unamuno en un ensayo de 1909 que luego se recogió en uno de los bellos libros titulados "Por tierra de Portugal y de España", muy publicado por cierto tanto en lengua española, la de Miguel de Unamuno, como en lengua portuguesa, la suya de Ud., se quejaba de cómo en aquel momento histórico España y Portugal se daban la espalda a pesar de los siglos de hermandad, a pesar de haber sido los dos pueblos creadores de hermosas culturas de nuestro mundo occidental. Hace unos treinta años me quejaba yo a la manera de Don Miguel de Unamuno sobre el mismo fenómeno entre los países de lengua castellana, entre ellos Venezuela, y el extraordinario vecino país, Brasil. También estuvimos durante mucho tiempo de espaldas los unos a los otros; afortunadamente ya pasó ese período histórico y ahora las relaciones entre España y Portugal, las relaciones entre Venezuela específicamente y el Brasil, las relaciones entre nuestras dos lenguas, nuestras dos culturas, existen y se fortalecen. Podemos leer en nuestro tiempo, como se leyó en el suyo a Camoes y podemos leer como se está leyendo en estos días en Caracas, con gran pasión, a Pessoa y podemos leer desde luego a los grandes escritores de ambas orillas de la cultura portuguesa que usted con tanta inteligencia, con tantos saberes y con tanta magnífica lucidez representa.

La Academia Nacional de la Historia va a cumplir 100 años el 28 de octubre próximo. Invitamos a su Academia al Sexto Congreso de Historia que celebraremos en esta oportunidad.

He recibido y seguramente trajo usted esa correspondencia, una carta de su presidente, nuestro amigo el Prof. Verissimo Serrao en la cual nos anuncia que desgraciadamente no podrá venir porque estará en ese momento cumpliendo obligaciones personales y de la Academia en el Brasil. Voy a tomarme la atribución con permiso de todos los individuos de número, para invitarlo a título personal para que venga a Caracas en el mes de octubre, para que venga a acompa-

ñarnos al VI Congreso de Historia. Será nuestro invitado especial y nuestro huésped de honor. Estoy seguro que todos los individuos de número apoyarán esta atribución que me tomo como Director de la Academia Nacional de la Historia.

Hacemos lo posible en esta institución y en Venezuela por entender apropiadamente los procesos históricos de nuestros 500 años de tradición. 500 años de tradición en diversas lenguas europeas, las que nos corresponden a nosotros.

La española y la portuguesa aparecen en una vasta obra que realizamos por primera vez en América: La Historia General de América que dirijo desde 1973, es una obra de 40 volúmenes de la cual se han publicado ya 11 volúmenes, le dedicamos al Brasil 5 volúmenes para la historia política, para la historia social, para la historia económica y para la historia cultural. Por supuesto que se trata de una interpretación global de todos los procesos de la historia americana, de todo el continente de polo a polo. No sólo la historia de nuestros pueblos iberoamericanos sino también la de los pueblos angloamericanos y más aún, de los pueblos americanos solos, puesto que le dedicamos 9 volúmenes al estudio de todas las culturas indígenas antes del descubrimiento y después del descubrimiento. Usted ha mencionado una fecha clave para nuestro proceso histórico americano y europeo, los 500 años del Descubrimiento de América. En esta Academia se celebrará en el mes de agosto la 6ta. reunión de las Comisiones Nacionales que se ocupan precisamente de coordinar a nivel universal la conmemoración de esos 500 años. La Comisión Nacional Venezolana está presidida naturalmente por el Ministerio de Relaciones Exteriores, pero esta Academia debe ejecutar en gran parte los proyectos concretos de esa conmemoración. Por eso se publica la Historia General de América que estará terminada para 1992 y también por eso la Academia Nacional de la Historia tiene una larga programación para la cual tendremos el gusto de invitar en su oportunidad también a su Academia. Lo importante a destacar en el día de hoy, es en primer lugar su presencia, la presencia de un hombre distinguido en los dos campos tradicionales de nuestra cultura greco-latina y especialmente en nuestras culturas española, portuguesa e iberoamericana. Un hombre de armas al lado de un hombre de letras. Creo que al saludarle en esas dos dimensiones estamos contribuyendo a destacar la tradición de nuestra larga cultura histórica. Nosotros con 500 años de tradición hemos colaborado con los mil años de Portugal, con los mil años de España, con los 1.500 años de Roma y con los 3.000 años de Grecia. En el fondo somos una sola cultura que ha venido evolucionando de manera extraordinaria para tener este remate.

La Academia Nacional de la Historia ratifica el saludo a la Academia Portuguesa de Historia tanto a usted como al Presidente y a los demás individuos de número y continuaremos en esta tarea de acercamiento, de entendimiento y de colaboración.

Muchas gracias.

BREVE BALANÇO E ALGUMAS PERSPECTIVAS PORTUGUESAS QUANTO
A UM PROJECTO DE COMUNIDADE IBERO-AMERICANA*

*Senhor Director da Academia Nacional de la Historia de Venezuela,
Doutor Guillermo Morón,
Senhor Embaixador de Portugal Doutor Duarte Vaz Pinto,
Senhores Individuos de Número e Correspondentes da Academia,
Senhoras e Senhores:*

Domina-me a emoção ao voltar a Caracas e reencontrar-me entre vós, desta vez a fim de ser recebido como Membro Correspondente Português da insigne Academia Nacional de la Historia de Venezuela.

Considero grande honra e generosidade da vossa parte a distinção assaz penhorante que me é outorgada, ao me chamarem para ser um dos vossos. Generosidade, porque sobretudo nela vejo a explicação de me concederem título tão nobilitante para um Português que se dedique ao estudo da História.

Avultada responsabilidade é consequente desse título concedido. Tenho dela clara dimensão, até por conhecer a craveira pessoal e o alto nível cultural e historiográfico, que dão projecção internacional a tantos que integram o notável elenco de historiadores da Academia Nacional de la Historia de Venezuela.

Senhor Director e Senhores Académicos.

Faço questão em declarar-lhes que incluo este acto e o momento que ele me permite viver entre os de maior significado e que mais me tocaram o coração no decurso da minha vida.

A satisfação por mim sentida não é dar que bem possam exprimir-se por palavras, por muito que me esforçasse em fazê-lo.

Resta-me, então, agradecer por forma breve e simples, embora pretenda manifestar de modo tão significativo quanto possível, a intensidade dos sentimentos que me dominam e a intenção determinada de corresponder em tudo quanto estiver ao meu alcance, à honra conferida por me elegerem para a vossa Academia.

Aceitem, pois, Senhor Director e Senhores Académicos, os meus mais cordiais e calorosos agradecimentos pelo prazer intenso que me proporcionam.

A minha presença hoje na Academia Nacional de la Historia, contudo não constitui um início e menos há-de ser por certo um acto final. Inscribe-se numa sucessão de ocorrências, que atestem o lúcido entendimento entre as entidades responsáveis venezuelanas e portuguesas da importância relevante do estreitamento dos laços de colaboração a afecto entre ambas as Academias de História.

* Palavras do Coronel Carlos Bessa, Secretário Geral da Academia Portuguesa da História, no acto de recepção na Academia Nacional de la Historia de Venezuela, em 9 de junho de 1988.

Nasceu esta orientação há menos de meia dúzia de anos pela iniciativa clarividente e conjugada dos Embaixadores dos nossos dois países, Dr. Pedro Madeira de Andrade e D. Napoleón Giménez, a que deram imediata adesão o Director da Academia da Venezuela, Doutor Carlos Felice Cardot e o Presidente da Academia Portuguesa, Prof. Joaquim Veríssimo Serrão.

O primeiro acto concreto neste sentido verificou-se no Congresso do Bicenténario de Simón Bolívar, realizado em Caracas, de 17 a 24 de Julho de 1983, para o qual foi convidada a Academia Portuguesa da História a participar.

Aceite o convite por esta com toda a satisfação, foi-me conferida a honra de a vir representar no Congresso a Caracas, e nessa qualidade participei nos trabalhos respectivos.

Foi uma realização inesquecível. Volvidos uns bons cinco anos, mantenho viva imagem de quanto se passou, como se tudo tivesse ocorrido apenas ontem.

Não mais se me desvaneceu da memória a imagen da beleza do Palácio de las Academias, na sua sugestiva arquitectura colonial típica, no remanso dos seus jardins e claustros interiores e na sumptuosidade dos seus salões de austera e rica decoração.

Nem esqueci a valiosa actividade desenvolvida intensissima e de excelente e inovador conteúdo histórico. Revestiram-se os actos solenes de grande dignidade e criou-se uma cordial convivência entre todos os participantes, estimulada pelo fidalgo acolhimento dos venezuelanos, sempre solícito e atencioso. Um programa social, requintado e atraente, completou de forma aprazível o trabalho profícuo desenvolvido. De todos os Continentes e de elevado número de países acorreram os congressistas. O valor das comunicações e a criteriosa organização tornaram o Congresso um preito condigno à figura impar do Libertador. A sua realização constituiu, apesar de muito complexa e exigente, um assinalável êxito. O sucesso espectacular ficou a dever-se, sobretudo, a uma Comissão Executiva constituída pelos Doutores Carlos Felice Cardot, Blas Bruni Celli e Guillermo Morón. O Congresso tornou-se uma prova de capacidade, altamente prestigiante para a Venezuela e para a sua Academia Nacional de la Historia. Ao referido impõe-se-me a evocação de sentido pesar pela perda prematura de Doutor Carlos Felice Cardot, acompanhada da homenagem a sua memórit de excepcional estatura humana e de historiador.

A partir dele, não mais deixou de alargar-se e de se intensificar o salutar intercâmbio entre as Academias da Venezuela e de Portugal, mercê do intenso e permanente empenhamento de ambas.

No proprio ano de 1983 a Academia Portuguesa da História alegeu Académico Correspondente, a 4 de Novembro, o Embaixador José Luis Salcedo-Bastardo. Volvidos dois meses apenas, teve lugar em Lisboa a Recepção Académica, no dia 13 de Janeiro de 1984. Coube-me a honra de efectuar a sua apresentação. A mensagem do novo Académico evidenciou a coerência entre os lacos das duas Academias no presente e as motivações históricas passadas, de que salientou a

antecipação portuguesa face à restantes potências europeias, quanto ao reconhecimento e normal relacionamento de Portugal com algumas das novas repúblicas sul-americanas independentes, e nomeadamente com a Venezuela.

Reiterando o desejo expresso em Caracas pelo Doutor Alberto Filippi, coordenador e responsável executivo pela edição de uma obra de vulto sobre “Bolívar y Europa”, o Embaixador Salcedo-Bastardo mostrou em Lisboa especial empenho em que dela constasse uma Secção Portuguesa, convidando-me a subscrevê-la. Procurei corresponder à honrosa amabilidade e na obra veio, de facto, a ser incluída uma contribuição minha, baseada num conjunto de documentação relativa à actividade diplomática de Silvestre Pinheiro Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Ela demonstra a simpatia do Governo Português pela causa das repúblicas sul-americanas e do seu reconhecimento, e a forma hábil de conciliar esses sentimentos com a necessidade de manter a amizade e o apoio da Espanha para salvaguarda do regime liberal em Portugal, perante as ameaças, latentes mas prementes, de o derrumbarem por parte de Santa Aliança.

O estreitamento das relações entre as duas Instituições prosseguiu e em Setembro de 1985, a Academia Nacional de la Historia de Venezuela elegeu Académico Correspondente o Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Presidente da sua congénere portuguesa. Em 24 de Abril de 1986 receberam-no em Caracas, de forma muito afectuosa e dignificante, formalizando-se desse modo o seu ingresso nesta prestigiada Instituição, que no corrente ano se tornará centenária.

No mês seguinte, a Academia Portuguesa da História elegeu, no dia 30, seu Académico de Mérito, o Doutor Arturo Uslar Pietri, que fôra condecorado pelo Governo Português com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, entregue em solene e luzida cerimónia na Embaixada de Portugal pelo Embaixador Madeira de Andrade, durante a permanência do Prof. Veríssimo Serrão nesta Cidade. Na mesma data foram eleitos Académicos Correspondentes dois comprovados amigos de Portugal, o Doutor Rafael Armando Rojas, durante alguns anos Embaixador do seu País em Lisboa, onde deixou muitos amigos e a mais grata recordação, e o Doutor Luis Beltrán Guerrero.

A 22 de Janeiro do ano de 1987, foi-me concedida a honra de ingressar nesta Academia, como seu Membro Correspondente em Portugal. Tal distinção sensibilizou-me profundamente, como disse. Aos agradecimentos a esta Academia, junto calorosamente os que devo a quantos sancionaram a deliberação tomada e, em especial, ao Senhor Director, Doutor Guillermo Morón e aos Senhores Académicos que subscreveram a proposta da eleição que tanto me compraz e enaltece, Doutores José Luis Salcedo-Bastardo, José de Armas Chitty, Rafael Fernández Heres e Rafael Armando Rojas, a quem afirmo uma viva amizade e grande consideração.

Não tardou muito tempo depois disso para o elenco da Academia Portuguesa da História se valorizar com a eleição, em 8 de Maio desse ano, de novos Académicos Correspondentes venezuelanos, os Doutores Guillermo Morón, ilustré Director desta Academia e Ildefonso Leal, seu probo especialista na História das Universidades.

Nesta sequência de passos estreitadores dos laços entre as duas Academias, mais um, muito importante e particularmente significativo, veio a somar-se aos anteriormente mencionados.

Em 2 de Outubro de 1987, a Academia Portuguesa da História levou a efeito jubilosamente, a Recepção do Doutor Arturo Uslar Pietri como seu Académico de Mérito. A mim coube também a honra de efectuar a sua apresentação.

Está já a imprimir-se o tomo respeitante a esta sessão memorável da Academia Portuguesa da História, mas anteciparei dela algumas referências hoje e aqui nesta Academia, pela concreta relevância da mensagem ali levada pelo novo Académico de Mérito, numa comunicação que a revista *Horizontes*, da Companhia aérea Venezuelana *Avensa*, publicou sob título muito sensibilizador e tocante para Portugal: *A todo lo largo de la Historia de mi País aparece la presencia portuguesa*. Mostrando o seu profundo conhecimento da literatura e da história de Portugal, o Doutor Arturo Uslar Pietri quis aproveitar o ensejo para lançar um apelo, e mobilizar os seu companheiros da Academia Portuguesa e os demais portugueses quanto a um projecto a incentivar e a dinamizar.

Sintetizou-o no título que deu à comunicação apresentada na solenidade - *Iberoamérica, una Comunidad*.

A criação da Comunidades Europeia, disse é a mais inteligente e promissora iniciativa dos países ocidentais, tomada desde há muito tempo, no sentido de a Europa materna poder voltar a desempenhar um papel histórico importante e a contribuir para o prevaecimento de um Ocidente de cultura latina e cristã.

O ingresso nela de Portugal e da Espanha pode ter uma influência decisiva na Comunidade. Mas será altamente restrictivo fazê-lo em termos exclusivamente europeus. A situação histórica dos dois países da Península Ibérica proporciona uma visão muito mais ampla de se estenderam aos países americanos de origem luso-espanhola.

Tal adesão à Comunidade Europeia dá-se em coincidência no tempo com outra circunstância profundamente marcante, o do Quinto Centenário do Descobrimento da América. Desse Descobrimento não resultou uma situação colonial, mas o início de uma nova oportunidade para o Ocidente, porque, de maneira diferente do que aconteceu em Africa e na Asia, na América hispânica e luso-tropical não houve apenas uma dominação de povos por outros, nem uma opressão da cultura europeia sobre outra nativa mas uma mestiçagem cultural em inacabado processo.

Perante a polarização das duas superpotências e a tendência equilibradora da constituição de agrupamentos supranacionais de poder político e económico, magnificas oportunidades, imperativas oportunidades, poderia dizer-se, se oferecem à constituição de uma comunidade iberoamericana, susceptível de representar um dos grandes acontecimentos do final do século e do milénio. O apelo não deverá esgotar-se, todavia, numa passiva e orgulhosa contemplação. É imperativo passar-se à acção.

O Doutor Arturo Usler Pietri, com a sua visão de largo alcance e o seu espírito prático, acrescentaria a informação de que o Instituto de Cooperação Iberoamericana de Madrid, se havia lançado na tarefa concreta de publicar um livro, onde se tornasse conhecido e admirado, mediante informação básica suficiente produzida por qualificados especialistas, o que diz respeito ao contributo histórico do citado conjunto de povos. Para muitos o conteúdo do livro virá a ser quase uma revelação e para todos, a confirmação da impressionante dimensão histórica do conjunto.

Quer dizer, o Doutor Arturo Usler Pietri formulou em Lisboa um apelo aos países da Península Ibérica e da América do Sul no sentido de os mobilizar conjuntamente para cumprimento de uma missão estimulada pelas circunstâncias do tempo histórico, mas valendo por seu próprio merecimento absoluto, independente de condicionalismos temporais.

O seu arranque consubstanciar-se-ia na realização de uma tarefa concreta e bem definida.

Todo este desfiar de factos pretende assinalar os avanços que se processaram nas amistosas relações entre as Academias de História dos nossos dois países, até à gentileza de me receberem hoje.

Apesar de despida de ritos fora de tempo actual, esta Recepção apresenta-se-me ao espírito como uma espécie de cerimónia em que na Idade Média se armavam os cavaleiros. À minha investidura devo corresponder com um juramento. Assumirá forma mais actualizada, mas por igual bem sentida e determinada, de um compromisso público, tornado assaz solene pelas vossas presenças de dar a minha mais estricte colaboração efectiva à Academia Nacional de la Historia e o meu dedicado afecto à Venezuela, nascido de admiração pela sua gloriosa História e da fraterna união dos nossos dois povos assente nos mútuos benefícios dela recolhidos. Procurarei e persistirei em conseguir passar para além das boas intenções e das palavras de amizade, mesmo reconhecendo que elas valer por si sós quando sinceramente sentidas.

Estou certo, que os laços entre as nossas duas Academias e os nossos dois países irão continuar a estreitar-se mais e mais. Não nos faltam para tanto tarefas comuns e claramente enunciadas.

Outras mais surgirão. Dispomos portanto, de um excelente e auspicioso ponto de partida. Ao afirmá-lo, parece-me ouvir Saint-Exupéry; *Queres que eles se amem? Não lhes dites o grão do poder para que o partilhem. Que cada um deles sirva o outro. E que o outro sirva o império. Nessa altura, amar-se-ão para se ajudarem mutuamente e para edificarem em conjunto.*

Parecerá insólito falar em império, quicá indelicado. Porque há impérios opressivos e maléficos, e, infelizmente eles são realidade nos nossos dias. Mas o império a que me refiro não é desse tipo. Idealizou-o Bolívar e exprimiu-o em duas palavras —melhor equilíbrio do universo e a criação de um novo género humano. Essa foi permanente aspiração dos venezuelanos, esse foi permanente objectivo

de vida dos portugueses, a quem se deve a descoberta do Mundo moderno pela abertura dos mares, a permitir a comunicação entre todos os povos da terra e a criação do luso-tropicalismo precursor da unidade do género humano visionada.

Bem merecem, pois, também estes últimos, o lugar de relevo que no seu projecto de valorização do Novo Mundo lhes reservou o Doutor Uslar Pietri.

Afigura-se-me muito importante que esse projecto venha a resultar e a fructificar.

O historiador português Oliveira Martins, em 1880, afirmou em “O Brasil e as Colónias Portuguesas”, que “ao lado de América germano-Saxónia, com seu génio pratico e utilitário, ficará a América do Sul e Central aos povos que descobriram ambas e todo o resto do mundo desconhecido... O génio heroico da civilização ibérica deu-lhe as duas Índias com a espada; vieram depois com a charrua e o martelo os saxónios — lugar a todas as ferramentas.

...Se no concerto das tendências utilitárias dominantes, estas palavras destoarem, perdão para quem acredita que o homem é alguma coisa mais do que um aparelho apreensor e digestivo”.

Ou de uma forma mais directa, ainda, como a posta pelo venezuelano Rufino Blanco Fombona sobre essa dualidade: “Están frente a frente dos razas: la de origen latino y la de origen sajón; dos Américas; la que nació de la Europa meridional y la que nació del Norte europeo; dos concepciones de la vida: la idealista y la sanchopancesca; dos sectas; el catolicismo y el protestantismo; dos ideas sociales: el individualismo y la solidaridad; dos civilizaciones; la del Mediterráneo y la de los mares y tierras hiperbóreas”.

A meu ver, tocamos no ponto essencial do projecto em Lisboa apresentado pelo Doutor Arturo Uslar Pietri.

O das virtualidades da Comunidade para, sobre o individualismo do homem feito lei de si mesmo, sem freio espiritual nem nexo distinguidor entre o bem e o mal, prisioneiro de appetites exclusivos de bens materiais com seu cortejo de frustrações, tornar prevalecente, por livre espontânea e criadora vontade, o sentido da solidariedade, d dignidade da pessoa humana, que se atinge ao serviço do próximo e da sociedade em que se nasceu.

Esta será a semente do ressurgimento da concepção absoluta da vida, por Portugal a Espanha tão galhardamente disseminada através dos mares misteriosos e de terras desconhecidas, visualizado no princípio do século pelo historiador e doutrinador português António Sardinha, na obra “A Aliança Peninsular”. Trata-se de aspecto merecedor de destaque e reflexão em período das Comemorações dos feitos marítimos de portugueses e espanhóis.

Da ligação com as forças do Novo Mundo, a Península Ibérica pode voltar a ser como a definiu Camões, que amanhã se celebra:

“Eis aqui se descobre a nobre Hespanha,
Como cabeça ali da Europa toda”.

Sardinha anteviu até que, mais do que isto, ela poderia vir a ser mesmo a sua salvadora, por motivos que adiante referiremos.

A Comunidade, pela força da própria natureza das coisas, parece poder melhor construir-se pela convergência de outras duas menos amplas, facilitada pelo espírito e cultura comuns. A língua própria de cada uma será um alicerce promissor para o crescimento e fortalecimento da hispano-americana e da luso-brasileira.

Simultaneamente, continuando a seguir o pensamento de Sardinha, deverá estimular-se um patriotismo hispânico, a fazer resplandecer, mais vigoroso e impecável o tipo de civilização de que as duas nações peninsulares foram matriz, e que não exclua e antes dinamize os patriotismos espanhol e português.

Postas estas linhas de orientação, é tempo de analisar algumas concretas realidades, pretendendo demonstrar com isso e com a escolha do tema da descolorida comunicação que tenho a honra de aqui apresentar, que, nem a Academia Portuguesa, nem eu pessoalmente, tomámos a mensagem e o apelo deixados pelo Doutor Arturo Uslar Pietri como mera explanação teórica de circunstancia, mas como projecto de empreendimento relevante a erguer e a que as nossas duas Instituições podem e devem dar importantíssimo contributo.

Será necessário, portanto, iniciar realizações substantivas, susceptíveis de estreitarem e fortalecerem os nossos laços mediante colaboração empenhada e fraterna numa tarefa comum, e não adiadas nunca quanto as circunstâncias favoreçam a sua materialização.

Comecemos por tratar das palavras, cuja importancia é hoje muito grande. Mais do que nunca são armas de guerra, e Bolívar já assim o entendia.

Jogadas pelos poderosos meios de informação actual podem mostrarse mortais para as mais generosas iniciativas.

Para nós a questão levanta-se quanto ao nome da Comunidade. O Doutor Uslar Pietri teve disso consciência, e disse-o em "*Un Mundo sin nombre*", na sua obra "*Godos, insurgentes y visionarios*". Ibero-americano é um vocábulo com justificação erudita satisfatória. Mas actualmente a expressão não se identifica com a existência de formações e evoluções diferentes na colonização espanhola e portuguesa.

O termo "ibérico" suscita além disso, rejeições sentimentais, quiçá liminares, muito fortes, em elevado número de portugueses e brasileiros, as quais podem por em causa o projecto, ou restringir-lhe a sua dinamização. O problema talvez não seja fácil de solucionar. O melhor nome que me ocorre para Comunidade, em substituição de ibero-americana seria o de luso-hispano-americana. Menos sonoro e acutilante, sem dúvida, é contudo mais fiel e pacífico do que o primeiro pelo lado português.

Enquanto não se encontrar a adequada solução, a obra não deve parar, voltando-se os seus servidores mais para os actos a realizar no seu sentido amplo, do que para a respectiva denominação de cunho restricto. Parece haver uma sina fatal,

como aconteceu já com o Novo Mundo e a sua expressão cultural do realismo mágico, em que a obra precedeu o nome dado.

Mas o problema existe e não convem ser ignorado. Merece, a meu ver, ponderação atenta e oportuna.

A Comunidade, cuja construção se preconiza, convirá ser encarada em relação a duas referências fundamentais, com mais interesse para nós: a Europa e as perspectivas de sua futura evolução, tendo em conta que todos os seus parceiros mantêm interesses complementares forma dela; e o Atlântico, em especial o Atlântico Sul, limitado por nações de ancestralidade peninsular ibérica, de molde a abraçarem-no com força e a transformá-lo num verdadeiro *Mare Nostrum*, no dizer de Sardenha.

As circunstâncias parecem interligar as duas referências, devido à projecção mundial de Europa estar muito dependente do Atlântico Sul, por laços históricos criados no passado, por a sua ligação ao Mediterrâneo e ao Indico se tornar inviável na ausência de uma complementaridade implantada em torno do último e, segundo o pensamento de alguns, por ser no Novo Mundo que mais se definirá o modelo de desenvolvimento económico a subsistir na Europa no desfecho da confrontação Leste-Oeste, modelo que interessa não venha a extremar-se, nem no colectivismo nivelador, nem nos abusos do individualismo apoiado na supremacia tecnocrática materialista.

Neste quadro, a Península Ibérica, em Comunidade com os países a ela historicamente ligados na América, e unida as suas duas nações por uma aliança peninsular, pode de facto vir a ser “cabeça da Europa toda”. O implícito dualismo de cooperação sempre coincidiu com o apogeu das duas nações peninsulares, que findou com a desastre da Invencível Armada, ocorrido depois de desfeito esse dualismo.

É todavia condição prévia indissociável para, o manter a ele e a eficacia da Aliança Peninsular, o fortalecimento moral e institucional das duas nações. O que significa para Portugal quer a necessidade do reencontro consensual de um novo projecto de vida nacional, implicando algo de universalista e, como tal, de projecção para além do mar, objectivo que lhe será facultado pela sua inserção na Comunidade, quer a de eficiente e operativa reestruturação do Estado, quer a de assegurar o respectivo desenvolvimento económico, com vista a poder apoiar a condução de uma política nacional própria e independente.

Até atingidas estas garantias, serão compreensíveis os receios de muitos portugueses quanto à definição de uma política de aproximação à Espanha.

Isso impõe, logicamente, uma decidida e breve obtenção dessas garantias, mas não impede que, desde já, se cultivem e estreitem laços de amizade entre Portugal e a nação sua vizinha, antes pelo contrário.

Em tal linha se enquadrou uma recente iniciativa da Academia Portuguesa de História, idealizada pelo seu Presidente, de realizar nos últimos dias de Maio, em Lisboa, as I^{as}. Jornadas Académicas de História de Espanha e de Portugal,

onde Historiadores espanhóis convidados e Académicos portugueses debateram com elevado nível o estado dos estudos históricos dos dois países em determinadas áreas. Os trabalhos intensíssimos redundaram em valiosos resultados para um mais aprofundado conhecimento histórico mútuo, para o estreitamento de cordiais laços de afecto e de colaboração entre os Académicos espanhóis e portugueses, sendo lícito esperar disso muito concretos e efectivos benefícios, em futuro próximo, quanto à aproximação entre os dois países.

As circunstâncias acabadas de expor em relação à Espanha deveriam incitar também a facilitar-se a dinamizar-se o estabelecimento de uma Comunidade actuante e fecunda entre Portugal e o Brasil, unidos por laços históricos e culturais fortíssimos e reforçados pela língua comum.

Constituir-se-ia assim um dois pilares, fundamentais e naturais, da Comunidade mais vasta, que, além da luso-brasileira, integra também a hispano-americana.

O sentido dos acontecimentos, contudo, não tem sido esse. O Brasil, porventura em demasia preocupado no seu desenvolvimento material e influenciado por uma estratégia africana, visando, além de mercados, uma posição hegemónica no Atlântico Sul, tem pretendido servir-se exactamente dos mencionados laços com Portugal em exclusivo proveito próprio, visando preencher o vazio por nós deixado nos novos países nascidos da colonização portuguesa. Portugal tem sido visto até agora pelo Brasil como seu concorrente em África.

Em consequência, se bem que muito interessado na ligação com a Europa, parceiro privilegiado e indispensável ao seu esforço de desenvolvimento —25% das exportações e 15% das importações—, ele tem-se mostrado relutante em eleger Portugal como a seu elo de ligação preferencial com a CEE.

Encontrando-se o Brasil com uma posição assaz firmada em África, é lógico esperar que não tarde muito a compreender que tem mais vantagens do que desvantagens no estreitamento de laços comunitários objectivos e concretos com Portugal. O "El Nacional" de hoje dá notícia, diás, sobre a visita do Primeiro Ministro Português ao Brasil, em que podem vir a abrir-se algumas perspectivas nem sentido que refere.

As garantias referidas de que o meu País terá de munir-se para um proveitoso relacionamento com a Espanha são necessárias também quanto do Brasil. De igual modo, interessará não desperdiçar desde já, nenhuma oportunidade para aumentar a amizade e encontrar fórmulas de actuação comunitária com ele.

Todavia, onde as perspectivas se oferecem mais favoráveis a Portugal para o seu relacionamento com a Comunidade almejada, de imediato e sem reservas, é aqui, na Venezuela, na vossa Pátria.

Fundamenta-se em laços históricos remontando aos primórdios venezuelanos e acrescidos desde então, designadamente durante se provações de vossa exaltante independência, por afinidades culturais e por interesses de ordem económica e outras susceptíveis de alargamento.

Mas radicam-se, sobretudo, no amistoso acolhimento dispensado pela Venezuela, nos alvares do seu crescimento, aos meus compatriotas portugueses, que aqui chegaram em busca de um destino mais próspero e de uma realização humana mais completa.

Assim nasceu neste País a Comunidade Portuguesa, que tão bem se identificou com ele, crescendo por forma a tornar-se numerosíssima, próxima do meio milhão, para menos ou para mais, e tão integrada no ambiente fraterno onde se inseriu, que tem sido impossível dizer exactamente o número dos que a compõem.

Dando o melhor das suas qualidades de trabalho, de adaptabilidade, de imaginação, de sobriedade, de boa convivência e de desembaraço, procuraram por esse modo retribuir a generosidade recebida, como valiosos colaboradores do esforço de desenvolvimento da sua segunda Pátria, que neles reconhece dispor de precioso elemento para o espectacular progresso conseguido.

Constituíram-se, assim, é justo dizê-lo, o mais forte elo de união entre os nossos dos Países.

Mas muitos outros existem, de que citarei apenas alguns.

Neste momento, por feliz circunstância, encontra-se como representante da Venezuela em Lisboa, o Doutor Rafael Neri, antigo Reitor da Universidade Central por eleição. Dotado de excepcionais qualidades de simpatia humana e grande devotamento à sua Missão, tem desenvolvido uma notável obra de aproximação entre a Venezuela e Portugal, conquistando pessoalmente a amizade dos portugueses com quem contacta. Assume especial relevância a sua ação em prol da difusão do livro venezuelano em Portugal. Em estreita colaboração com Sua Excelência o Presidente da República, ofereceu às principais Universidades de Portugal e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a Coleção Gran Mariscal de Ayacucho.

Pelo seu lado, Portugal, por acertada escolha, dispõe actualmente como Embaixador na Venezuela do Doutor Duarte Vaz Pinto, com sua visão diplomática e invulgares qualidades de trato humano. No pouco tempo que leva na sua Missão de representante do meu País em Caracas, conseguiu assinaláveis êxitos, e conquistou a estima e a consideração dos venezuelanos e da Comunidade Portuguesa. Seja-me permitido nesta Academia dirigir-lhe uma saudação muito cordial de homenagem que lhe é devida.

Assume ainda grande relevância o relacionamento amistoso e operacionalmente crescente nos últimos anos, entre as duas Academias de História de Venezuela e de Portugal, com suas potencialidades de um ainda maior desenvolvimento futuro, susceptível de se reflectir, não só na área cultural e afectiva, como de criar benefícios práticos de ordem política e de outras naturezas para os nossos dois Países.

O relacionamento de Portugal com a Venezuela depara, por este modo, com um panorama desanuviado, isento de sombras sensíveis.

Distinguiu-me a Academia Nacional de la Historia ao incorporar-me no número dos seus Membros. Pensei que a melhor forma de corresponder seria a de lhe apresentar uma perspectiva pessoal portuguesa, em termos sinceros e abertos, de algumas realidades respeitantes a Portugal, relacionadas com um projecto de colaboração internacional que à Academia de Lisboa foi apresentado por um dos vossos mais eminentes Académicos, que também o é entre os nossos.

Pela dupla razão, de depositar grande esperança no projecto, e por me parecer que bem o serviria procedendo desse modo.

A investigação e a divulgação da História dos nosos dois Países e dos seis traços de convergência será um dos mais notáveis motivos dessa esperança.

Termino agradecendo muito sensibilizado, uma vez mais, a forma como V. Ex^ª, Senhor Director, e V. Ex^ªs, Senhores Académicos, me receberam: Com profundo afecto e admiração, saúdo a Venezuela e a sua Academia Nacional de la História e formulo sentidos e cordiais votos pelo futuro de ambas, em crescente ligação a Portugal e à sua Academia de História, designadamente, na concreta e empenhada colaboração no projecto analizado, que é susceptível de contribuir para o engrandecimento das nossas duas nações e para a paz e felicidade entre os homens, no Mundo em transformação dos nossos dias.

Muchas gracias.

**LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA RINDE HOMENAJE
A LA MEMORIA DEL GENERAL PEDRO LEON TORRES, CON
MOTIVO DEL BICENTENARIO DE SU NACIMIENTO
(16-6-1988)**

PALABRAS DEL DR. GUILLERMO MORON CON MOTIVO DEL
BICENTENARIO DEL NATALICIO DEL GENERAL
PEDRO LEON TORRES

Doctor Pedro Díaz Seijas, Director de la Academia Venezolana de la Lengua;

*Doctor Tomás Polanco Alcántara, Presidente de la Academia
de Ciencias Políticas y Sociales;*

Señores Académicos;

*Señor General de División Juan José Bastardo Velásquez,
Jefe del Estado Mayor General del Ejército;*

Señores Generales integrantes de la promoción

“General de División Pedro León Torres” y demás oficiales generales;

Oficiales Superiores, Oficiales Subalternos,

Suboficiales profesionales de Carrera, Cadetes;

Señoras y señores:

En septiembre de 1569 un grupo de gentes, no más de 40, provenientes de nuestra tradición de la lengua castellana en España, fundaron la ciudad de Carora como habían hecho ya con otras de las ciudades más antiguas de nuestro país, y como se hará todavía en lo que faltaba del siglo XVI y la primera parte del siglo XVII. La ciudad de Carora forma parte, en consecuencia, de la tradición del pueblo venezolano de 500 años. Es viejo, es antiguo el pueblo venezolano como todo el pueblo latinoamericano. Nuestra cultura está enraizada en los mil años que tiene ya de tradición nuestro idioma y enraizada también en la razón greco-latina, de que hablaba uno de los grandes larenses, Don Lisandro Alvarado.

En las tres grandes etapas principales de nuestra historia se ha afianzado el rostro del pueblo, desde el punto de vista de la cultura, desde el punto de vista de la sociología y desde luego de las tradiciones políticas y de las tradiciones económicas. Somos una cultura con tradición. No estamos inventando la historia en este momento ni con esta celebración extraordinaria, sino que, por el contrario, estamos ratificando que somos un pueblo de larga tradición histórica. El solo hecho de que Pedro León Torres, caroreño, como varios de los que aquí estamos, cumpla ahora doscientos años de haber nacido, demuestra esa tradición larga de la cultura venezolana. Aquí están sus descendientes directos, ya no sólo los caroreños, sino los integrantes de las Fuerzas Armadas, que honran su memoria, que honran la memoria del pueblo venezolano, y que honran a esta casa donde se cultiva la memoria del pueblo venezolano, con su adhesión y con su presencia. Este no es un acto solemne de la Academia Nacional de la Historia, sino un acto conjunto de las Fuerzas Armadas Nacionales en términos generales, del Ejército en términos particulares, y de la Academia para rendirle el homenaje que merece el nombre de Pedro León Torres, que merece la larga tradición cultural del pueblo venezolano defendido por Pedro León Torres y por los héroes de la Independencia, a la cabeza de los cuales estará siempre Simón Bolívar.

La Academia Nacional de la Historia también es una demostración de esa antigüedad cultural del pueblo venezolano. El próximo 28 de octubre cumplirá esta institución 100 años de haber sido creada como Corporación literaria autónoma, independiente frente al Estado, pero al servicio del Estado, independiente frente al país, pero al servicio del país, independiente en el mejor sentido de la palabra porque se hace a sí mismo. Los individuos de número de la Academia Nacional de la Historia y los miembros correspondientes en cada uno de los Estados del país, son nombrados por la propia institución. Los individuos de número mueren en su sitio de trabajo y para sustituirlos es necesario que haya consenso de la institución. De modo que la Academia Nacional de la Historia, como todas las otras Academias se generan a sí mismas para poder prestar con independencia de criterio y con solvencia moral el servicio de cultura que prestan cada una de ellas al país. Nuestra Academia, la Academia Nacional de la Historia, sólo tiene la singularidad de que abarca a todas las demás, puesto que la historia no es sólo la político-administrativa como se creyó hasta un momento determinado en la enseñanza de esa materia en nuestros institutos docentes, sino la historia global, la historia política, y desde luego la historia económica, la historia social y la historia cultural, que son las cuatro patas de la mesa histórica que la Academia

quiere se convierta siempre en un ejercicio de memoria para el pueblo venezolano. Que Venezuela no es un mercado, que Venezuela no es campo petrolero, que Venezuela no es un bazar, que Venezuela no es un boulevard de las influencias internacionales, sino que Venezuela es un país hecho y derecho con 500 años de tradición y con dos largas tradiciones de Estado de Derecho, primero monárquico el que tuvimos durante los siglos XVI, XVII y XVIII y el Estado de Derecho Republicano que comenzó con el movimiento del 19 de abril de 1810 que se hizo ya Estado de Derecho propiamente tal el 5 de julio de 1811 con su primera constitución, hasta nuestros días, los días de la Constitución de 1961.

La Academia Nacional de la Historia rinde, pues, homenaje a Pedro León Torres de la manera como acostumbra a hacerlo, en primer lugar con esta sesión solemne privilegiada por la presencia de ustedes, señores oficiales, señores generales y privilegiada por el sitio en que se realiza, el Paraninfo del Palacio de las Academias. Entre los asistentes a este acto se encuentran un senador caroreño que estoy en la obligación de mencionar, antes de ceder la palabra al general que hablará en nombre del Ejército. Me refiero al señor Senador Juan Páez Avila, un caroreño ejemplar, un hombre de cultura y al servicio de Carora en la forma moderna en que se le debe servir al pueblo. Ya sirvió a Carora y a Venezuela el General Pedro León Torres, como era necesario hacerlo en momentos de la Independencia, con las armas en la mano. Estamos seguros de que las Fuerzas Armadas Nacionales están preparadas para prestar ese servicio si fuera necesario. Ojalá no lo sea nunca más; prestaremos ahora el servicio adecuado rindiendo el honor a Pedro León Torres con palabras de rememoración. La palabra es un arma muy poderosa cuando la usan gentes nobles, como los dos que van a usarla en este mismo momento.

PALABRAS DE AGRADECIMIENTO DEL CIUDADANO GENERAL DE
BRIGADA (EJ) RAFAEL ANTONIO PEREL LUQUE, CON MOTIVO DEL
ACTO CONMEMORATIVO DEL BICENTENARIO DEL PROCER GENERAL
DE DIVISION "PEDRO LEON TORRES", EN LA ACADEMIA NACIONAL
DE LA HISTORIA EL DIA JUEVES 16-6-1988

Vengo a este sitio de la cultura venezolana, evocador de nuestras glorias, valores y hazañas, para ofrecer palabras de agradecimiento, en nombre del Ejército Venezolano Forjador de Libertades y en especial de mis compañeros de la Promoción "GRAL. DIV. PEDRO LEON TORRES", por este magnífico acto. Aquí convergen la filial devoción de los hombres de armas de nuestra Patria, la docta expresión de nuestros académicos de la Historia y un profundo sentimiento de orgullo larense por lo que Pedro León Torres significa en el duro batallar por nuestra independencia y por la libertad de hermanos países. Este sentimiento, que me permite acotar no sin ingenua intención provinciana, se alimenta al rememorar al Prócer caroreño Pedro León Torres, entre un almáximo prodigioso de

larenses: ayer, consagrados a la causa de nuestra emancipación; hoy, en los menesteres de la ciencia, las artes y la cultura, siempre fieles a un ejercicio de vocación patriótica.

Hemos oído esta noche, en la apertura del acto, la voz de la Academia Nacional de la Historia, que es voz de gratitud nacional, de transmisión de riqueza moral para el aprendizaje y el análisis contemporáneo. Viene del Doctor Guillermo Morón, hombre de valía y larga cosecha en esta siembra de esfuerzos, de ideales, de preocupación por nuestras raíces, nuestra nacionalidad, nuestra mayor heredad.

Con las expectativas que despiertan los insignes maestros de las letras, del conocimiento histórico, del periodismo bolivariano y patriota a tiempo exclusivo y en obsequio a su palabra puntera, voy a dar las gracias anticipadas al orador de orden, Don Luis Oropeza Vásquez, no sin antes recoger, en el bicentenario del héroe epónimo de mi Promoción, unas expresiones de su obra laureada, acerca del Prócer caroreño y el Libertador Simón Bolívar; dice el Dr. Oropeza: “Están unidos para el ejemplo que han de ver en sus vidas las nuevas generaciones. Ellos y sus compañeros de armas fueron a la guerra y a la muerte para formar patrias libres, que pensaban integrarlas en una inmensa comunidad internacional. Hoy y mañana se buscará la Unidad y la Independencia por otros caminos que llevan hacia las grandes transformaciones, el nacionalismo económico y el desarrollo al servicio del hombre que están planteados para el mundo del futuro”.

Pueden tener la certeza que este Ejército Venezolano y dentro de él, la “Promoción Pedro León Torres”, no se contenta con el culto oratorio y onomástico a los padres de nuestra nacionalidad. Nuestra labor, en defensa de la integridad geográfica, de la soberanía y de la constitucionalidad de la República, reclama un puesto de honor en el Continente Americano, aunada a nuestra contribución directa y concreta al desarrollo integral de esta tierra, cuna de Bolívar y de la Libertad Americana.

Con ese blasón y esas credenciales, estamos aquí, en este recinto y ante estas eximias figuras de la Venezuela de hoy, cumpliendo el sagrado deber de hacer culto y honrar la memoria de uno de sus grandes hombres de armas, hacedor de nuestra nacionalidad y miembro de una ilustre familia de mártires de nuestra Magna Gesta.

Señores . . .

DISCURSO DE ORDEN DE LUIS OROPEZA VASQUEZ, EN LA SESION SOLEMNE DE LA ACADEMIA DE LA HISTORIA EN HOMENAJE AL BICENTENARIO DEL NACIMIENTO DEL GENERAL PEDRO LEON TORRES

Carora crece lentamente en los plácidos días coloniales. De su núcleo social forman parte importantes distinguidas familias isleñas. Oropeza, Montes de Oca, Perera, Herrera y otros apellidos canarios se siembran o brillan después de asentada

la Conquista en aquel calcinado pedazo de la geografía venezolana. Siguiendo la huella de numerosos paisanos y amigos llegan a la pequeña ciudad occidental en la primera mitad del siglo XVIII los hermanos Juan Agustín y Juan José de la Torre y Sánchez, naturales de Tenerife e hijos del Alférez Gonzalo de la Torre y Catalina Delgado de la Torre.

Eran familias numerosas en cuyas espaciosas casas de habitación vivían con sentido patriarcal de las responsabilidades y vinculaciones hogareñas que tanto ha cambiado en el mundo de hoy. Trece hijos tienen don Juan José de la Torre y doña Juana Urrieta de la Torre. El benjamín de ellos se llama Francisco José de la Torre, quien se une en matrimonio con Juana Francisca Arrieche el 25 de junio de 1778. Ven nacer doce hijos, entre quienes sobresalen para la historia los siete Torres de la epopeya venezolana.

Hasta hace pocas décadas podían caminarsse los amplios y altos corredores abandonados de la casa solariega de la familia de la Torre, a la cual dedicó una lírica evocación juvenil Francisco Manuel Mármol. Carora y Arenales ven formarse y desaparecer la familia procer. Juan Asciclo, el mayor, muere a los 30 años de edad después de pelear en la Puerta de Bobare bajo las órdenes del Coronel Juan Aldao; Bruno del Rosario, el segundo, realiza una larga campaña guerrera y fallece en Ciudad Bolívar en 1820 a los 35 años; Pedro León de la Trinidad, el tercero, de quien hablaré seguidamente; Francisco José del Rosario, el cuarto, Primer Comandante del Batallón *Bravos de Apure* en Carabobo, quien después de la gloriosa batalla se asocia con don Agustín Codazzi para explotar una finca en las cercanías de Valencia —no cobra las adquisiciones de lanzas a que se refiere Bolívar— y cuando desaparece a los 63 años deja en la pobreza una numerosa familia, pero dispone antes que de sus pocos bienes se venda lo necesario para pagar sus deudas; Miguel Martín, el quinto, ofrenda su vida en el sitio de Bogotá, luchando bajo el mando del Libertador, a los 31 años; Bernardino Antonio y Juan Bautista, mueren antes de los 20 años, el último fusilado por los realistas en los alrededores de Sarare.

Las hembras, Manuela, María de la Concepción y María de los Reyes, viven, como sus hermanos gloriosos, el terrible signo de una lucha que no sabe de riquezas ni de claudicaciones. Han visto desaparecer bienes y familias aisladas en el silencio de la casona solariega. Sobreviven a todos sus hermanos varios años —con la excepción de Francisco— en un mundo de fantasmas, similar al descrito por Bolívar en la *Elegía del Cuzco*. Cuando el Libertador visita a Carora en agosto de 1821 dirige sus pasos hacia la casa de las hermanas de la Torre para verlas y abrazarlas. Es de suponer la emoción de las tres caroreñas, al sentirse homenajeadas en tal forma, en medio de su tragedia solitaria, por el hombre más famoso de América.

En las filas patriotas

El niño Pedro León de la Trinidad de la Torre Arrieche, es bautizado en la Iglesia de San Juan Bautista por el Pbro. Br. José Félix Espinoza de los Monteros, el 4 de julio de 1788, nueve días después de haber nacido. Fueron sus padrinos

Juan Andrés Antonio Oropeza y Josefa Ignacia de Arrieche, esta última en representación de Rosa Muñoz y Ortega, vecina de Caracas.

Pedro León de la Torre crece y se forma en un medio social y distinguido, pero lleno de contradicciones en lo que respecta a los grandes acontecimientos históricos de entonces. La sociedad y las familias de su época se dividen sin miramientos frente al movimiento emancipador, como sucede en otras partes de Venezuela. Su primo hermano el Dr. José Manuel de Oropeza, renombrado abogado, Rector de la Universidad de Caracas en 1819 y Asesor de Monteverde y de la Intendencia, es realista intransigente y de mucha influencia entre los suyos. En cambio su tío, el Dr. Juan Agustín de la Torre, segundo Rector Civil de la Universidad caraqueña, es hombre de pensamiento renovador y permeable a los nuevos tiempos; y su otro tío, el Licenciado Pedro Regalado Arrieche, es auditor del ejército del Marqués del Toro y diputado al Congreso de 1811.

Pedro León Torres —sin *de la*, cuatro letras que hace desaparecer del apellido para que no se le crea amigo de quisquillosidades de castas— encuentra en el Pbro. Br. Espinoza de los Monteros un maestro ejemplar en aquellas circunstancias. En Arenales el futuro héroe se prepara físicamente para las largas jornadas guerreras, en las labores de la hacienda “El Tigrito”; y en la *Escuela de Primeras Letras y Cátedra de Latín*, famosa entre la gente culta de la Colonia, halla fecundos caminos de liberación espiritual. El luminoso sacerdote, nacido en Carora en 1756, no sólo enseña a sus alumnos primeras letras y latín, sino también siembra en sus conciencias ideas de libertad y de respeto por la dignidad humana. En aquellos días, cuando tantos estaban bajo el peso de supersticiones e injusticias, “fue el primero que se atreviera a condenar en público y en privado, la odiosa esclavitud”, como dice el Dr. Andrés Riera Silva, uno de los más eminentes caroreños del siglo pasado. Sus ideas se adelantaron en mucho a su tiempo. Su valor y su independencia de pensamiento le valieron “la persecución atroz —continúa Riera Silva— del despótico poder colonial; mas era tanta la respetabilidad y tan sincero el amor de que gozaba, que nada pudieron contra él el odio ni la inquisición”.¹

La Junta Suprema formada el 19 de abril de 1810, empieza a sentir la inseguridad que la rodea. Para hacerle frente a los hechos, organiza un ejército respetable por su número en la época —4.000 hombres— “pero compuesto casi en su totalidad por milicianos bisoños”, como observa José Gil Fortoul.²

Bajo las órdenes del Marqués del Toro, un aristócrata sin conocimientos militares pero de atractiva gallardía personal, las fuerzas militares de la patria naciente toman rumbo hacia el Occidente venezolano, a someter en Coro al Gobernador José Cevallos. El 28 de noviembre ataca a la Ciudad de los Médanos, en pocas horas es derrotado y regresa maltrecho a Caracas. Cuando pasa por nuestra ciudad el Marqués del Toro se le suma Pedro León Torres con el grado de Capitán y al mando de un cuerpo armado organizado en Arenales y Atarigua en unión de Esta-

1. *Espinoza de los Monteros, Pbro. Br. José Félix*, por el Dr. ANDRÉS RIERA SILVA, Diccionario Histórico, Geográfico, Estadístico y Biográfico del Estado Lara, Telasco A. MacPherson, Caracas, 1941.

2. GIL FORTOUL, JOSÉ. *Historia Constitucional de Venezuela*, p. 1.

nislao Castañeda y José Oliveros. Tiene 22 años. Es recio de cuerpo, de gentiles maneras, diestro para montar un caballo y en él se descubren fácilmente rasgos de inteligencia y valor. Cuando ocurren estos hechos, la idea de la independencia ha ganado extensión y fervor en todo el Cantón Carora. Ya no figuran solamente en las listas de los nombres patriotas elaboradas para la venganza por las autoridades realistas los apellidos del mantuanismo, sino también personas de todos los sectores, que tienen su origen social en las clases humildes de entonces y que representan tan admirablemente el valor, la lealtad y la nobleza de nuestro pueblo, como el Capitán Javier Chaves, el Teniente Coronel Rafael Rodríguez, el Teniente Coronel Manuel Morillo y el Capitán José Carrasco. Con casi un centenar de oficiales de distinta jerarquía contribuye Caro: con la guerra emancipadora y las sacrificadas tareas de estructurar los primeros cuerpos del ejército libertador.

Fracasada la intentona belicista del Marqués del Toro —quien después sufrirá terribles privaciones por su amor a la independencia— Pedro León Torres se queda en Carora en la Guarnición mandada por el Comandante Manuel Felipe Gil. En 1812 viaja a Siquisique con motivo de la traición del Indio Reyes Vargas y cae preso el 4 de marzo. En el *Archivo General de la Nación*, Causas de Infidencias, se hallan todos los pormenores del episodio. Torres y sus compañeros de prisión fueron enviados a Coro y después a Puerto Rico, donde son sumidos “en un purgatorio de vivos”, según un documento dirigido a Fernando Mijares, que se encontraba en la isla caribeña.

De nuevo con los patriotas

Mientras permanece en la cárcel el joven Pedro León Torres, rápidos y funestos acontecimientos desmoronan sin piedad el movimiento independentista. El Capitán de Fragata Domingo Monteverde sale de Coro con menos de 500 hombres, en Siquisique se le incorpora Reyes Vargas bajo la influencia del Pbro. Torrellas, dos personajes de muy versátil actuación, pero que terminan prestándole grandes servicios a la causa libertadora.

Carora fue tomada por los realistas el 23 de marzo de 1812. En la población había 700 soldados al mando del Comandante Manuel Felipe Gil, quien se hallaba gravemente enfermo. El historiador colombiano José Manuel Restrepo anota el dato de que Monteverde se apoderó en nuestra ciudad de muchos prisioneros y material bélico; y agrega que las tropas realistas saquearon a Carora como si fuera una avanzada enemiga, “mataron a varios patriotas sin forma ni figura de juicio”.³ Por su parte, el Dr. Ramón Briceño afirma que “la ciudad fue entregada a saco sin piedad; y la sangre vertida a torrentes en el patíbulo, coronó la obra ignominiosa de la traición y selló el sacrificio de los dignos hijos de aquella honrada población, siendo Vargas el instrumento principal de aquellos asesinatos”.⁴ Conforme lo sostiene Rufino Blanco Fombona, en base a repetidos casos, el saqueo y la persecución

3. RESTREPO, JOSÉ MANUEL. *Historia de la Revolución de la República de Colombia en la América Meridional*.

4. MAC-PHERSON. *Ob. cit.*

implacable, aun antes del sádico vandalismo de Boves y sus lugartenientes, fueron las trágicas consecuencias de la ocupación de las colectividades y pueblos por las tropas del Rey. Por ello Carora, cuya inmensa mayoría estaba con la independencia, vuelve a presenciar en agosto de 1814 los horrores del saqueo y de las más inhumanas humillaciones, por parte de cien hombres a caballo, casi todos procedentes de Pedregal, mandados por el Teniente de Milicias de Blancos de Coro, José Manuel Listerri.

Conquistada la libertad, Pedro León Torres se internó con algunos de sus familiares en el hato "El Tigrito". Muy señalados como patriotas, tenían represalias de las autoridades colonialistas y creían mejor esperar oportunidades más propicias en su posesión arenaleña. No tardó mucho la buena nueva. Bolívar había invadido a Venezuela y se encontraba en Trujillo, en las manos el discutido *Decreto de la Guerra a Muerte*, para elevar el ánimo nacionalista de sus compatriotas y responder a los crímenes y venganzas de los jefes realistas.

Pedro León Torres marcha hacia Trujillo en unión de sus hermanos Juan Asciclo Bruno, Francisco José y Miguel María; de Julián Montes de Oca, amigo íntimo de la familia, quien hizo después una larga campaña militar, fue Gobernador de las Provincias de Coro y Trujillo y murió en Carora, donde se había radicado nuevamente, en 1853; y de Juan Estanislao Castañeda, de prolongada actuación en la guerra de la independencia y luego de ella, llegando a ser general en Jefe de los Ejércitos Federales.

Bolívar aparecía otra vez como un caudillo victorioso, de cuyo temple heroico y visión genial dependían como nunca el destino y la liberación de la Patria. Rafael Urdaneta y José Félix Ribas, los más prestigiosos jefes militares del momento, lo siguen decididamente, al igual que los granadinos Atanasio Girardot y Antonio Ricaurte. Desde las alturas andinas hasta su ciudad natal, reconquistada el 7 de agosto de 1813, Bolívar vive horas de exaltación gloriosa. Se suceden Niquitao, Taguanes, Los Horcones, Barquisimeto, Araure y el primer Carabobo. En casi todas esas batallas estarán Pedro León Torres y sus compañeros, con el ardor y las esperanzas de la juventud.

En el Oriente se organizan para una campaña que será muy larga y cruenta. José Francisco Bermúdez, Santiago Mariño, Antonio José de Sucre y Manuel Piar. Las fuerzas antirrepublicanas tenían sus más importantes reductos en Maracaibo, Coro, Guayana, Barinas y Puerto Cabello, plaza en la cual estaba refugiado Monteverde con los restos de su ejército.

De nuevo se hundirá la República. El asturiano José Tomás Boves, amigo de Jacinto Lara en las agotadoras jornadas de compra-venta de ganado, que pasa por las páginas de nuestra historia como una trágica y devastadora alucinación, sepultará en la sangre y en la derrota la patria libre que pugnaba por subsistir.

Llegan La Puerta, La Victoria, San Mateo, el sitio de Valencia y la emigración a Oriente. En fracasos y triunfos resplandece el heroísmo. En San Mateo se distingue especialmente Pedro León Torres, de acuerdo con lo dicho por el historiador Nicolás Perazzo⁵ y el General Eleazar López Contreras en la obra *Bolívar, conductor de tropas*.

5. PERAZZO, NICOLÁS. *Etapas de la Epopeya, 1812-1814*. Caracas, 1980.

La campaña en Guayana

Después de la retirada a Oriente, el General Rafael Urdaneta se reorganiza por las inmediaciones de El Tocuyo y con 1.000 hombres forma tres cuerpos llamados: BARLOVENTO, bajo las órdenes de José Antonio Anzoátegui y Andrés Linares; VALENCIA, mandado por Pedro León Torres y Miguel Martínez; y LA GUAIRA, por Domingo Meza y Juan Salías.

En los meses de julio y agosto ocurre la marcha al Reino de Nueva Granada del General Urdaneta, y Torres lo acompaña con el grado de Mayor, que se le confiere en Trujillo. En Tunja se suman a Bolívar, quien enfrenta en esta localidad —en la cual se halla reunido el Congreso neogranadino— una difícil situación. El Mayor Torres se traslada a Cartagena, donde defiende el Fuerte “San José” y dura pocos días. La llegada victoriosa del Mariscal de Campo Pablo Morillo, lo hace emigrar precipitadamente hacia las Antillas, siguiéndole los pasos al Libertador. Bolívar, como en otras tantas ocasiones, no se deja debilitar por la adversidad. Pero esta vez su tenacidad conductora, encuentra la decidida colaboración del Presidente haitiano Alejandro Petión, cuya memoria presenta un alto símbolo de nobleza humana para todos los venezolanos.

Los Cayos de San Luis se transforman en 1816 en el principal centro de operaciones revolucionarias para nuestros compatriotas. Conforme lo observa Paúl Verna en *Petión y Bolívar*, —un libro que tan acertadamente elogia Pedro Grases—, los Cayos llegan a contar con más de 600 refugiados de Venezuela y de Nueva Granada.

Después de vencer múltiples obstáculos y hasta frecuentes rivalidades entre algunos jefes, la *Expedición de los Cayos* sale el 31 de marzo de 1816, integrada por 272 hombres —casi todos oficiales— y siete goletas. Pedro León Torres tiene 29 años y viene en la *Expedición* con el grado de Teniente Coronel. Los patriotas llevan hacia adelante la célebre CAMPAÑA DE LOS SEISCIENTOS, invaden los Valles de Aragua. Soubllette, Mac-Gregor, Pedro León Torres, José Antonio Anzoátegui y Pedro Briceño Méndez. Se suceden diversos hechos guerreros durante varios meses. El 27 de septiembre ganan, comandados por el General Piar, la batalla de EL JUNCAL, donde sufre considerables pérdidas el ejército del General Francisco Tomás Morales. Torres es ascendido a Coronel seguidamente. Después vienen días aciagos. Bolívar se reembarca para Haití con gran riesgo de su vida.

Estamos en el año de 1817. El Libertador está de nuevo en Venezuela y el General Piar despliega una admirable actividad guerrera. El 11 de abril se libra la histórica jornada militar de SAN FÉLIX, en la cual se cubre de gloria Pedro León Torres y es ascendido a General de Brigada, “primero que a otros, porque a este muchacho se le debe en mucho el triunfo de ayer”, según palabras de Piar.

En octubre se produce el franco desconocimiento de Piar a Bolívar, que venía incubando calculadoramente, invocándose diversas razones, entre ellas la necesidad de terminar con el predominio del mantuanismo caraqueño. Luego de múltiples vicisitudes, el Libertador nombra un Consejo de Guerra para seguirle juicio, del cual forma parte el General Pedro León Torres.

El 15 de octubre el General Piar es condenado a muerte. El mismo día Bolívar aprueba la sentencia. A las cinco de la tarde del 16 fue fusilado, ante un muro de la catedral de la hoy Ciudad Bolívar. El Comandante Bruno Torres, hermano del General Torres, dio la orden de disparar. Murió, al decir de Gil Fortoul, con la serenidad de un héroe.

El General Pedro León Torres no se pronuncia, como otros integrantes del Consejo de Guerra porque el General Piar fuera degradado, en respeto y homenaje final a los laureles conquistados en la lucha por la Independencia. Dificiles y duros momentos tuvo que vivir el General Torres en el proceso y por la decisión contra su jefe militar y gran amigo hasta hacía poco. El pundonoroso oficial caroreño, hombre de extraordinaria serenidad y dispuesto en todo instante a realizar cualquier sacrificio en pro de la causa republicana, comprendió con toda claridad lo que sostendrían mucho después varios historiadores, juzgando el siempre lamentable episodio con toda objetividad analítica. Las discriminaciones de castas, las acusaciones contra los oligarcas y otras cosas de que se habla en el juicio, fueron secundarias (al contrario de lo que cree, entre paréntesis, el gran escritor caroreño Ildefonso Riera Aguinagalde) ya que “la única cuestión capital —expresa el autor de la *Historia Constitucional de Venezuela*— fue el conflicto entre la ambición a mayor influencia de un jefe de división y el poder supremo representado por Bolívar; y en semejante conflicto se jugaba nada menos que el porvenir de la patria”.⁶

Las operaciones militares de finales del 17, han de comenzar entre penalidades y derrotas. Durante todo el año señalado, Pedro León Torres efectúa en Guayana una tenaz tarea organizativa de tropas y de defensa del territorio atravesado por grandes ríos y muchas zonas inhóspitas, donde se refugiaban los patriotas y mantenían en alto sus esperanzas de triunfo.

En 1818 se adelanta la campaña de Calabozo y el centro. Un vasto escenario tienen para la acción los más importantes jefes militares del momento, entre ellos Bolívar, Mariño, Arismendi, Bermúdez, Urdaneta, Cedeño, Páez, José Tadeo Moñagas, Antonio José de Sucre, Pedro León Torres, Pedro Zaraza, Manuel Valdés, Carlos Soublette, José Antonio Anzoátegui y Francisco de Paula Santander.

Continúan distintas confrontaciones militares, en una de las cuales salen heridos Urdaneta y Torres. Por la correspondencia existente en el ARCHIVO DEL LIBERTADOR, puede apreciarse la actividad y los compromisos que cumple en este tiempo nuestro biografiado. Como bien lo dice Cecilio Zubillaga Perera en el INDICE comentado de su archivo, la “correspondencia del Jefe es muy importante para ver de qué modo desempeñaba su cargo (Gobernador de las Fortalezas de Guayana y Comandante General del Bajo Apure), muy difícil, por cierto, en medio de aquel clima insalubre, donde el paludismo hacía, y hace hoy, pavorosos estragos (don Chío escribía en plena época gomecista). Todas las notas de Torres son sobrias, comedidas y precisas. Revelan el carácter de un hombre serio que evita a todo trance prodigarse en detalles”.⁷ En enero del 19

6. GIL FORTOUL, JOSÉ. *Historia Constitucional de Venezuela*.

7. ZUBILLAGA PERERA, CECILIO. *Notas para el Archivo Zubillaga*, Carora.

sigue en el mismo cargo; y el 15 de febrero está presente como Diputado por Guayana en la instalación del célebre Congreso de Angostura, al cual asiste pocos días, llamado por las más apremiantes obligaciones militares.

Comandante en el Sur

A la visión integradora del Libertador no podía escapar la importancia del Sur de Nueva Granada y de los Departamentos de la antigua Capitanía General de Quito. A mediados de enero del 20 envía a encargarse del mando de las tropas del Sur al General Manuel Valdés, quien al sufrir comprometedores reveses abandonó a Popayán, población intransigentemente realista, un año después. El 11 de enero del 21, Bolívar decide reemplazar a Valdés y nombra para sustituirlo al General Antonio José de Sucre, quien no llega a encargarse prácticamente de su nuevo destino, ya que trece días después, el 22 de enero, el General Pedro León Torres es designado Comandante en Jefe del Ejército del Sur en el Departamento de Cundinamarca, según oficio firmado en esa fecha por el Secretario Pedro Briceño Méndez.

En febrero ya está en Popayán el General Pedro León Torres. En largas jornadas que no conocen el descanso, ha cruzado inmensas llanuras, caudalosos ríos y abruptas serranías, sobre el lomo de sus bestias de silla. Al hacer la correspondiente participación oficial se muestra impresionado por el estado del ejército y dice que prácticamente ha desaparecido la División del Sur.

Su ánimo se crece en la adversidad. En todo el año 21 se puede juzgar el extraordinario papel militar del General Torres leyendo su correspondencia para el General Santander. Recorre toda la zona que comprende Cali, Pasto, Patía, Juanambú, La Plata y todos los sitios y campos en los cuales se desarrollan las operaciones guerreras. No desmaya en su misión aun cuando está plenamente consciente de las tremendas dificultades de la campaña. Llega un momento en que se siente víctima de la incomprensión o de la altanería. El General Santander se muestra disgustado con las operaciones sobre Patía y dice que no quiere "lidiar más con el Sur". El prócer venezolano defiende lo hecho envuelto en tantas calamidades y escribe al Vice-Presidente de Cundinamarca con indignada franqueza, pero sin chabacanerías retadoras; el prever los peligros y males que pudiesen sufrir estos pueblos; hacer indicación del estado del Ejército, las causas de su desnutrición y exigir los auxilios que deben repararle, obligan a usted a decir "ni quiero ni puedo lidiar con el Sur", es seguramente porque los Jefes destinados a esta parte no saben cumplir con sus deberes. Como uno de ellos deseo que se abra un juicio de residencia. Lo exijo para sincerar mi honor y conducta que me han sido siempre más interesantes que la vida".⁸

En 1822 el General Pedro León Torres está bajo las órdenes directas de Bolívar. Después de muchos sacrificios y terribles esfuerzos, se libra el mes de abril la batalla de Bomboná, sobre la cual se ha dividido el criterio de los his-

8. Fundación Boulton, Sección Venezolana del Archivo de la Gran Colombia. •

toriadores. Con ligeras variantes se nos cuenta desde los bancos escolares la escena que protagonizaron el Libertador y el General Torres. Historiadores de ayer y de hoy repiten el inspirado episodio, recogido para inmortalidad artística por el pincel de Tito Salas, pintor por excelencia de la vida y de las glorias de Bolívar.

La descripción de la escena la ofrecen Felipe Larrazábal en *La vida del Libertador Simón Bolívar*; Cipriano Mosquera, en *Memoria sobre la vida del General Simón Bolívar*; Vicente Lecuna, en *Crónica razonada sobre las Guerras de Bolívar*; Antonio Arraiz, en *Culto Bolivariano*; Rufino Blanco Fombona, en *Bolívar y la emancipación de Suramérica*; y el mexicano Carlos Pereira en el apéndice de *El General Sucre*, donde se juzga a Torres “hijo de la temeridad juvenil y sonriente”.

Las versiones aludidas pueden resumirse así: “Bolívar mandó a atacar ‘antes que almuerce la tropa’. Torres entendió mal, y dio de comer. Bolívar se incomodó en extremo y dijo a Torres: ‘Entregue Usted el mando al Coronel Barreto, que seguramente cumplirá mejor que Usted las órdenes que se le den’. Entonces Pedro León Torres, desmontándose del caballo y tomando un fusil: ‘Libertador —le dijo en una decisión sublime— si no soy digno de servir a mi Patria como general, le serviré al menos como granadero’. Bolívar se bajó del caballo, lo abrazó y lo restituyó al mando”.

En *Apuntaciones para la Historia*, el discutido General José María Obando, testigo presencial del hecho junto con el General J. A. López y el Capitán Tomás C. Mosquera, afirma que el General Torres, al verse destituido del mando inesperadamente, se expresó frente al Libertador en los siguientes términos: “No, estas divisas que quiere vuestra Excelencia empañar las debo al valor y no son de V. E. sino de la patria, que es el objeto de mis sacrificios: la sangre de mi familia derramada casi toda en esta gloriosa guerra me reclama en este momento la vindicación del ultraje que en mi persona quiere hacersele. Si no sirvo como General, serviré como soldado y nadie podrá impedirme este servicio más a mi patria, y al proferir estas palabras lo hizo arrebatando un fusil a un soldado”. Bolívar, en un impulso de sublime hombría lo abrazó y le expresó: “Bien, General, vuelva Usted al mando y marche Usted al enemigo. Al iniciarse el combate, Torres cayó gravemente herido”.⁹ Después de Bomboná el Libertador se retiró hacia el Norte. Desde el PEÑOL el 25 de abril, al contestar una carta del Coronel Basilio García, Bolívar, disgustado por el tono de ella, manifiesta: “El señor general Mires seguirá la suerte que V.S. guste, y el señor general Torres será tratado como U.S. quiera, pero más tiene que perder el partido español de mí, que yo de él”.¹⁰

En unas INSTRUCCIONES AL TENIENTE DE CATALUÑA José Moreno, el jefe de las fuerzas realistas decía lo siguiente: “El señor general Torres se halla en casa separada, y será tratado con todo decoro, ofreciéndosele cuanto haya, evitando que ultrajen su persona. Si no tuviera bastantes sirvientes, podrán serlo los que

9. OBANDO, JOSÉ MARÍA. *Apuntamientos para la Historia*, Ministerio de Educación de Colombia. Bogotá, 1945.

10. BOLÍVAR, SIMÓN. *Obras Completas*, recopilación y notas de Vicente Lecuna.

estén más aliviados, lo mismo que poner alguna guardia si se necesita para el buen régimen, obediente a lo que U. ordene”.

Fue trasladado a la casa solariega de Tomás Miguel de Santacruz, apellidado el Virrey de Yacuanquer, donde recibió cuidados y trato especiales. Mejora, se llena de esperanzas. Pero luego se agrava, tal vez por la falta de recursos que las terribles circunstancias imponían. El 9 de junio, poco después de liberado Pasto, Bolívar le escribe al General Santander y le informa: “El General Torres está bien malo, ya le he mandado un cirujano: mañana lo veré en Yacuanquer, por donde pasaré con unos húsares para Quito”. Murió el 22 de agosto de 1822, a los 34 años de edad. Sus restos, como se cree generalmente, no están en el Panteón Nacional. Fue sepultado en la Iglesia Parroquial de Santa María Magdalena de Yacuanquer, pero la lápida que aparecía sobre su nombre desapareció en 1903 al hacersele algunas reparaciones a la mencionada Iglesia, según lo estableció el periodista y sacerdote colombiano Arístides Gutiérrez. Por ello, en 1922, al cumplirse el primer centenario de su muerte, el gran poeta zuliano Udón Pérez, exclamaba:

*“¿En dónde están ¡Oh patria!, los huesos de este Hombre?
los huesos de este Hombre de vida esclarecida
que te ofrendó su sangre, que te ofrendó su vida”.*

Señores académicos:

El 25 del presente mes se cumple el bicentenario del nacimiento del glorioso prócer suramericano sobre cuya vida me habéis pedido, por una honrosa distinción que siempre agradeceré, hablar a grandes rasgos en esta memorable ocasión, cuando la Academia Nacional de la Historia se suma tan justicieramente a los homenajes que se le tributen. Hermosos y perdurables testimonios de admiración se le han hecho en el curso de los años al General Torres en su patria chica y en otras partes de Venezuela. Asimismo, en la hermana República de Colombia, en una bella plaza de Yacuanquer, se levanta su estatua desde 1954, en cuya inauguración minentes historiadores colombianos y diarios como *El Tiempo* de Bogotá, supieron expresar lo que significaba el General Torres para la emancipación de nuestras patrias. En medio de estos tiempos convulsionados, cuando los países fraternos de este Continente luchan dramáticamente por la libertad, por afianzar su independencia y por lograr sus más vitales metas de desarrollo, de cultura y de felicidad, las nuevas generaciones tienen en el General Pedro León Torres un ejemplo a seguir, por su condición humana, su viril gentileza y su inmenso sacrificio, en un momento difícil de su carrera militar, una muerte gloriosa y redentora.

LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA, PRESENTA LA SEGUNDA EDICION DE LA OBRA "BOLIVAR Y EUROPA"

PALABRAS DEL DR. GUILLERMO MORON, CON MOTIVO DE LA
PRESENTACION DEL LIBRO *BOLIVAR Y EUROPA*, 2ª EDICION,
EL DIA 23 DE JUNIO DE 1988

Ustedes habrán visto el aviso que se hizo publicar con motivo de la presentación de la 2ª edición de *Bolívar y Europa* en las crónicas del pensamiento político y la historiografía, el volumen primero correspondiente al siglo XIX. Este libro ha tenido una gran repercusión, no solamente en Venezuela, sino en América Latina y en Europa. Ayer me decía el Presidente Jaime Lusinchi con cuánto gusto había obsequiado ejemplares de esta segunda edición y además de la primera a diversas personalidades de diversos lugares. Traigo este eco del Presidente de la República para ratificar simplemente la importancia de la obra.

Esta obra ha sido dirigida, desde el punto de vista de la investigación, por nuestro correspondiente Don Alberto Filippi. Por eso en el aviso de hoy para hacerle justicia obvia a su destacada actuación en la dirección de esta investigación, apareció su nombre con letras mayores a las del Director de la Academia Nacional de la Historia ya era uno de los más importantes historiadores del Continente antes como todo el mundo sabe, quien ha concebido esta singular investigación universal. José Luis Salcedo Bastardo, Individuo de Número de esta Academia Nacional de la Historia ya era uno de los más importantes historiadores del Continente antes de ser tal individuo de número. Yo proclamo con tal regocijo, porque soy un amigo de hace muchos años, cómo la obra de José Luis ha cruzado los mares. Se ha vertido a las más diversas lenguas, no sólo su obra sobre Bolívar (porque él ha dedicado una porción importante de sus quehaceres, de sus deberes, de su talento a la investigación de Bolívar) sino en términos generales sus libros de historia. Su magnífica *Historia Fundamental de Venezuela* es un ejemplo de meticulosidad, de amplitud, de generosidad y de claridad, ya lo hemos dicho en esta Academia, es un modelo de la historiografía venezolana y latinoamericana.

De modo que la Academia, querido José Luis, siempre está pendiente de todo cuanto haces en el campo de la inteligencia, del servicio a las ciencias sociales, del servicio de la cultura, del servicio a la historiografía; pero también del servicio al otro ámbito del país, los servicios públicos en los cargos más distinguidos, ahora también desde hace mucho tiempo en el campo de la diplomacia, que ha contribuido a ensanchar las fronteras del pensamiento venezolano.

La Academia se siente feliz de que José Luis Salcedo Bastardo esté al frente de esta magnífica contribución al conocimiento universal de Bolívar, pero también se siente feliz de tenerlo como Individuo de Número y de reconocer en él a uno de los grandes historiadores latinoamericanos.

En lo que concierne a Alberto Filippi lo hemos hecho nuestro miembro correspondiente por múltiples razones. En primer lugar porque es un venezolano

que se ha dedicado también a la tarea de la investigación con gran afecto por el país venezolano. Tiene las dos dimensiones que suelen tener muchos otros venezolanos de nuestro tiempo. Los orígenes italianos que no hacen otra cosa sino contribuir a la venezolanidad, puesto que en este tiempo moderno uno de los mayores aportes a nuestro proceso cultural, a nuestro fortalecimiento del viejo mestizaje del siglo XVI, del siglo XVII, del siglo XVIII y a su consolidación en el siglo XIX, proviene en gran medida de los italianos modernos; y por otra parte, el idioma de nuestra nacionalidad, de nuestra identidad, es hijo legítimo del viejo idioma italiano llamado el latín; de modo que el italiano moderno y el español moderno tienen un padre y una madre común en Roma y en el latín. Alberto Filippi no sólo es un magnífico investigador, no sólo es un excelente escritor (por eso le hemos publicado uno de sus libros en nuestra colección y seguramente le publicaremos otros en el futuro), sino que es un hombre con vocación de servicio, que se ha dedicado a prestarle una colaboración al Comité del Bicentenario y a las Comisiones de Trabajo que dirige en primer lugar José Luis Salcedo Bastardo, y también nuestro amigo Blas Bruni Celli, sino a esta Academia y en consecuencia un servicio especial al país venezolano, a la nación venezolana y a la cultura venezolana. Yo quiero pues destacar con la presentación de esta 2ª edición, de esta obra, a estos dos amigos nuestros y darle el relieve que ambos tienen en la inteligencia del país, felicitarlos y ratificarles el afecto de la Academia por sus tareas respectivas y felicitarles muy cordialmente por la 2ª edición de la obra y decirles que esperamos que muy pronto se edite el volumen II y yo no sé si habrá volumen III dedicado a otra área, especialmente a la norteamericana; pero eso ya nos lo dirá el Dr. José Luis Salcedo Bastardo, quien tiene la palabra.

PALABRAS PRONUNCIADAS POR EL DR. J. L. SALCEDO BASTARDO,
EN OCASION DE LA PRESENTACION DE LA 2ª EDICION DE LA OBRA
BOLIVAR Y EUROPA, EN EL PALACIO DE LAS ACADEMIAS EL 23
DE JUNIO DE 1988

El lanzamiento de esta obra en 1986, ha constituido tal como esperábamos un resonante suceso. Se encuadra tan feliz acontecimiento entre las más fecundas y prometedoras realizaciones de la conmemoración bicentennial del Libertador (1783-1983).

El dictamen de autorizados críticos y de ilustres corporaciones, como el notorio interés de los sectores culturales y universitarios, en distintos países, coincide con los estimulantes juicios de especialistas exigentes de Venezuela. Se ha abierto, en efecto, un camino. En un esfuerzo magno, congregando a treinta y cinco autores calificados sobre una materia fundamental —y en análisis cuya suma compacta no tiene entre nosotros precedentes— se ha cubierto España, Francia, Gran Bretaña, Italia, Santa Sede, Alemania Federal, República Democrática Alemana, Holanda, Unión Soviética, Portugal, Checoslovaquia, Suecia, Suiza, Hungría, Ru-

de ser culminada con el volumen II, remate de tan fértil empeño. Consecuentemente y Polonia. Así cumpliéndose la primera fase de la tarea ingente, ya en proceso la experiencia de este logro espléndido se aplica ahora a la segunda etapa del mismo tema referido a la centuria actual.

El idealizador, artífice y guía de esta empresa, el Profesor Alberto Filippi, ha indicado el paso a seguir, al cual auspicia el Gobierno de Venezuela por su órgano el *Comité Ejecutivo del Bicentenario de Simón Bolívar*. Ahora se amplía el ámbito inicial, añadiendo pesquisas en bibliotecas y archivos de Bélgica, Yugoslavia, Noruega, Dinamarca, Bulgaria, Grecia, Austria y Finlandia. Continuaremos desde 1883, término de la investigación dedicada al siglo XIX, hasta los días que corren. Comprenderá el volumen por venir: el período de la expansión económica, política y cultural del imperialismo europeo; después la gran crisis de comienzos del siglo XX; luego los escritos en los cuales la acción política del Libertador se mira como precursora del "cesarismo" y la "antidemocracia", redivivos, anticipo del Duce y del Führer. También, con las paráfrasis indispensables, se analizará la idea que tuvieron de Bolívar el Modernismo, el Simbolismo, el Futurismo. Igualmente los enfoques ibéricos de Costa y Unamuno.

Al propio tiempo, y en tercera instancia, dentro de la misma superior motivación, nos hemos propuesto con el respaldo activo y en coordinación con la Organización de los Estados Americanos, otra extensa investigación: "Bolívar y las Américas" —a empezar por Argentina, Chile, Brasil, Estados Unidos, Uruguay y Haití— con el fin de rescatar el acervo testimonial de la Emancipación. Esta búsqueda, colocando al proceso de nuestra Independencia en su tamaño y marco continentales —y en sus complejas relaciones con la historia Europea—, permitirá perspectivas originales en la apreciación de esa vital problemática.

Insisto:

En sus fuentes documentales americanas se percibirá el sentido propio de la política internacional de la Colombia Bolivariana en interacción de todos sus contornos respondiendo a interrogantes del valor más actual.

Es grande y sincera la satisfacción cuando, pasando de los sueños y la retórica a los hechos concretos, marchamos con firmeza hacia una realmente universal consideración del arquetipo de América Latina. Esa es la meta que siempre hemos tenido en la coyuntura bicentenaria, y ese fue el motor que animó iniciativas —Fundación Bicentenario de Simón Bolívar, Premio Internacional Simón Bolívar con la UNESCO, Bolivarium, publicaciones múltiples, reediciones de las series documentales básicas, traducciones, concursos, foros, etc.— ya evaluadas y asimiladas en programas sustantivos como en rectificaciones y señalamientos de fondo que implican una real novedad cultural.

Sobra señalar la complacencia personal, ahora a 35 años de la inauguración a nuestro cargo de la primera Cátedra Bolivariana, en la Universidad Central de Venezuela, arranque de una auténtica visión y revisión de Bolívar. Aficionados al tema Bolívar, desde la adolescencia en el Carúpano que nos vio nacer, y en los estudios que alentara en Caracas nuestro entrañable maestro Doctor Francisco Al-

fonzo Ravard, tras cuatro décadas de constante quehacer vemos reconocida en lo esencial la visión orgánica y coherente, que por primera vez nos cupo el honor de presentar en obra en 1957. Más de un centenar de piezas bibliográficas —13 libros, 60 ediciones (15 idiomas), 40 opúsculos, 12 colaboraciones en antologías especiales, 26 prólogos— componen el saldo impreso de esta capital consagración. Al respecto vale subrayar cómo hoy es de general aceptación el método que procura comprender a Bolívar en su plenitud histórica y creadora, superando los arcaicos criterios fraccionales que miraban única y exclusivamente su proyección guerrera y política. A la vez se restituye al Héroe, progresivamente, su significación hemisférica y mundial: Bolívar supravenezolano, exponente ciertamente latinoamericano, valor cimero próximo —además— para todos los pueblos del orbe que trabajan y luchan por los valores que dieron razón, sentido y gloria, a su trabajo y sus luchas. Antes no se le vio en la estructura panorámica de su ordenada complejidad total como va siendo ahora corriente: líder de ideas claras y acciones consecuentes, en sintonía con su tiempo, y vigente mucho más acá de aquella su estricta circunstancia. Hoy se predica el sistema esencial de un hombre muy consciente de su programa y de sus objetivos. Así resalta en Simón Bolívar esa cualidad de positivo presente y de futuro, en claro y vasto alcance que para todos hace diáfano y cercano su plural signo revolucionario: libre, democrático, popular, igualitario, justiciero, integrador, siempre actual y hoy más urgente y vivo que nunca.

Conste el aplauso de reconocimiento a la decisión del señor Presidente de la República, doctor Jaime Lusínchi, que hace posible esta reedición. A sus distinguidos colaboradores, Dr. Carmelo Lauría —Ministro de la Secretaría de la Presidencia— y Dr. José Manuel Serrano iguales testimonios de gratitud. Por empeño del Primer Magistrado este libro circula en tiraje necesario —rebasando promisoriamente el área restringida de los especialistas. Se atiende un reclamo conveniente de la historiografía general en nuestra hora. Así, difundido con la intensidad merecida, se plasma el homenaje que a nuestra historia, en su figura cúspide, le rinde aquí tan relevante y prestigiosa representación de la inteligencia europea.

**LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA RECIBE A LA
SRA. LEONOR GIMENEZ DE MENDOZA, PRESIDENTA
DE LA "FUNDACION POLAR"**

**PALABRAS DEL DR. GUILLERMO MORON EN EL ACTO DE
PRESENTACION DEL MICRO DE LA "FUNDACION POLAR",
EL DIA JUEVES 30 DE JUNIO DE 1988**

Distinguida doña Leonor Jiménez de Mendoza, la Academia Nacional de la Historia aprobó por unanimidad pedirle a Ud. que viniera en la tarde de hoy para rendirle un homenaje de cordialidad, de afecto, de respaldo y de gratitud. La

Academia Nacional de la Historia va a cumplir 100 años el próximo 28 de octubre. 100 años sin interrupciones de ninguna naturaleza. El archivo de actas de la Academia Nacional de la Historia es un ejemplo de cómo una institución puede mantenerse continuamente en pie creador cuando hay la intención de hacerlo por parte de sus miembros y eso es lo que ha ocurrido con la Academia Nacional de la Historia. Por supuesto que el soporte de esta institución es el país venezolano, en primer lugar, esto es los 500 años de tradición que tiene ya Venezuela. Suele decirse en algunos medios de comunicación y por gente un tanto despistada que el pueblo venezolano es un ejemplo joven; no, el pueblo venezolano es un pueblo antiguo, es un pueblo viejo, es un pueblo con una larga tradición. La lengua castellana que tiene 100 años de existencia ha sido nutrida con 500 años de tradición de la lengua española que se habla en Venezuela y en los demás países hispanoamericanos. Es Venezuela, en consecuencia, un país viejo, un país con tradición, un país con historia que siempre se mantuvo además dentro del estado de derecho, porque como lo ha demostrado largamente esta institución durante muchos años con sus publicaciones, especialmente con la serie denominada "Fuentes para la Historia Colonial de Venezuela", no es que las provincias venezolanas ni ninguna otra de las provincias hispanoamericanas fueron colonias en el sentido jurídico, ni siquiera en el sentido cultural de la palabra, sino que las provincias venezolanas, como todas las demás provincias americanas de España, constituían una gran entidad dentro del estado español. No se nombraba a los gobernantes ni se seleccionaban las instituciones a dedo, como se ha repetido muchas veces, sino por procedimientos jurídicos debidamente establecidos; sólo que pertenecíamos a un estado monárquico, a un estado de una organización diferente a la que se dio Venezuela y a la que se dieron los pueblos hispanoamericanos y latinoamericanos en general incluyendo, en consecuencia, Brasil y a otros sectores de otras culturas como Haití, que se dieron una organización diferente. A partir del proceso de la independencia pasamos de estado de derecho monárquico al estado de derecho republicano.

Esta institución se ha dedicado, doña Leonor, a demostrar que el país, en efecto, tiene su historia propia y que el rostro del pueblo venezolano proviene de esa larga tradición histórica, de la historia política, de la historia social, de la historia económica y de la historia cultural; siempre lo hizo así desde su fundación. Esta Academia ha tenido como directores a muy distinguidos historiadores. Yo soy el más insignificante de ellos y mi presencia aquí es un simple azar de trabajo; pero todos los directores anteriores forman parte de la gran inteligencia de Venezuela y desde luego sus individuos de número y sus miembros correspondientes han constituido una organización, una institución que hoy es científica, pero que nació como una corporación literaria que ha contribuido de manera poderosa a mantener la conciencia de lo que es el país, de una parte; y en nuestro tiempo, por razones de necesidad contemporánea, a crear de nuevo la memoria del país, para que la gente sepa que no hemos sido un bazar, que no somos un campo petrolero, sino que somos un pueblo con una tradición y con una organización.

En estos momentos, al cumplir los 100 años, la Academia Nacional de la Historia se ha convertido en una institución muy grande, también desde el punto

de vista del quehacer cotidiano. Dispone la Academia, doña Leonor y distinguidas amigas y amigos, de una Biblioteca de 150.000 volúmenes, están debidamente catalogados, ahora vamos a computarizarla y vamos a ponerla al servicio del público en general, no solamente al servicio de los investigadores, de los profesores, de los estudiantes sino de la gente que quiere venir a investigar y de hecho viene mucha gente todos los días a investigar. Dispone la Academia también de una Hemeroteca con numerosas colecciones de periódicos correspondientes a todo el país venezolano durante el siglo XIX y durante el siglo XX. Empezando por la Gaceta de Caracas de la cual hemos hecho una edición facsimilar extraordinaria, coordinada por don Manuel Pérez Vila, en 10 tomos, con muy buenos estudios preliminares y con magníficos índices para la consulta. También dispone la Academia de un archivo estupendamente organizado y que también estamos en proceso de computarizar, de modo que ya no sea necesario utilizar los documentos en directo por los investigadores, sino que se puedan utilizar a través de los lectores de computación; y desde luego la Academia tiene a su servicio un magnífico departamento de Biblioteca y Archivo, lo dirige uno de los más eminentes historiadores de las ideas y de la pedagogía venezolana que es don Rafael Fernández Heres.

El Departamento de Investigaciones está dirigido por uno de los historiadores de más alto relieve en el campo de la historia de las instituciones, el Dr. Santiago-Gerardo Suárez.

En la Junta Directiva me acompañan el Primer Vicedirector, el Dr. Rafael Armando Rojas, el Segundo Vicedirector, Coronel Tomás Pérez Tenreiro, nuestro Secretario el ilustre poeta y escritor J. A. de Armas Chitty y Rafael Fernández Heres, Bibliotecario-Archivero. Pero la Corporación no trabaja sola, sino que todo el conjunto trabaja en equipo. Por último, a partir del 3 de agosto de 1958 funciona un Departamento de Publicaciones; claro está que la Academia había hecho muchas publicaciones con anterioridad, pero no se había organizado una gran biblioteca en forma sistemática, de modo que puedan publicarse no sólo las fuentes sino también las investigaciones. Durante estos 30 años que se van a cumplir el 3 de agosto próximo también por azar he sido yo el creador de ese departamento y me mantengo todavía como Director de Publicaciones puesto que mi función como Director es pasajera; y seguramente prestaré todavía mi servicio al Departamento de Publicaciones por un par de años más, si la Academia así lo decide. Se han publicado en ese Departamento durante estos treinta años unos 6.000 títulos.

Es costumbre en la Academia en su sesión ordinaria de todos los jueves presentar los libros que se editan en la semana. Desde hace 4 años se publicaron aproximadamente unos 2 títulos por semana, pero entre el año pasado, el presente y el próximo hemos subido a publicar 3 libros por semana. En el inmenso ámbito de la historia política, la historia social, la historia económica y la historia cultural del país, pero también en el ámbito de las humanidades y de la inteligencia intelectual propiamente tal, muy amplia. Por ejemplo, a don Pedro Berroeta le tengo pedido desde hace 3 años un texto para El Libro Menor, pero él es muy enemigo de recoger sus magníficos artículos de "El Nacional" en volumen, yo le insisto en que lo haga porque el periódico, que es muy útil, resulta pasajero; en cambio

reunir una selección de los agudos e irónicos, a veces terribles, pero magníficos artículos de Pedro Berroeta de "El Nacional", sería muy útil para los lectores de la serie El Libro Menor que es muy prestigiosa.

Doña Leonor, en esta Academia admiramos el trabajo, admiramos el esfuerzo y la constancia y por eso hemos visto siempre con mucha simpatía que la Fundación Polar se ha dedicado a utilizar parte de los recursos que obtiene mediante el ejercicio del trabajo, creador de las empresas Polar, en contribuir con el desarrollo de las ciencias, de la tecnología, de la técnica y de las humanidades en Venezuela.

Nosotros sabemos del premio "Lorenzo Mendoza Fleury" que se otorga desde hace 3 años a 5 jóvenes científicos venezolanos; ya son 15 los que se han premiado. Nosotros sabemos también de las tareas de la Fundación Polar en otros ámbitos como el incentivo a los estudios científicos, de la agricultura, disposición de desechos sólidos y también ahora en las humanidades. El Diccionario de Historia de Venezuela que está haciendo la Fundación será un aporte singular muy especial al estudio de lo que ha sido la historia de Venezuela. Hemos colaborado a título personal y respaldamos a título institucional todo lo que hace la Fundación Polar y por eso, además, estamos muy contentos de tenerla a Ud. y a sus colaboradores más inmediatos aquí en esta casa.

No sólo porque nos ha regalado la Fundación Polar un micro estupendo que en este año centenario contribuirá de manera poderosa a que el pueblo venezolano conozca lo que es la Academia Nacional de la Historia, sino por el respeto y la admiración que en la Academia se tiene por todo el trabajo creador, productor de riqueza de una parte desde luego y también productor de creatividad en el ámbito de las ciencias, de la tecnología, de la técnica y de las humanidades, por la otra. Yo no puedo terminar estas palabras de cordialidad y de afecto hacia Ud. y hacia la Fundación sin decir que yo tengo vínculos con algunas gentes que trabajan para usted. Vínculos antiguos algunos de ellos, Antonio Aldazoro de Lepiani es mi compañero de infancia en mi ciudad de Carora y Humberto Fontana es mi compañero de infancia en mi pueblo de Cuicas; nos conocíamos desde muchachos en los bancos de la escuela, siempre me derrotaba Humberto en nuestras discusiones en la Plaza Bolívar de Cuicas cuando hablábamos naturalmente de botánica o de cualquier otra cosa que supiera a ciencias. Es natural que ocurriera así puesto que Humberto se ha dedicado posteriormente en efecto a las Ciencias; Antonio Aldazoro de Lepiani es muy amigo mío, fuimos compañeros de infancia; es un hombre por el cual yo tengo una gran admiración; y también están sentados aquí dos personas, una de ellas el doctor Manuel Pérez Vila que coordina y dirige el Diccionario de Historia de Venezuela, miembro de esta institución y uno de los primeros historiadores venezolanos de nuestros días, y ya mencioné antes a Pedro Berroeta, a quien todos admiramos como una de las inteligencias más lúcidas, como uno de los mejores escritores de Venezuela y de América Latina, no solamente ensayista, sino también novelista, un pensador y creador; y nosotros admiramos el talento, admiramos la sabiduría y admiramos, repito, el trabajo. Reciba, pues, Ud. doña Leonor, el agradecimiento de la Academia Nacional de la Historia con este aplauso.

Tiene la palabra, doña Leonor.

DISCURSO DE LA SEÑORA LEONOR GIMENEZ DE MENDOZA,
PRESIDENTA DE LA "FUNDACION POLAR", EN LA ACADEMIA
DE LA HISTORIA (30 DE JUNIO DE 1988)

Señor Director

Señores Académicos

Señoras y señores:

Es muy grato para mí saludar en nombre de la "Fundación Polar" a la Academia Nacional de la Historia, que dentro de pocos meses cumplirá un siglo de constantes y fecundas actividades.

Cien años de vida institucional ininterrumpida durante los cuales se ha mantenido y expandido la tarea señalada en el Decreto que la creó en 1888, dictado por el entonces Presidente de la República Dr. Juan Pablo Rojas Paúl, expresada en labor fecunda, a lo largo de varias generaciones que en armoniosa sucesión han venido siguiéndose en el seno de esta ilustre Corporación.

Ustedes, señores académicos, como lo hicieron ante sus antecesores en los sillones que ocupan, y como habrán de hacerlo en el futuro quienes los sigan como Individuos de Número, están demostrando que la Academia no sólo estudia la historia sino que también la hace, mediante un proceso que es a la vez continuidad y renovación. Continuidad en el objetivo fundamental que el Dr. Mario Bricceño Iragorry definió alguna vez como la defensa e ilustración de nuestra historia, y renovación en los métodos y en la temática de su estudio al compás del desarrollo del país y de los progresos de las ciencias.

Durante esos cien años, ilustres venezolanos han contribuido desde el seno de la Academia al conocimiento de nuestro pasado como nación y a la comprensión de la evolución del pueblo venezolano, cuyas raíces se extienden en el tiempo mucho más allá de la llegada de los europeos a esta "Tierra de Gracia", como la bautizó Colón al avistarla hace casi cinco siglos.

Esta comprensión de Venezuela a la cual se refirió Mariano Picón Salas, la profundizan ustedes, señores Académicos Numerarios y Correspondientes, tanto en lo relativo al proceso político y social del país, como en sus diversas facetas, desde la economía a las artes y la cultura en general, tarea honrosa y delicada a la cual se dedican con inteligencia, pasión y responsabilidad, como herederos de una noble tradición.

Por su propia naturaleza el trabajo de investigador, el análisis del erudito, como bien lo saben ustedes por experiencia, es arduo, paciente y callado, hasta que llega el momento de dar a conocer y divulgar los resultados. En este sentido, la Academia, mediante el esfuerzo sostenido de sus miembros actuales y de quienes les antecedieron, ha llevado a cabo una excelente obra de análisis y difusión del conocimiento histórico, tanto en calidad como en cantidad y amplitud.

Esto hemos podido comprobarlo en la "Fundación Polar" durante el proceso de elaboración del *Diccionario de Historia de Venezuela* que está a punto de culminar. El equipo de investigadores que en nuestra Institución se ha consagrado a la tarea de realizar el *Diccionario*, ha tenido en todo momento abiertas las puertas del Archivo Histórico, de la Biblioteca y la Hemeroteca de la Academia Nacional de la Historia, que conjuntamente con las valiosas publicaciones editadas por ella, han proporcionado una base sólida para nuestra labor en este campo. A ello se agrega la inestimable colaboración de muchos académicos presentes y ausentes.

Entre los que se han ido quiero tributar un reconocimiento a la memoria del Dr. Carlos Felice Cardot, quien era director de la Institución cuando falleció hace dos años. El dio en todo momento su apoyo al proyecto del *Diccionario*, como lo han hecho también y siguen haciéndolo los actuales integrantes de la Junta Directiva que encabeza el Dr. Guillermo Morón con otros distinguidos académicos. A la cooperación brindada por la Academia como institución se ha agregado la notable colaboración prestada a título individual por varios miembros de esta corporación, quienes han redactado buen número de los artículos que figuran en el *Diccionario de Historia de Venezuela*.

Al reiterarles en esta ocasión la gratitud de la "Fundación Polar", me complace anunciar que próximamente entrará en circulación esta obra, formada por más de 3.400 artículos en tres volúmenes, dos tercios de este total están dedicados a biografías de personajes notables, y el resto se refiere a temas, acontecimientos, instituciones, procesos y lugares de interés para el conocimiento del pasado y del presente de Venezuela con la esperanza de que su análisis nos permita orientarnos como nación hacia la construcción de un futuro racional y justo. Un futuro que está a nuestro alcance si sabemos aprovechar la coyuntura actual con inteligencia, constancia y fe en los destinos del país.

Por todas estas razones, el micro que veremos luego es un homenaje de la "Fundación Polar" a la Academia, con el propósito de que su proyección en los cines de todo el país contribuya a difundir los valores de nuestra Historia que con tanto acierto estudia y promueve esta meritoria Institución.

Muchas gracias.

Caracas, 30-6-88.

**LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA, PRESENTA
LA OBRA "HOMENAJE AL GENERAL ELEAZAR LOPEZ
CONTRERAS"**

PALABRAS DEL DOCTOR GUILLERMO MORON EL DIA 7 DE JULIO DE 1988 EN HOMENAJE AL DOCTOR ELEAZAR LOPEZ CONTRERAS

En primer lugar quiero saludar a nuestro visitante de esta noche. Apreciado General Luis Ramón Contreras Laguado, Comandante General de las Fuerzas Armadas de Cooperación, distinguidos oficiales, apreciada doña Silvia Mijares, don Vicente Grisante, Dr. Tulio Arends Maldonado, Director de la Fiscalía y demás amigos presentes.

En 1956 se publicó la primera edición de mi *Manual de Historia de Venezuela*; en 1971, se publicó la primera edición de mi *Historia de Venezuela General*. Tanto en el *Manual* como en esa *Historia de Venezuela*, el General Eleazar López Contreras aparece como el iniciador de la historia contemporánea de Venezuela y no sólo desde el punto de vista político, puesto que el General Eleazar López Contreras crea la democracia contemporánea, la democracia liberal, desde arriba hacia abajo, que va a ser profundizada en 1941, por el General Isaías Medina Angarita, sino que el General Eleazar López Contreras abrió todas las compuertas históricas del país venezolano. Desde el 13 de enero de 1830 hasta el 17 de diciembre de 1935 Venezuela vivió un irregular siglo XIX de 105 años. Durante ese siglo XIX venezolano, distinto a todos los demás del Continente y del mundo, Venezuela tuvo como características principales de su historia estas cuatro: en primer lugar, la dictadura y la guerra dominaron sobre los procesos democráticos que naturalmente hubo durante el siglo XIX; la economía estuvo dominada por la tradicional economía de sobrevivencia, la agricultura y la ganadería; en el ámbito social el 90% de la población vivía en el campo, pobre, enferma. Hay una expresión muy dura que utilizaban los godos de mi pueblo para esa gente mayoritaria de la cual yo formaba parte "los pata en el suelo", porque en efecto el pueblo venezolano no comienza a calzarse con sus zapatos sino a partir de 1941 cuando se estableció la primera fábrica para calzados para servir a las Fuerzas Armadas. El pueblo seguía estando descalzo y el 10% que podía calzarse lo hacía con alpargatas y sólo una minoría podía usar los zapatos los días domingos y las fiestas de guardar. Y desde el punto de vista de la cultura en ese largo siglo XIX también la inmensa mayoría era analfabeta; los cálculos de los estadígrafos los ponen entre un 10 y un 12% de analfabetas, que de alguna manera sabían leer o escribir aunque un solo 3% habían ido a alguna escuela. A partir de 1936, cuando el General Eleazar López Contreras establece las nuevas normas de la vida histórica venezolana, hasta este mismo momento la situación ha variado de manera radical. En 1936 teníamos 3 millones de habitantes; en este momento tenemos 18 millones de habitantes. En 1936 el 90% de la población era analfabeta, en este momento sólo es analfabeta el 9.8% de la población. En 1936 había dos Institutos de Educación Superior, la Universidad Central

de Venezuela y la de Mérida, y entre las dos no llegaban a 3 mil estudiantes. En este momento hay 100 Institutos de Educación Superior y Universidades. El analfabetismo ha sido prácticamente derrotado en el país. La economía petrolera sí ha sido una bendición para el país y seguramente lo seguirá siendo durante una temporada larga. Ha transformado de manera radical lo que somos los venezolanos. Perdimos el siglo XIX, no entramos a la historia contemporánea, no hicimos la revolución industrial. Nos mantuvimos concentrados en el retraso, en la guerra, en las enfermedades y en la pobreza. Y Venezuela no desapareció como pueblo por las razones históricas que todos conocemos. En primer lugar, porque teníamos una larga tradición de cultura que hoy ya llega a 500 años; en segundo lugar, porque se había realizado poderosamente el mestizaje antiguo y también la unidad de la cultura popular en lengua castellana y por otra razón, porque durante todo el siglo XIX los venezolanos vivimos de honrar a los héroes de la Independencia, nos aferramos a los héroes de la Independencia y a las tradiciones de esa heroicidad extraordinaria del siglo XIX y con ese hilito de tradición cultural vivimos durante 105 años. En estos últimos 52 años la transformación del país es radical, ha crecido en población, ha crecido en inteligencia, ha crecido en cultura. En esta Academia saben cómo mi posición ha sido optimista frente a todas las prédicas de posibles desastres; en estos momentos hay aproximadamente 300.000 muchachos y muchachas entre los 25 y 35 años que han terminado su educación superior dentro o fuera del país y un país que tiene 300.000 muchachos y muchachas bien educados no puede estar al borde de la bancarrota sino al revés, lo que está es al borde de la transformación radical hacia su nuevo destino.

La Academia Nacional de la Historia honra a los grandes hombres del pasado y también a las grandes mujeres del pasado y del presente. Señor General, la Academia se siente muy contenta de tenerlo a usted y a sus compañeros de Armas en esta casa, para honrar la memoria de Eleazar López Contreras que no solamente contribuyó a la modernización de las Fuerzas Armadas Nacionales con la creación de la Guardia Nacional, una de las más extraordinarias por su sentido de preservar no sólo los intereses del país frente a terceros externos sino principalmente por las enormes tareas que las Fuerzas Armadas de Cooperación cumplen dentro del país. Fuerza sutil que está en todos los sitios donde es necesario estar para salvaguardar los intereses de la nación y los intereses del pueblo. De modo que honrar al General Eleazar López Contreras es ponerlo de relieve como una de las grandes figuras históricas en todos los sentidos. Era desde luego un Oficial, un hombre de armas, pero también fue principalmente un hombre de civilización y un hombre de transformaciones civilizadoras para el país venezolano. La obra que hoy se presenta ha sido dirigida por el doctor Tomás Polanco Alcántara, a quienes todos ustedes conocen, un historiador, un biógrafo, creo que se ha convertido en el principal biógrafo de nuestros días en Venezuela por los diversos libros que ha publicado. De modo que voy ahora a ceder la palabra al doctor Tomás Polanco Alcántara para que haga referencia específica al libro que presentamos.

INTERVENCION DEL DOCTOR TOMAS POLANCO ALCANTARA, EN LA JUNTA ORDINARIA DE LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA CELEBRADA EL DIA 7 DE JULIO DE 1988, PARA PRESENTAR LA OBRA *HOMENAJE AL GENERAL ELEAZAR LOPEZ CONTRERAS*

Me ha impresionado siempre el diálogo dramático que, en las primeras horas del Viernes Santo, tuvieron Pilatos y Cristo en la Fortaleza Antonia de la ciudad de Jerusalén. En esa ocasión Pilatos preguntó a Cristo ¿qué es la verdad? Y Cristo no respondió. Lo narra San Juan. Los demás evangelistas no se refieren al tema. ¿Por qué Cristo no respondió a la pregunta de Pilatos? Sin ser yo teólogo, ni experto en la materia, me atrevo a decir que no lo hizo para garantizar a los hombres la más absoluta libertad de pensamiento.

De haber estado definida la verdad, no habría habido que buscarla; en cambio, al ignorar qué es la verdad, el hombre tiene delante de sí el apasionante trabajo de su búsqueda, que debe hacer con la más absoluta libertad espiritual y de pensamiento.

Esa es la forma como se trabaja en esta casa, la Academia Nacional de la Historia, en la búsqueda permanente de la verdad histórica que se realiza siempre con el más libre criterio.

Eleazar López Contreras pertenece a la Historia y por lo tanto es necesario buscar la verdad acerca de él. El libro que hoy presentamos y cuya preparación me correspondió, persigue ayudar a esa finalidad.

Cuando me fue encargado hacer esa labor como parte de los homenajes que las Fuerzas Armadas de Cooperación querían rendir a la memoria de su fundador, encargo honorífico que me hizo quien hoy ejerce la Comandancia General de esa Fuerza, mi amigo el General de División Luis Ramón Contreras Laguado, recomendé y fue aceptado, que tratáramos de preparar un libro testimonio y así se orientó la ordenación de la obra.

En su primera parte contiene el libro doce testimonios de personas, todas ellas de primera clase, sobre aspectos distintos de la personalidad de Eleazar López Contreras.

Estoy convencido de no haberme equivocado en la escogencia de las personas cuyo testimonio está recogido en el libro, pues tengo la plena seguridad de que todas lo merecen, sin dejar de estar en cuenta que existen otros distinguidos venezolanos, cuyos estudios sobre el Presidente López Contreras hubieran podido incluirse en el libro, pero, como sucede en toda necesaria selección, se impusieron limitaciones de espacio y volumen que obligan a limitar, a una cifra razonable, el número de opiniones que iban a formar parte del libro.

Aparecen en el libro, como puede verse, tres estudios de carácter eminentemente técnico, cada uno desde un punto de vista diferente, sobre la personalidad de López; el Dr. Alberto Guinand Baldó analiza la patobiografía del General como médico que fue de él; el Coronel Tomás Pérez Tenreiro, especialista en

Historia Militar, estudia las condiciones militares del ex Presidente y la Sociólogo Silvia Mijares de Lauría examina los aspectos sociales que fueron propios de la época que le tocó gobernar.

Están en la obra tres estudios de personas que fueron cercanas al General en el trabajo y en el afecto: el Dr. Tulio Chiossone, Secretario General de la Presidencia y amigo indiscutible. Miguel Angel Burelli Rivas, abogado de consulta y persona de su más entera confianza y Pedro Luis Blanco Peñalver, colaborador distinguido y muy fiel.

Siguen en el libro tres testimonios de hombres de objetividad no discutible en el análisis histórico: Augusto Mijares, que fue sin duda uno de los caracteres más rectos que en este siglo ha tenido la República, Guillermo Morón, cuyas condiciones de Historiador nadie puede negar ni discutir y Luis Enrique Osorio que por ver el problema desde afuera, tuvo desde luego un criterio más libre de cualquier influencia perturbadora.

Terminan los estudios seleccionados con las tres personalidades, que además de una eminente labor intelectual y de una autoridad personal de indiscutible solvencia, han tenido una posición política propia: Rafael Caldera, que nunca ha negado haber sido opositor decidido a determinadas actuaciones del ex Presidente López, Manuel Rafael Rivero, cuya formación filosófica y política le permitían examinar la conducta del Presidente López bajo un respetable punto de vista propio y Arturo Uslar Pietri, que por haber sido uno de los más jóvenes y eficaces colaboradores de López y luego hombre a quien tocó vivir las circunstancias que rodearon al Presidente Medina, también podía dar un testimonio peculiar.

No se trata en ningún caso de trabajos especialmente preparados en esta ocasión, sino escritos para otras oportunidades, con lo cual su interés es aún mayor y además, como es lógico, fue solicitada, oportunamente, la autorización necesaria de los autores correspondientes para incluir sus trabajos en este libro.

Es posible por lo tanto apreciar que, quien estudie esos doce testimonios, podrá adquirir una visión objetiva de la personalidad del General.

La segunda parte del libro está compuesta por las introducciones de las Memorias que el General López como Ministro de Guerra y Marina, presentó al Congreso de la República.

Eos documentos tienen una doble importancia: primero porque van describiendo la forma de creación de lo que hoy son las Fuerzas Armadas Nacionales, que en realidad no comenzaron a existir, como organización sistemática, sino a principios de este siglo, pues desde que se disolvió, en la práctica, el glorioso Ejército que dirigió el Libertador, la República apenas tuvo una modestísima fuerza de irregular armamento y prácticamente sin organización.

Nadie puede negar a Cipriano Castro haber iniciado la tarea de crear nuestro actual Ejército, pero fue Juan Vicente Gómez, con los servicios de Eleazar López Contreras, como Director de Guerra, Jefe de Estado Mayor y Ministro de Guerra y Marina, quien pudo organizar los fundamentos de las actuales Fuerzas Armadas

Nacionales, sin que ello signifique apreciación ninguna sobre otros aspectos de su personalidad, tema que no nos corresponde tratar en este momento.

En las Memorias puede verse la preocupación de López por los aspectos técnicos del Ejército, como armamentos, cuarteles y equipos militares; los aspectos organizativos de muy diversa índole y los humanos, considerados por él de suma importancia en su preocupación por la salud, la educación y la posición social del militar.

Aprecio que para la Historia Militar de Venezuela, el conjunto de esas Memorias forma una pieza de extraordinario valor para conocer, con exactitud, las líneas fundamentales y hasta los detalles, de la existencia inicial de las Fuerzas Armadas Nacionales en su etapa definitiva de vigencia e importancia nacional.

Pero esas Memorias tienen también un sentido histórico-político, pues bien sabido es que, después de haber ensayado diferentes sistemas para reglamentar la sucesión presidencial, Juan Vicente Gómez adoptó, en 1930, el sistema que funcionaría a su muerte: él como Presidente designaba libremente a los Ministros y caso de ocurrir la muerte del Presidente, esos Ministros, que él había nombrado debían escoger a uno de ellos y sólo a uno de ellos, para el ejercicio interino de la Presidencia. Tal sistema dio una especial importancia a los Ministros y los obligaba a una mutua relación de conocimiento, para poder determinar cuál de ellos iba a ser el capaz de ejercer la Presidencia.

Recuérdese además que el tiempo que fue de 1930 a 1935, fue especialmente duro para la República, no solamente por la situación política interna, sino porque las condiciones económicas internacionales provocaron graves efectos negativos en la actividad de los comerciantes, agricultores e industriales venezolanos y en general en todo el país, en tal forma que era particularmente difícil la labor de distinguirse en el Gobierno como Ministro.

En las Memorias podrá estudiarse qué hizo el Ministro López para cumplir sus funciones.

La tercera parte de la obra contiene los Mensajes presentados al Congreso por López Contreras mientras fue Presidente de la República. Allí está señalada, con sus propias palabras y con hechos, la forma como fue orientando su Gobierno, para cambiar radicalmente el sistema político del país.

Se esté o no de acuerdo con esa conducta o con algún aspecto de ella, el conjunto de los Mensajes Presidenciales permite conocerla exactamente en sus verdaderas dimensiones.

Este libro tenía que tener como hogar natural la Academia Nacional de la Historia. En primer lugar porque es un libro dedicado al estudio de la Historia y trata sobre un personaje que en un momento determinado fue electo para ocupar el Sillón "Y" en ella que no quiso aceptar, a cuya razón se une el hecho de que, casi la mayoría de quienes hemos intervenido en alguna forma en este libro, pertenecemos a la Academia. Además, varios de los trabajos que se han publicado, están tomados de libros editados por la Academia.

Debo agradecer, muy especialmente, que se me hubiere confiado la dirección de este libro en su parte organizativa, ya que todo lo relativo a su diseño gráfico e impresión y edición del mismo, estuvo a cargo de los funcionarios especializados del Banco Central de Venezuela, quienes creo que lo hicieron con admirable competencia y eficacia.

Acepté el encargo de dirigir la preparación de este libro (desde luego que en forma absolutamente ad-honorem) porque estoy convencido y lo he dicho varias veces, que tiene razón nuestro Ilustre Numerario, Dr. Ramón J. Velásquez, al insistir en la necesidad de estudiar la Historia Contemporánea de Venezuela, uno de cuyos factores fundamentales fue el General Eleazar López Contreras y este libro estimo que contribuye a esa importante finalidad.

PALABRAS DEL GENERAL DE DIVISION LUIS RAMON CONTRERAS LAGUADO, COMANDANTE GENERAL DE LAS FUERZAS ARMADAS DE COOPERACION

Amanecía el presente siglo, ya declinante pero quizás como ninguna —salvo el de la magna empresa libertadora—, preñado de acontecer histórico trascendente, cuando en el escenario de la vida pública venezolana aparece un joven imberbe, casi prófugo del hogar materno, tentado de espíritu de aventura que le induce a desdoblarse de novel bachiller en oficial improvisado de montonera audaz y riesgosa.

Trillado por innumerables generaciones, anónimas, inconformes y soñadoras, ese fue el camino, casi único a seguir, que encontró para sus inquietudes Eleazar López Contreras, recién egresado del Colegio Sagrado Corazón, de La Grita.

Años más tarde, en vigorosa síntesis sociológica aún no desmentida, el viejo Vallenilla, autor de *Cesarismo Democrático*, diría, refiriéndose a la Venezuela de la época, que en el porsiacaso de cualquier recluta anónimo, voluntario o forzado, viajaban simultáneamente y al garete de las circunstancias, un bastón de mando de Mariscal o la banda tricolor de la Presidencia de la República.

“Mutatis mutandis” y sin desmedro de lo que sería más tarde, gracias a su preclara inteligencia, a su exquisita sagacidad de montañés, a su discreción y sentido de la realidad ambiental y, sobre todo, a su terca voluntad y a su singular pasión por el estudio, en Eleazar López Contreras, posteriormente General en Jefe de las Fuerzas Armadas Nacionales y Primer Magistrado de la República, se cumplió en forma relevante la aseveración de Vallenilla, dejando de lado todo trasunto de irónica mordacidad.

Viniendo de un pasado contra el cual el país entero se encrespa y se rebela, López Contreras, hombre de armas, sorprende a Venezuela, y quién sabe si también a la América, como estadista, adelantado y visionario de la democracia, defensor de la legalidad y de los derechos humanos, intérprete admirable y profundo de su pueblo, innovador de las anquilosadas estructuras militares y diseñador in-

discutible del moderno Estado Venezolano que en sus manos pulcras, casi milagrosas, asume formas nuevas, a tono con las exigencias tardías de un tercio de siglo signado por el estancamiento.

Aún no se ha ponderado todo el alcance histórico, social, político y económico de la obra cumplida en beneficio de la Patria por el General Eleazar López Contreras en el apretado lapso de seis años, casi todos ellos estremecidos por los remezones y estertores de una transición que pudo haberse convertido en tragedia colectiva de impredecibles consecuencias, como las que ahora se están viendo en el hemisferio, pero de la cual salió airosa Venezuela, gracias a la sorpresiva aparición de ese hombre que se había modelado a sí mismo para el reto y la acción.

Este libro que hoy bautizamos —*Homenaje al General Eleazar López Contreras*— salva de la dispersión y realza con sentido de perdurabilidad agradecida muchos y muy valiosos testimonios que son como otros tantos tributos de justicia y reconocimiento a la memoria de un varón insigne, blasón del gentilicio, sembrado como un roble y por méritos propios en la historia contemporánea de Venezuela.

Obra verdaderamente antológica, vale decir selectiva, la integran páginas cuyos autores son expresión de la más atildada intelectualidad venezolana de las últimas décadas y protagonistas eminentes del acontecer nacional desde 1936 a esta parte.

Ella ha sido posible gracias a la desvelada paciencia benedictina y a la generosa solidaridad del Doctor Tomás Polanco Alcántara, quien se dio, infatigable, a la tarea de recoger esos testimonios y de escudriñar en empolvados archivos para sustraer del olvido las memorias y mensajes que dan fe de las actuaciones del General Eleazar López Contreras en la formación del ejército nacional y en el ejercicio de la Primera Magistratura de la República.

Fue decisivo, lógicamente, el apoyo material que a esta iniciativa le brindó el Banco Central de Venezuela, sin el cual esta obra no habría logrado salir a la luz pública, precisamente en el quincuagésimo aniversario de la creación de la Guardia Nacional de Venezuela.

En mi condición de su Comandante General, a propósito he querido referirme a la Guardia Nacional en última instancia para destacar la emotividad íntima, casi familiar de este acto, no por eso menos solemne y prestante, gracias a las distinguidas personalidades que lo enaltecen, ratificando muchas de ellas sus conceptos con su presencia.

Orgullosa de sus orígenes, de las razones que la inspiraron en la mente del fundador, General Eleazar López Contreras, y de su dinámica y fecunda trayectoria de medio siglo al servicio de la Patria; alternando hoy por hoy con sus fuerzas hermanas de Tierra, Mar y Aire, como cuarto componente de la organización militar de la República y a la par en vigencia y responsabilidades con tantos otros organismos públicos fundamentales a los cuales les dio fondo y forma nuestro

fundador como Jefe de Estado, en ocasión de la celebración del 50 Aniversario de su Creación, la Guardia Nacional sintió la obligación filial de rendir tributo trascendente a su creador; estoy plenamente satisfecho al ver realizada esta magistral y bella obra, la cual ha satisfecho a plenitud el objetivo que nos propusimos.

De allí, reiterando la de mi antecesor, General de División José Angel Marchena Acosta, quiero que mi palabra de Comandante General de la Fuerza sea cumplida y cabal expresión de gratitud para el Doctor Tomás Polanco, quien dirigió esta edición tan bien lograda; para los autores cuya generosa aquiescencia permitió esta valiosísima compilación, y para el Presidente y demás miembros del Banco Central de Venezuela, quienes en el momento oportuno hicieron gala de espléndida munificencia.

En nombre de la Guardia Nacional, hija predilecta del General Eleazar López Contreras, gracias a todos.

LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA, RINDE HOMENAJE A LA MEMORIA DEL GENERAL CRUZ CARRILLO, CON MOTIVO DEL BICENTENARIO DE SU NACIMIENTO (21-7-1988)

EL GENERAL EN JEFE CRUZ CARRILLO
(EN LA CONMEMORACION DEL BICENTENARIO DE SU NACIMIENTO)

Por RAMÓN GONZÁLEZ PAREDES

El General en Jefe Cruz Carrillo es una de las figuras significativas de la Independencia, por su valor, decisión, aplomo, entereza y abnegación, siempre decidido a darlo todo por la Patria. Fue leal a Bolívar y probó administrador de los dineros públicos. En el salón de sesiones del Centro de Historia de Trujillo, se conserva, presidiendo el recinto al lado del Libertador, un cuadro suyo, muy hermoso, debido al pincel del pintor ucraniano Ivan Ch. Belsky, realizado en tiempos de la administración del Dr. Luis la Corte, en el año 1961.

En la ilustre casona, cuyo dueño era el denominado "Primer Ciudadano de Trujillo", don Jacobo Roth Gordon, de origen irlandés, casado con doña Teresa Briceño Pimentel, de las familias linajudas lugareñas, siempre posaba el Libertador y allí firmó el célebre Decreto de Guerra a Muerte.

Esta morada pasó a ser propiedad de Cruz Carrillo. En ella vivió y exhaló el último suspiro.

Perteneía a don Héctor Urdaneta Braschi cuando la adquirió el gobierno regional, en tiempos del General Isaías Medina Angarita, siendo gobernador del Estado el Dr. Numa Quevedo.

De acuerdo con la versión de Tito Salas en el óleo existente en el Salón Elíptico del Capitolio Federal, realizado merced a decreto del entonces Presidente de

la República, Dr. Raimundo Andueza Palacios, el 3 de julio de 1891, Cruz Carrillo aparece de regular estatura, blanco, frente amplia, abultada casi, ojos profundos y castaños, cejas pobladas, nariz chata, boca ligeramente carnosa, barbilla pronunciada en rasgo elegante. Trasluce un gesto de tranquilo dominio en sus facciones y muestra un porte marcial en armonía con el continente resuelto, equilibrado y digno.

Nace el 3 de mayo de 1788, en la "Ciudad Portátil", como denominaba Oviedo y Baños a la capital trujillana por haber tenido siete mudanzas, desde su fundación, la primera vez en la región de Escuquey, por el Capitán extremeño Diego García de Paredes, hasta culminar al lado del río Castán y de la quebrada de Los Cedros, en el Valle de los Mucas, rodeada por cuatro cerros, a modo de guardianes de su pasado histórico.

Los padres de José de la Cruz fueron don Andrés Carrillo Camacho y doña Josefa Gámez Terán.

Era el suyo un hogar sencillo, cristiano, de buenos principios, que recordaba la tradición de la familia, pues los Carrillo de Albornoz, de donde derivaban en último término en España, habían recibido durante el siglo XVI, el título de "hijosdalgos", y resultaban personas de linaje y solar conocido, conforme la Real Cédula de 13 de julio de 1563.

Dice el Dr. Marcos Rubén Carrillo, en su discurso de incorporación a la Academia Colombiana de la Historia en julio de 1969 (Boletín del Centro de Historia de Trujillo): que la infancia y adolescencia del joven Cruz, recibieron orientación en una pequeña escuela lugareña, amén de los estudios seguidos de gramática y aritmética en el Convento de San Antonio de la Recolectión, el cual estaba regentado por frailes franciscanos, y luego aprendió el trabajo de la agricultura en la pequeña finca de su padre llamada "Mocoy", oficio que tenía cuando se incorporó a las filas patriotas.

Ramón Azpurua en "Biografías de Hombres Notables de Hispanoamérica" (Tomo III, citado por Maruja Sánchez Carrillo en su libro "Cruz Carrillo, humildad en la grandeza". Caracas, 1986, p. 29), lo considera: "De corazón duro como el acero, en la pelea, frágil y quebradizo como el vidrio, después de la victoria. El General Carrillo era bravo para combatir al enemigo armado, manso para perdonar al rendido, dulce y suave para consolar al afligido. Jamás hizo derramar una lágrima, ni una sola mancha empañó el brillo de su gloria...". La hoja de servicios del General Cruz Carrillo es extraordinaria.

En 1810, a raíz de los sucesos del 19 de abril y la constitución de una Junta gobernadora en Caracas, en lugar del Capitán General Vicente Emparan, también se formó la de Trujillo, presidida por don Jacobo Roth. Ante ella se presentó el joven José de la Cruz, de 22 años de edad, para ofrecer sus servicios en las fuerzas libertadoras. Esto fue el 15 de septiembre y al aceptársele despliega actividad con los jóvenes lugareños en la formación y aprendizaje hasta vérselo para el 28 de diciembre del mismo año con el grado de Subteniente.

A la caída de la primera República, merced a la capitulación del Generalísimo don Francisco de Miranda, los jóvenes trujillanos son hechos presos y entre ellos marcha Carrillo a las mazmorras de Maracaibo, de donde sale con el pleno convencimiento de que su destino está en el servicio de la libertad.

Cuando llega Bolívar a la ciudad de Nuestra Señora de la Paz, en 1813, su Campaña Admirable, luego de haber sido saludado en Mérida como Libertador por el trujillano Dr. Cristóbal Mendoza, descubre en el joven Carrillo hidalguía, bravura y especial disposición para la guerra. Por ello lo asciende a Teniente y lo designa bajo las órdenes de Girardot en una acción contra Carache donde campeaban los realistas. Todo ello en el año 1813.

Luego lo encontramos en el Desfiladero de Guanare bajo las órdenes directas de Bolívar, y en su compañía habrá de servir en Los Taguanes.

Dejará huella en la batalla de Araure, hasta el punto de que el Libertador lo asciende a Capitán el 10 de diciembre de 1813.

Pelea con bravura en Los Cerritos Blancos, teniendo como Jefe entonces al Coronel García de Sena.

Sirve con la misma lealtad y tenacidad en Guárico, mandado por el Teniente Coronel Chaves, y también bajo las órdenes de su paisano teniente coronel Andrés Linares, con el que vuelve a luchar contra los españoles en nueva acción sobre Caracas y ya para esa oportunidad el jefe san lazareño Linares lucía grado de Coronel.

En el sitio denominado Los Bucares, de Carora, como segundo del Coronel Andrés Linares, se comporta con igual decisión y valentía.

Luego habrá de servir bajo el comando del General Rafael Urdaneta, de quien aprende la táctica sutil de saberse replegar cuando la batalla pudiera convertirse en segura derrota. Así participó en una de las retiradas memorables, junto al jefe zuliano, cuando partieron desde San Carlos, con una carga de dos mil personas, la mayoría ancianos, enfermos, mujeres y niños, hasta las estribaciones montañosas de los Andes, en los límites con Nueva Granada. En el aciago año de 1814 se dirige a este último Virreinato y participa con Bolívar en la toma de Santa Fe de Bogotá.

Con el General Ricaurte, en 1815, lleva a cabo una brillante acción en Chile. Después junto al jefe llanero general José Antonio Páez, quien mucho aprecia su condición de aguerrido oficial, realiza acciones tan importantes como Mata de la Miel, Yagual, Achaguas, en 1815. Lo acompaña, igualmente, a librar la célebre batalla de Mucuritas, en donde se comporta con tanta significación que es ascendido a Teniente Coronel, el 1º de mayo de 1816.

Junto con el jefe llanero lleva a cabo la toma de San Fernando el año 1817.

En 1818, suena para él una clarinada de triunfos en Calabozo, El Sombrero y Ortiz, bajo las órdenes directas del Libertador, con quien también comparte

la zozobra y el empuje ante el segundo sitio de San Fernando. Allí, merced a la tenacidad patriótica, se obtuvo la rendición del realista Quero.

De nuevo bajo las órdenes del General Páez lo encontramos en las acciones de San Carlos y Cojedes, para llenar de gloria las tierras venezolanas el año 1819, gracias a las Queseras del Medio.

No solamente es un soldado sagaz en la llanura, acostumbrado al calor y a otear el horizonte como si fuera un mar, sino demuestra argucia, aplomo y bravura para trepar los Andes, por viejo camino abandonado, con el propósito de sorprender al General Barreiro, en uno de los pasos más memorables de la Historia Universal, cuando Bolívar, con gente de tierra llana, sin abrigo, se expone a los precipicios, soledad y pavor de los ventisqueros, frío penetrante hasta el tuétano de los huesos, para usar una expresión del gusto de don Miguel de Unamuno, en medio de un silencio impresionante sólo cortado por el silbar del viento en tono lastimero como de animal herido, cara a los abismos y frente a las moles que detenían toda visión. Así está presente en los momentos más heroicos de Bolívar por lo insólito de la Campaña, es decir, en las acciones de Gámeza, Pantano de Vargas y desde luego Boyacá, al frente de los batallones "Rifles", "Bravos de Apure", "Barcelona" y "Albión", los cuales obtienen especial mención en el parte de la batalla, donde se les denomina "Vencedores de Boyacá". Como hay retardo en la llegada del batallón "Bravos de Páez", una vez situados en Nueva Granada y cuando el Libertador ordena se combata al jefe realista González, Bolívar se indigna porque el batallón comandado por Carrillo se demora, y llega a calificar de desobediente al trujillano, conforme lo anota O'Leary en sus "Memorias": "Muy doloroso es que este Coronel (escribe a Soublotte) no se conduzca en sus operaciones como en el campo de batalla, que ciertamente se porta con el mayor heroísmo, y es aún más doloroso que no sepa obedecer". Pero no obstante Carrillo se había incorporado cuatro días antes a la base de Pamplona con las tropas en muy mal estado, sin vituallas y deficientes las armas y municiones. Por ello había dicho Urdaneta al Jefe Supremo: "Yo no me atrevo a hacer un cargo directo al señor Carrillo, porque sin contradicción es uno de los jefes más acreedores a la consideración del ejército por sus distinguidos servicios y por su conducta en general; y lo reservo para su llegada".

La actuación de Cruz Carrillo en el Táchira fue relevante, conforme lo expresa el historiador Lino Iribarren Celis en su discurso ante la Asamblea Bolivariana, en San Cristóbal, en 1968, según cita de Maruja Sánchez Carrillo en la obra referida, pp. 64 a 67: "El encuentro que se libra en el Alto de las Cruces, a corta distancia de San Antonio (el 23 de septiembre de 1819) ... es un combate en línea de frontera, el cual no podría definirse como acción secundaria por no guardar la fuerza que lo libra enlace directo con el núcleo principal que estaba constituido por el cuartel general del Libertador, esto es, Bogotá y localidades circunvecinas. Es el tope inicial de una operación independiente en el máximo alcance de su gravedad. Mas, poca importancia se le ha dado en la historia a esta acción de armas y ha quedado flotando como una de las tantas llamaradas que se encendían y apagaban en el caso que dijo el alemán Wolfgang Dietrich. Guarda, sin embargo, un especial significado histórico por los elementos que concurren...".

Iribarren Celis explica la preocupación de Bolívar por la tardanza de ese batallón "Bravos de Páez", comandado por Carrillo, pues iba a jugar "el mismo papel decisivo que había desempeñado en la batalla de Boyacá, cuando ejecutó el movimiento envolvente sobre el flanco izquierdo enemigo con que se decidió la batalla y por lo cual Bolívar lo denominó "Vencedor de Boyacá", conforme también lo comenta Lino Duarte Level en su obra "Cuadros de Historia Patria".

Figurará entre los diez más ilustres oficiales que acompañarán al Libertador en la entrevista de Santa Ana, en el Estado Trujillo, con el General Pablo Morillo.

Ahora, en vista de la anexión de Maracaibo al bando patriota, lo cual es considerado por el General La Torre cual una ruptura del armisticio, el Libertador comienza a preparar una gran batalla en donde se concentrarán todas sus fuerzas. Por ello conviene distraer a los realistas de tales propósitos para que la acción los encuentre debilitados.

Al efecto da instrucciones precisas a Carrillo para que distraiga al enemigo en marchas y contramarchas, de modo de atraer su atención y desviarlo del objetivo principal. Así el General Pedro Briceño Méndez, secretario del Jefe Supremo, le comunica el 8 de abril de 1821, lo siguiente: "1º La mira y objeto primario de S. E., es que U. S., con la columna de su mando se dirija por Nirgua a San Felipe a amenazar VALENCIA TAN CERCA COMO SEA POSIBLE; pero aguardará U. S., para ejecutar esta operación que haya llegado al occidente el señor General Urdaneta, y que le comunique instrucciones de acuerdo a las circunstancias".

Llega a decirle en la comunicación que podrá ejecutar una retirada si lo juzgare preciso para "libertarse de los ataques de fuerzas superiores sobre Coro por el camino de la costa, y si ni aun éste pudiera tomar, abrazara U. S., el partido de procurar su reunión con el señor General Bermúdez", quien venía del oriente a la concentración de fuerzas previstas por el Libertador. Llega a decirle Briceño Méndez: "3º La operación que se encarga a U. S. sobre Valencia aunque es de diversión puede llamarse decisiva, porque ocupada aquella ciudad o amenazada inminentemente por esa columna debe el enemigo, o perder sus comunicaciones con Caracas y Puerto Cabello o desmembrar su ejército para atender a U. S., o concentrar hacia allí todas sus fuerzas... Se puede con este fin divulgar que U. S. forma la vanguardia del señor General Urdaneta y que éste con 4.000 (hombres) lleva la misma dirección de U. S."

El académico Coronel (r) Tomás Pérez Tenreiro, tiene un trabajo muy interesante sobre esa importante tarea encomendada al jefe trujillano, en un ensayo titulado "La Diversión de Cruz Carrillo en la Campaña de Carabobo", publicado en el Boletín del Centro de Historia del Estado Trujillo, pp. 191 y siguientes, año 1971, y así expresa: "las operaciones emprendidas con entera energía por Carrillo, las voces esparcidas llevaron al Comandante Lorenzo a escribir un Oficio pidiendo auxilio a La Torre... porque creía tener 2.000 soldados de la División de Urdaneta a su frente, oficio del cual seguramente luego se arrepentiría al conocer mejor la fuerza enemiga, pero que fue suficiente para que el General en Jefe destacara al Coronel Tello en su refuerzo con unos 500 hombres que le

faltarían el día de la Batalla. Este oficio fue enviado por La Torre al Rey, a fin de justificar el envío del destacamento. Con la llegada de Tello termina el mandato autónomo de Lorena. Y terminan las operaciones de la columna de Carrillo, pues Tello a poco replegó sobre Puerto Cabello, buscando su salvación, como era lógico, en las defensas de la plaza”.

Esta operación de movimiento de tropas de Carrillo, también la comenta elogiosamente Lino Iribarren Celis en su obra “Las Cinco Rutas de la Victoria”, editada en Trujillo el año 1965.

El General Héctor Bencomo Barrios, en su obra “Campaña de Carabobo 1821”, hace de igual modo mención justa del significado de la acción realizada por Cruz Carrillo para “divertir” las tropas contrarias, en el sentido de engañar, distraer.

El Libertador destaca a Cruz Carrillo en 1821 hacia las inmediaciones de Caracas, donde efectúa un singular despliegue para libertar todos los poblados que estaban en poder de realistas.

Con el General Clemente llevó a cabo acciones en 1823, en Sabana Larga y Pampanito, de su región trujillana, con el propósito de dismantelar fosos realistas. Ello determinó la rendición de la guarnición española dejada por el General Morales. Ese mismo año se distinguió en Chama, Bailadores y el Alto Mariño, en zona merideña.

HABÍA DEMOSTRADO NO SÓLO DESTREZA EN LAS ARMAS, sino se comportaba como un probo magistrado y un buen organizador de la administración en sitios donde el erario había quedado exhausto y él logra, prácticamente, hacer milagros. Recibió la orden de libertad y gobernar a El Socorro, y cumplió con fidelidad al respecto.

En los años 20, 21 y 22 y 23, no sólo es Comandante de Armas de Trujillo sino ejerce el gobierno de la ciudad, y lo hace con singular tino, con el mismo conocimiento de las varias situaciones que pusiera de manifiesto en el campo de batalla.

En virtud de su competencia, es enviado a regentar durante los años 23 y 24 la Provincia de Barinas, donde se destaca además de administrador como magistrado de profundo equilibrio hasta no dejar que se sacrificase a padres de familia opuestos a su gestión política, sino se les respetase en sus ideas, como lo destaca Pedro de Santiago en la obra “Biografías Trujillanas”. Editorial Edime. Madrid-Caracas, 1956.

Encuétrase en Nueva Granada cuando se le encomienda a su División pacificar a grupos de insurrectos, lo cual lleva a cabo en forma pacificadora. Figura entre los diputados que concurrieron al Congreso denominado “Admirable” por Bolívar, el año 1830, y lleva la representación de la provincia de Pamplona.

Como surgen conatos separatistas, va a sofocar tales brotes contrarios a la unidad grancolombiana en la población de San Luis de Cúcuta, donde derrota a los facciosos mandados por el general neogranadino José Concha.

Sus relevantes actuaciones le merecen un despacho especial del General Rafael Urdaneta, entonces Presidente de facto de Colombia, ascendiéndolo a General de División, con el especial encargo de ir a dominar a los insurrectos venezolanos a cuya cabeza se encontraba José Antonio Páez. Entonces Carrillo, en uno de los gestos más destacados por los historiadores, devuelve el Despacho diciendo que “en las guerras civiles no se conquistan glorias ni se ganan ascensos”. Sin embargo el grado quedó para gloria suya asentado en su expediente y por ello figura entre los últimos generales de división de la Gran Colombia.

A la muerte del Libertador, quiso volver a Venezuela y le escribió al caudillo llanero convertido en Presidente de la nueva República. Se le respondió con reticencias, pues acaso temían fuese a dedicarse a desplegar una política bolivariana en contra de los intereses del gobierno. Empero Carrillo manifestó que solamente deseaba radicarse en su lar nativo y dedicarse a las faenas agrícolas en el fundo de “Mocoy”, heredado que sus padres. Al fin se le permitió entrar en 1832.

En vista de todo su haber de héroe y de gobernante, es designado Gobernador de Trujillo para el período 1841-45. Entonces con probidad, con tino, maneja la cosa pública y deja una hoja limpia en lo moral y en el trato con las personas, porque jamás el poder llegó a enorgullecerlo. Siempre bondadoso y humilde, prestaba sus servicios como un funcionario cualquiera y se mostraba atento al pedimento de los necesitados.

Dice de Cruz Carrillo el académico Héctor García Chuecos (“120 Biografías de Próceres e Ilustres Venezolanos”, con prólogo de José Nucete Sardi. Editorial Biográfica de Venezuela. Caracas, 1963, p. 72): “Durante sus administraciones fomentó la agricultura y la cría, creó escuelas, organizó hospitales y construyó caminos, puentes y calzadas. Fue el más celoso guardián de las garantías de sus conciudadanos, el más sumiso esclavo de la ley, el enemigo más tenaz de toda tiranía”.

El año 1845 es designado Consejero del Gobierno, y de Caracas va como Jefe de Operaciones y Pacificador a Barinas, en vista de los disturbios que pusieron en peligro la armonía republicana en tal región.

Ahora, en vista de los sucesos del 24 de enero de 1848 cuando el General José Tadeo Monagas fusilla al Congreso de la República, se pone en armas desde Trujillo, aunque ya cuenta sesenta años de edad, y sale en busca del León de Payara, con el propósito de irrumpir sobre Caracas y acabar con la hegemonía de los Monagas. Sin embargo la población parecía cansada de guerra y a pesar de que voces nobles y egregias, como la de Fermín Toro se levantaron para protestar contra el singular atropello, no encontró acogida su acción armada, y fue hecho preso y llevado a las mazmorras. Allí, enferma y queda ciego, circunstancias que mueven a Monagas a ponerlo en libertad y a restituirlo a Trujillo, donde se reúne con los jóvenes como lo destaca hermosamente Mario Briceño Perozo para referirles historias de esa gran jornada épica de la independencia. En la entonces plaza mayor del poblado discurre con mozos y viejos y a pesar de sus ojos sin vista, parece como si estuviera captando en su interior páginas inolvidables que leyera con el ánimo de aquellos juglares antiguos que iban cantando sus romances de pueblo en pueblo. El contaba sus experiencias y aconsejaba con su pose de hom-

bre digno, de gran señor. El gobierno de Monagas en su segunda Presidencia tuvo un gesto de justicia al ascenderlo a General en Jefe y pasarle una pensión de inválido de guerra por un monto de 300 pesos, lo cual fue ratificado en 1863 durante la Federación en vista del personaje que significaba el viejo General Carrillo, ya sólo contador de cuentos en la augusta urbe de Nuestra Señora de la Paz.

Fallece el 17 de junio de 1865, tranquilamente, a pesar de haber estado en tantas campañas y expuesta la vida en batallas numerosas; se extingue con esa paz que daba su espíritu de hombre bondadoso, aplomado y recto, quien únicamente siguió la senda guerrera por conquistar la libertad para su país y América.

Muchos escritores se han ocupado de esta interesante figura de la independencia. Entre ellos recuerdo al Dr. Vicente Dávila, en su libro "Próceres Trujillanos". Caracas, 1929; a Manuel Briceño Valero, en "Biografía del Prócer Trujillano General Cruz Carrillo". Caracas, 1897; al Dr. Mario Briceño Perozo en su obra "Biografía de Cruz Carrillo", Buenos Aires, 1953; a Ramón Azpurua en sus "Biografías de Hombres Notables de Hispanoamérica". Caracas, 1877; a Pedro de Santiago en "Biografías Trujillanas". Ediciones Edime. Caracas-Madrid, 1965; a "120 Biografías de Próceres e Ilustres Venezolanos", del Dr. Héctor García Chuecos. Caracas, 1963; a Ramón Cayetano Correa, escritor colombiano, en su obra "Campaña Libertadora 1819-Batallas del Pantano de Vargas y Puente de Boyacá", citado por el Dr. Mario Briceño Perozo.

Y especialmente la obra de doña Maruja Sánchez Carrillo, bisnieta del General, ya mencionada, pues ella en su trabajo, con amorosa deleitación, va hurgando infolios, investigando aquí, allá, acullá para contribuir a la gloria de su ilustre antepasado y uno de los símbolos de la nacionalidad. Al través de los simples datos se nota palpitar su corazón emocionado de mujer ganosa de dejar un aporte fecundo, como en verdad lo llevase a cabo.

En diversas publicaciones de prensa han contribuido a realzar la imagen del General Carrillo, además de los mencionados; Lino Iribarren Celis, el Dr. Luis Villalba Villalba, el Dr. Héctor Parra Márquez, el Coronel Tomás Pérez Tenreiro, el General Bencomo Barrios, el Profesor Pedro Pablo Paredes, don Alfonso Marín, el Dr. Marcos Rubén Carrillo, el Dr. Numa Quevedo, el General Eleazar López Contreras, el General Carlos Soto Tamayo, Camilo Balza Donatti, el Dr. José Cañizález Márquez, Lino Duarte Level, Monseñor José León Rojas, Dr. Antonio Sánchez Carrillo, Dr. Marco Figueroa, el Prof. Aníbal Laydera Villalobos, el Dr. Alfredo Carrillo, la señora Pífra. Carmen Aurora Carrillo, el Dr. Carlos Briceño Vásquez y muchos más.

Pedro Pablo Paredes llama a Cruz Carrillo: "Uno de los más denodados protagonistas de la Independencia; uno de los más eficaces constructores de la Patria; uno de los próceres de más sólida contextura moral de toda nuestra historia militar y civil. Uno de esos hombres ejemplares que, sólo de cuando en cuando, surgen de las colectividades. Un trujillano legítimo, en fin de cuentas" (obra de Maruja Sánchez Carrillo, citada, p. 13).

A la recuperación de sus restos, los que como anota De Santiago (obra ci-

tada, p. 89) no se sabía con certitud dónde estaban, porque algunos decían que se hallaban en la capilla de Nuestra Señora de las Mercedes y en el Templo Matriz de Trujillo, donde reposan los de su esposa Josefa Avila de Carrillo y otros los consideraban extraviados, contribuyó en mucho la gestión activa y de prensa del abogado Dr. Rafael Angel Gabaldón, ya fallecido.

Sólo después de 100 años se le trasladó al Panteón Nacional cuando era Presidente de la República el Dr. Rafael Caldera.

En su bicentenario, el 3 de mayo próximo pasado, estuve en la ciudad de Cruz Carrillo y también asistieron numerosos generales trujillanos pasados a retiro así como familiares del prócer amén del Presidente de la Sociedad Bolivariana de Venezuela, Dr. Mario Briceño Perozo. La población se vistió de gala. Las autoridades respondieron a la significación de la efemérides. El General de División (r) Luis Alberto León Aranguren con palabras emocionadas pronunció el discurso de orden en un acto solemne en el Centro de Historia de la ciudad andina y procerca.

Entonces nos pareció escuchar con la misma voz pausada, lenta y varonil del poeta, los versos del soneto que le dedicara Rafael Angel Barroeta al prócer Carrillo:

*“Bizarro caballero de la guerra
y de la paz, que con la fe encendida
salió una vez de su nativa tierra
a restaurar la libertad perdida”.*

Después cuando concluyó el acto, en lo íntimo del espíritu se escuchaba la estrofa del Himno del Estado Trujillo, que lo recuerda para siempre, así como el del “Grupo de Artillería de Campaña General en Jefe “José de la Cruz Carrillo”, número 73, cuya letra es del Dr. Gonzalo Rodríguez Corro y la música del MTM Luis Omaña.

La espada de Cruz Carrillo reposa en el Centro de Historia, pero es como la del Cid Campeador, un símbolo que siempre está dispuesto a levantarse cada vez que sea sojuzgada la libertad, que la dignidad del ciudadano peligre, que se vea amenazada seriamente la paz pública, burladas las leyes por el poderoso y vejadas las mejores instituciones de la nacionalidad.

CONDECORADO EL DIRECTOR DE LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA, DR. GUILLERMO MORON, CON LA ORDEN “FRANCISCO DE MIRANDA” EN SU PRIMERA CLASE

El señor Presidente de la República, Dr. Jaime Lusinchi, por resolución de 19 de julio pasado, dispuso conferir la Orden “Francisco de Miranda”, en su Primera Clase, al Dr. Guillermo Morón, Director de la Academia Nacional de la Historia.

Es ésta una de las contadas veces en que se hace justicia a un hombre cuya labor intelectual ha ido más allá de las fronteras patrias. La bibliografía, la acción moral y todo lo que informa a un escritor, máxime en este caso historiador, llena su cabal objetivo en esta hora en que una disposición oficial de tanta trascendencia, avala el quehacer de una vida.

Aparte de que ha dinamizado a la Academia Nacional de la Historia desde que asumió la Dirección, la investigación histórica de Morón se ha dirigido a desnudar los orígenes de Venezuela y a él se debe esta constante búsqueda por desentrañar a diario aspectos desconocidos en la trayectoria histórica del país.

REPUBLICA DE VENEZUELA.- MINISTERIO DE RELACIONES INTERIORES.-
DIRECCION GENERAL DEL CEREMONIAL Y ACERVO HISTORICO DE LA NACION.- Nº 119

Caracas, 19 de julio de 1.988.-
178º y 129º

R E S U E L T O

El Ciudadano Presidente de la República, de conformidad con la Ley, ha tenido a bien conferir la Condecoración de la Orden "Francisco de Miranda", en su PRIMERA CLASE, al ciudadano Doctor GUILLERMO MORON MONTERO.-

Comuníquese y Publíquese.
Por el Ejecutivo Nacional,

JOSE ANGEL CILIBERTO,
Ministro de Relaciones Interiores.-

PALABRAS DEL DR. JOSE ANGEL CILIBERTO

Señor Director y demás miembros de la Academia Nacional de la Historia:

Para el Gobierno Nacional y particularmente para mí, constituye un acto de alta significación ceñir el pecho del Dr. Guillermo Morón con la Orden "Francisco de Miranda". Esta es una condecoración instituida por la República para sus grandes servidores en todos los órdenes de la vida creadora y la de Guillermo Morón sin duda alguna lo es, escritor fecundo, admirable, prolífero que ha dado a Venezuela lo mejor de su talento y de su disciplina científica. Quienes lo conocemos sabemos su afán por hacer, por crear, por servir. Sin número de sus títulos de investigación, su dedicación a esta alta y docta corporación, su don de gente y su ejemplar vida ciudadana lo acreditan sobradamente para la distinción con la cual el Gobierno Nacional acaba de condecorarlo. Yo me complazco sobremanera en ser el portavoz de esta honrosa distinción para el Dr. Morón y que me perdone él que la haga extensiva a todos los ilustres compañeros suyos en los ajetreos creadores de la Academia Nacional de la Historia.

Yo los felicito muy sinceramente y sé que, tanto el Gobierno Nacional como yo particularmente, hemos realizado un acto de alta justicia venezolana. Muchas gracias.

**LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA, RECIBE
AL DR. JOSE LEON TAPIA, MIEMBRO CORRESPONDIENTE
EN EL ESTADO BARINAS (4-7-1988)**

PALABRAS DEL DR. GUILLERMO MORON

Apreciado Ministro de Relaciones Interiores mi querido amigo Dr. José Angel Ciliberto, apreciado Hernán Calcurián, director de Protocolo del Ministerio de relaciones Interiores, apreciado Gonzalo García Bustillos, poeta ilustre y gran amigo mío, señor Don Adolfo Romero de la Academia de Ciencias Físicas, Matemáticas y Naturales, ilustre científico venezolano, profesor Mario Torrealba Lossi de la Academia de la Lengua, apreciado y querido José León Tapia.

Están conmigo esta tarde, desde luego, los míos. Los míos más cercanos, los que forman mi casa y mi constitución, mi mujer y mis hijos y están también en esta tarde mis compañeros de faena cotidiana, los miembros de la Academia Nacional de la Historia y desde luego están conmigo ellos y ellas, las amigas y los amigos. La lluvia no los ha detenido. En la tarde de hoy, recibir esta condecoración "Francisco de Miranda" es desde luego, una extraordinaria honra, porque yo lo

que soy, como lo he dicho muchas veces, un hombre de trabajo, un buen peón de la cultura, durante 30 años al frente de las publicaciones de la Academia Nacional de la Historia y se honra pues a un hombre de trabajo, como acostumbra hacerlo José Angel Ciliberto que también es un hombre de trabajo, como acostumbra hacerlo el Presidente Jaime Lusinchi que también es un hombre de trabajo y sin duda alguna es lo que señala la prosperidad de un pueblo cualquiera que sus gentes se dediquen al trabajo y seguramente en el próximo futuro Venezuela, cuando adquiera plena conciencias de la necesidad de la disciplina individual y de disciplina colectiva, continuará su actual línea de fortalecimiento y de ascenso de su historia. De su historia en perfección, la historia política, la historia social, la historia cultural y la historia económica. Los baches en el camino se superan y se superan siempre a punta de creación, a punta de inteligencia y desde luego a punta de trabajo.

Acepto sin ruborizarme esta condecoración por eso, porque creo que he contribuido con mi trabajo al fortalecimiento de los procesos culturales de Venezuela en el ámbito de la Academia Nacional de la Historia que va a cumplir 100 años el próximo 28 de octubre, es decir, que va al ritmo de la historia contemporánea de Venezuela. El país no se ha detenido, ni se va a detener el país en pleno proceso de crecimiento, de fortalecimiento de todas sus instituciones, las instituciones políticas desde luego, pero también las instituciones morales que constituyen el fundamento de la República y del pueblo venezolano. Coincide este acto de reconocimiento a mi tarea de 30 años, de traslado, en consecuencia a la Academia Nacional de la Historia con la presentación de José León Tapia. José León Tapia es miembro correspondiente de la Academia en el Estado Barinas. Su curriculum es enorme en relación a su tarea científica de médico, no sólo su tarea científica a nivel de su pueblo barinés, sino de su tarea científica a nivel nacional. Aquí, desde luego, apreciamos sus talentos, apreciamos sus saberes en el campo científico, pero se encuentra aquí por otra razón que se añade a esto. José León Tapia es uno de los principales escultores venezolanos de nuestros días. Historiador en el mejor sentido de la palabra, en el sentido antiguo porque consustanciado con las tradiciones de su pueblo ha creado un conjunto de libros, que no son historias científicas en el sentido contemporáneo de la palabra, pero que son historia viva, historia como digo de la mejor tradición en los 500 años que tiene Venezuela creando y haciendo esa historia.

José León Tapia es también un creador, es un novelista y un cuentista, es decir, que José León Tapia está entregado en cuerpo entero a servir a su país en dos dimensiones, la dimensión científica y la dimensión literaria. Seguramente, todos los que estamos aquí, conocemos al menos los títulos de sus libros y hay otros que los han leído todos, menos el relativo a la historia de la medicina en Barinas. Pero sus libros literarios "Por aquí pasó Zamora", "Maisanta", "El tigre de Guaitó", "Tierra de marqueses", "La música de Charnelas", "Viento de Huracán" y "La Heredad" constituyen un hermoso aporte a la literatura venezolana, a la inteligencia venezolana, a las letras escritas en lengua castellana. Se honra pues la Academia Nacional de la Historia recibiendo a José León Tapia.

DISCURSO DEL DR. JOSE LEON TAPIA, MIEMBRO CORRESPONDIENTE
POR EL ESTADO BARINAS, EN EL ACTO ACADEMICO DEL JUEVES
4 DE AGOSTO DE 1988

Señores:

Al agradecerles mi elección como Miembro Correspondiente por el Estado Barinas, de esta ilustre Academia de la Historia, quiero también expresarles algunas inquietudes de mi vida, que me han llevado a escribir estos libros que hoy he traído para la biblioteca de la Institución.

Soy un médico que vive en el ejercicio de su especialidad de cirujano, en la Barinas de mis antepasados, donde he logrado algunas metas y trabajos científicos, al mantener una actividad profesional que pensé podía colmar mis deseos de superación.

Pero a lo largo del tiempo, dentro de una profesión que cada día se deshumaniza más con la ascendente comercialización, alejándose de su misión de servir desinteresadamente a la humanidad, no he tenido otro camino que permanecer en la lucha por una medicina diferente, orientando a mis alumnos hacia la ética y la formación integral, tal como lo planteo en mi libro "Visión de la Medicina", publicado recientemente.

Y a la vez, refugiándome con mis angustias, en la escritura vivencial que calma y reconforta el espíritu, en el mundo de la creación.

Por eso quiero afirmar ante ustedes, el hecho cierto de que no soy un historiador profesional con la rigurosidad del investigador. Soy simplemente un hombre ligado a Barinas por muchos nexos, con el pensamiento pleno de historias, leyendas y mitos de la tradición oral de los pueblos que se pierden con la muerte, sino recogemos con prontitud, todo su caudal de información.

Así comencé desde mi infancia, a escuchar remembranzas sobre Ezequiel Zamora, a quien encontré en la memoria de ancianos que vivieron o escucharon de cerca, todo el proceso del huracán social que fue la Guerra Federal en la Provincia, a partir del año terrible de 1859.

Y de allí salió mi primer libro donde uso, casi sin alteraciones, el lenguaje propio de los narradores con su nostalgia, odios o afectos.

Igualmente y hasta utilizando grabadores, lo hice mucho después con Pedro Pérez Delgado "Maisanta", el de sus luchas trashumantes contra la dictadura gomecista, por las sabanas apureñas y el Arauca colombiano.

En boca de sus antiguos oficiales encontré este personaje inédito, salvo por los partes de sus andanzas en el Archivo de Miraflores, que por su carisma de caudillo aún permanece en el canto, la leyenda y la nostalgia de quienes le conocieron y acompañaron entre 1914 y 1926, cuando murió con un par de grillos en el Castillo de Puerto Cabello.

Por las serranías de los Andes, acompañado por Avelino Moreno, un historiador del monte, autodidacta y novelista, como decía Orlando Araujo, me fui una vez por los senderos, riscos y cumbres, donde vivió, peleó y murió Rafael Montilla, "el Tigre de Guaitó".

Este indio legendario en Trujillo, Lara y Portuguesa, que con su estela de vivencias, me permitió publicar unas páginas donde habla el pueblo venezolano, que a veces también tiene derecho a contar esa historia, ausente de la historiografía oficial.

Pueblo representado por sus soldados que entrevisté, quienes algunas veces recordaban a su jefe con lágrimas de afecto, en la soledad de los cerros donde fueron su hazañas.

Es esta la etapa que he llamado de los vencidos, porque en ella se cuenta la vida de hombres que no lograron nunca el triunfo, para desaparecer en este mundo de triunfadores, donde los perdedores no tienen lugar.

Más tarde, comencé a atreverme a contar mis propias historias guardadas en el recuerdo familiar y entonces, nació "Tierra de Marqueses"; con la remembranza de las viejas familias, todavía alucinadas por los tiempos de esplendor colonial.

Marquesados, palacios con pisos de doblones, calesas doradas, miles de novillos y caballos blancos, guerras, decadencias y renacimientos, con la euforia de riquezas añoradas, que resurgieron muchos años después, al brotar en las sabanas barinesas, el petróleo que extraían los hombres rubios llegados del Norte.

Después, apareció "La Heredad", con el recuento de quienes tuvieron que abandonarlo todo para escapar de la hoguera federal, rumbo hacia los Andes y sus verdes valles cuajados de esperanzas, donde se perdieron los afectos que no regresaron jamás.

"La Música de las Charnelas" es mi vivencia personal de las tierras de ejido, libres y no enajenables, que al lado de mi padre, tantas veces recorrí en mi infancia, donde los antiguos pobladores de la ciudad, tenían sus sementeras, apacentaban sus rebaños y vivían en comunidad, ahora perdidas al ser vendidas o arrendadas, al llegar la civilización.

Y en "Viento de Huracán", aparecen los años más recientes, cuando llegaron los gringos en busca del petróleo, acompañados por sus sismógrafos, equipos de perforación, técnicos y empleados de los cuatro confines del universo, para con sus salarios inusitados, atraer legiones de campesinos, desde entonces obreros petroleros de dinero fácil, fiestas, botiquines y cabarets.

Con todo el impacto que las nuevas costumbres tenían en una sociedad tradicional, de valores estables y alejada del resto del país por cinco grandes ríos que rompían al acrecentarse toda comunicación.

Hasta llegar ahora a escribir, como lo estoy haciendo, "La ira de los tiempos", donde trato de narrar cómo ese llano romántico, hermoso y nostálgico de

Gallegos, desde hace tiempo desapareció para ser sustituido por el llano actual, de lujosas haciendas, consorcios extranjeros, créditos bancarios y gran productividad.

Pero también deshumanizado y a veces tan duro en sus procedimientos, que parece invertirse el orden de la barbarie vencida por la civilización. Al predominar en algunos propietarios, la barbarie de la codicia dentro de un alma con grandes conocimientos tecnológicos, pero cadente de basamento cultural.

Tal como se muestra en la destrucción de las selvas más ricas de Venezuela, de la fauna silvestre, en el trato cada vez más impersonal con sus empleados y hasta en las matanzas de indios que ocasionalmente conmueven las llanuras más distantes.

La imposición del dinero sobre todo otro sentimiento y el poco interés que despierta todo aquello que no produce ganancias. Los miles de campesinos sin tierra, y la reconstrucción del latifundio industrial, altamente rentable, pero que se olvida de su función social.

Todo este conjunto de vivencias, hechos y sucesos, que a lo largo del tiempo han conmovido la llanura, forman mi modesto mundo narrativo.

Libros que han sido escritos sin ninguna intención de prebendas en el presente, pero con la idea de trascender en el futuro, cuando esa otra Venezuela que aparece en ellos, ya pertenezca al olvido de las nuevas generaciones, que aunque transculturizadas y dependientes, algún día encontrarán su propia identidad en el destino de patria grande.

Porque escribir significa un verdadero compromiso pues se hace para vencer la soledad, satisfacer la necesidad de comunicarnos con nuestros semejantes, compartir la alegría o denunciar lo doloroso, pero siempre con aspiración a la trascendencia.

Lamentablemente, también debemos hacerlo para aquellos con quienes nos sentimos identificados espiritualmente y entre ellos están los humildes, que con frecuencia no saben leer o no pueden comprar libros cada vez más caros, en esta Venezuela contradictoria que estamos viviendo.

Igualmente existe la tendencia de escribir para una élite ilustrada dentro de la industria de la cultura, que censura o critica lo que no le conviene o publica y divulga lo que es favorable a sus intereses.

La misma que en otras oportunidades, asimila todas las tendencias extrañas que nos dominan para con sus fantasías consumistas hacer soñar con hechos irrealizables a los resignados de la marginalidad.

Un mundo alejado de las verdaderas raíces anímicas de nuestro pueblo, porque está consciente de que el día que ese pueblo se culturice y se sienta orgulloso por haberse encontrado a sí mismo, reaccionará ante el esquema de cultura de masas que lo idiotiza, a través de la mayoría de los medios de comunicación social en manos bastardas.

Por eso insisto en recoger la memoria popular, porque en muchos de estos aportes se palpa el pulso de la vida real mejor que en algunos libros muy doctos, pero comprometidos.

Tal como sucede al encontrarnos con cantas y relatos anónimos, donde la sabiduría de la gente común muestra su poder creativo, angustias y esperanzas, a veces llenas de frustración.

Jamás podremos olvidar que nuestra identidad colectiva nace del pasado y se perenniza en la nostalgia para afrontar el porvenir, en la senda del progreso basado sobre nuestra propia manera de ser.

En tal sentido quiero enfatizar que la literatura, a mi criterio, debe tener un mensaje que implica un reto de cambio cuando está identificada con el alma nacional.

Y esto es lo que con mis limitaciones, he tratado de hacer en una búsqueda donde la palabra logre un verdadero nexo con el lector, sin caer nunca en esa narrativa muy valiosa, muy de moda, plena de formas literarias, intimistas y novedosas, de arte con el lenguaje, pero sin fondo ni mensaje captable por el pueblo.

He querido expresar estas opiniones personales, antes de terminar estas páginas, porque desde este momento espero dejar un vínculo de sinceridad, de amistad, de entendimiento y trabajo, entre un venezolano de provincia y un grupo distinguido de compatriotas, componentes de una Institución donde reposa la memoria de la República, sin ninguna otra intención que la de servirles, ausente de toda otra ambición.

Sin embargo, las satisfacciones espirituales llegan solas cuando se cultiva el pensamiento y en mi caso, la más clara demostración de lo dicho está en que por la generosidad de ustedes al reconocer mis inquietudes, tengo el honor de ser recibido en esta ilustre Academia.

Mientras tanto, continuaré en mi llanura barinesa, ejerciendo la medicina proyectada hacia esa comunidad, a pesar del terrible funcionamiento de nuestros servicios hospitalarios, pero ese es el deber de todo médico que cumpla con sus compromisos en este momento crucial que están viviendo todos los estamentos del país.

Y cuando el medio ambiente, la injusticia y la corrupción me acorralen, continuar escribiendo como la única forma de reventar el mundo.

Ustedes excusarán tanta franqueza ante un auditorium tan selecto, pero no encontré otra manera de expresarme en presencia de quienes estoy seguro, por su receptividad, interpretarán mis sentimientos.

Señores...

EL AMERICANISMO REMONTANTE DE MADARIAGA

Por DEMETRIO RAMOS

Yo no sé si puede decirse de Madariaga que fue escritor de Historia por *curiosidad* o, más aún, por *decisión* de satisfacer un imperativo de simetría, tal como se nos explicaron los trípticos, como estructuras equilibradas de los retablos. Así, sería la fórmula con que el recurso al pasado —a la historia—, equilibraba al escritor de presentes, que es el político, y al de futuros que es el ensayista. No obstante, más bien nos inclinamos a creer que esa fue la consecuencia de un proceso menos esquematizable.

Pero el caso es que igual fidelidad estructural tripartita guardó Madariaga para la misma Historia americanista, si bien escrita al revés: primero con la atención a lo más remoto, su *Vida del muy magnífico Señor Dn. Cristóbal Colón*, que apareció en 1939; luego la que dedicó a *Cortés* en 1941 y, por último, su *Bolívar*, cuya primera edición surgió en 1951, que tuvo como colofón, en 1955, el *Cuadro histórico de las Indias (introducción a Bolívar)*. Explicó ese llamativo distanciamiento, que saltó del año al año, a la década, con que retrasó los dos tomos de Bolívar, por la dificultad, al considerar que era más difícil que vivir las gestas de Colón y de Cortés, adentrarse en la realidad vivida por el Libertador.¹

Mas yo creo que con mayor fortuna podemos explicar este fenómeno si comprendiéramos cómo Madariaga, al comenzar su trabajo sobre Bolívar, se vio asaltado por la perplejidad, ante las afirmaciones con las que tropezaba continuamente sobre el régimen español en América, que Bolívar combatía, no sólo con las armas, sino también con argumentos. Los que llamó Madariaga “grotescos argumentos” fueron, pues, la causa de ese mayor detenimiento, que le hizo ir aún más lejos de lo previsible en lo que fuera pensado como *introducción a Bolívar*. Así se advierte que si primero escribió historia por un imperativo intelectual —como ensayo sobre el pasado—, tal como fue el caso de su *Colón* y de su *Cortés*, luego Madariaga se vio arrastrado a escribir historia como *respuesta*, para combatir “la tradición de denigrar a España y a los españoles, establecida en todo el mundo (sin excluir a todo un sector de la misma España)”.²

No es el de Madariaga un caso insólito, pues ese imperativo remontante, que arrastra a reconstruir el cuadro previo, es casi normal. Y en el mismo sentido le sintieron más de uno. Tal lo tenemos en Caracciolo Parra-Pérez, el excelente historiador venezolano de las décadas intermedias de este siglo, quien después de su *Miranda et la Revolution Française* y de su *Bolívar*,³ entre otros magníficos libros y trabajos, llegó a publicar su estudio sobre *El Régimen español en Venezuela*,

1. SALVADOR DE MADARIAGA. *Prefacio* a su *Bolívar*. Buenos Aires, 1951, t. I, párrs. 1 y 2.

2. *Id.*, párrafos finales del *Prefacio*.

3. *Miranda et la Revolution Française* fue publicado en 1925 por la Librairie Pierre-Roger, de París, y el *Bolívar* en 1928 por la editorial Excelsior, también de París, del que se hizo una edición en inglés, por la Pittsburgh Pinting C. y otra en italiano, que apareció en Roma, en 1930.

libro que se imprimió en Madrid en 1932, al que siguió una copiosa producción nuevamente dedicada a la Emancipación, que culminó con su *Mariño* en seis volúmenes (1954-1960).

Pues bien, en el último capítulo del libro dedicado por Parra-Pérez al *Régimen español* pueden leerse, no unos propósitos, decisorios, como en Madariaga, sino unas reflexiones que, a manera de conclusiones, no son menos indicativas, al considerar al fin a su libro como “una contribución a la tarea de desvanecer las tinieblas que, por la voluntad de los hombres o en virtud de ciertas doctrinas, cubren aun para todo nuestro pueblo [venezolano] el período de su formación, hasta el momento en que se declaró independiente... siendo la historia de los horrores perpetrados durante la conquista y colonización... y sobre todo la mentira de la ineptitud del régimen colonial... tan repetidas... que peninsulares y americanos, por razones diversas, hemos concluido por aceptarlas... Los calificativos de despótico, retrógrado, inerte y antiamericano que se acostumbra a dar a aquel régimen son temerarios e inconsistentes”⁴.

Así, la consideración y actitud de ambas personalidades —las dos vinculadas también a las actividades diplomáticas— son, pues, semejantes, si bien no se concretaron —al tratar de los libertadores de la misma forma. Ni mucho menos.

*La preferencia biográfica del americanismo de Madariaga,
una consecuencia ideológica*

Además de esa sana actitud *remontante* que hemos visto, hay otra coincidencia entre Madariaga y Parra-Pérez, pues los dos fueron biógrafos —cultivaron la historia a través de los grandes protagonistas—, lo que no deja de tener también su significado. Porque se enfrentaron así con uno de los problemas más amargos de ese tipo de historia: el final de tales hombres, que suele consumirse en ingratitudes, al menos aparentes. Véase, sino, en Madariaga la lamentación con que concluyó la historia de Cortés sobre la actitud que siglos después apuntaría en México contra su memoria.⁵

Así pudo concluir también su *Colón* con esta evocación a su tragedia, al apostrofar su empeño con estas palabras: “nada importó su persona. Entre Europa y América, sólo fuiste un puente de carne dolorida. No descubriste América, que era lo que la humanidad buscaba: descubriste las Indias, que no existían más que en tu imaginación: y porque quisiste doblegar hacia ti aquel goce, el

4. PARRA-PÉREZ. *El régimen español en Venezuela*. Madrid, Morata editor, 1932, cap. XIV. *Deducciones*, pp. 265-276. El libro fue motivo de cierta polémica, como la motivada por Gil Fortoul con sus comentarios en *El Nuevo Diario*, de Caracas (núm. del 13 de marzo de 1933). Hay un excelente estudio sobre Parra-Pérez, que publicó TOMÁS POLANCO ALCÁNTARA, que tituló acertadamente, por su doble dedicación, *Con la pluma y con el frac*. Caracas, Banco de Venezuela, 1982.

5. MADARIAGA. *Hernán Cortés*, pp. 658-659 (citamos por la séptima edición. Buenos Aires, 1958).

espíritu te negó acceso al conocimiento de lo que ibas haciendo, y el continente no lleva tu nombre...".⁶

En forma de autoconfesión —con afirmaciones más discutibles— presentó también Madariaga los últimos trágicos momentos de Bolívar con aquellos pensamientos que quiso suponer en su mente, cuando se vio abandonado...: "Vedme, pues, aquí en mi dimensión real, despojado por mi propio ser póstumo del título de Libertador que me otorgasteis...".

Es entonces —escrito esto—, cuando Madariaga, en el último párrafo de su *Bolívar* sella el sentido de su tríptico de biografías, tal como si se tratara de hacer un balance final, para poner en labios del propio gran caraqueño esta reflexión última, en la que abarca a los tres personajes, haciéndole decir que ni yo Libertador, ni Cortés conquistador, ni Colón descubridor, ninguno de los tres protagonistas de esta trilogía del Nuevo Mundo es lo que parece ser. Los tres pisamos las tablas de la Historia con el pie firme de los creadores de su propia estirpe, ávidos de fama y de gloria. Los tres fuimos meros instrumentos de algo que ni aún ahora nos ha sido dado penetrar. Colón no supo que descubriría América; Cortés no supo que creaba la República Mejicana; yo no soñé que el alma en pena del tirano Aguirre, que ardía en los fuegos fatuos sobre las llanuras de Venezuela, os tiranizaría, al verterse en mar de petróleo estéril sobre vuestros valles antaño fértiles. El hombre propone y Dios dispone... Ni Colón se descubrió a sí mismo, ni Cortés se conquistó a sí mismo, ni yo me liberté a mí mismo".⁷

Es, pues, evidente que la trilogía fue consecuencia de una arquitectura, pues es obvio que se trata de una *asociación de funciones*, articulada en una pieza, como lo declara, además, el propio Madariaga, cuando se hace esta última reflexión, tras las negaciones transcritas, diciendo de sí mismo que "ni éste que ha querido explicarnos a los tres sería capaz —sigue poniendo en boca de Bolívar— de explicarse a sí mismo, ni de vislumbrar cómo repercutirá en la Historia el tríptico de tragedias que ha trazado con nuestras vidas". Es así este final una especie de confesión de las grandes dudas de Madariaga por el futuro y por lo que él mismo —los principios por él defendidos— podría significar en él, cuando en 1951 su lógica —política, se entiende— se quebraba en la incertidumbre. Porque él no escribió Historia para impedir olvidos —como fue el caso de Heródoto y de tantos cronistas—, sino al contrario: para inquirir en el futuro, es decir, a impulso de una necesidad ideológica, de la que hablaremos después de que hagamos mención de su "género" histórico.

En este sentido, debemos entender que lo que Madariaga trató de hacer fue atrapar, en el arco iris de su discurrir, la esencia de la Historia, con el examen, a fondo, de los *protagonismos determinantes* de las grandes arrancadas, es decir, de aquellos personajes que fueron *punto de partida* en el proceso americano, capaces cada uno de crear una nueva era, de cambiar el curso manso de la Historia,

6. *Vida del muy magnífico señor Don Cristóbal Colón*, capítulo final: *Caída, muerte y transfiguración*, p. 395 (citamos por la edic. de Madrid, Espasa-Calpe, 1984).

7. MADARIAGA. *Bolívar*, párrafo final del epílogo: *La renuncia póstuma*, t. II, p. 531 (citamos por la edición de Buenos Aires, edit. Sudamericana, 1959).

con una genial aceleración que llevara de verdad al nuevo cenit del progreso. Pues, al contrario que Plutarco, no vio en sus protagonistas meros realizadores de sus destinos, insertos en un tiempo y sometidos a las fatalidades o presagios, sino como torrentes que saltaban de su temporalidad para irrumpir sobre un escenario sorprendido de amaneceres; para drenar el acontecer por otros cauces, más anchos y a la sombra de quehaceres más generosos. Así, para Madariaga, el eje de cada biografía le constituye forzosamente el *propósito y la voluntad* del personaje, que por su función en el efecto de *arrancada* no podía tener precedentes. Pero con el dibujo del propósito determinante de cada sujeto promotor —Colón, Cortés y Bolívar— necesitaba Madariaga el hábito de la disposición ética con que se movían en el desarrollo de sus respectivos proyectos. Por eso son vidas lo que escribe, sí, pero también introspecciones en los personajes, al menos lo que cada uno quiso hacer, sin dejarse ganar en ningún momento por lo que se ha llamado la enfermedad del biógrafo: el enamoramiento del personaje manoseado en la larga sucesión de vigiliás, que al fin termina por apoderarse del escrutador, víctima de sus seductores silencios.

Y en esto sí que se pareció Madariaga en su quehacer al plutarquiano; al proponerse así la doble consideración de la vida externa junto con la auscultación de la interna, pues como lo dijo Alfonso Reyes, el éxito de quien quiera hacer cabal biografía ha de estar más que en el relato de la intervención del sujeto en el acontecer de sus días, en el más difícil relato “de la intimidad”.⁸

Pero esa atención al doble objetivo, como acertó a entender el género biográfico intimista escritora tan fina como Stefania Mosca, era no sólo una dificultad, sino “la más cruel de las exigencias”,⁹ para que la biografía fuera una realidad vital y no una mera fotografía compuesta. Fue así como Madariaga llegó a trazar las biografías de sus tres personajes, motivo por el cual creyó descubrir en cada uno, además de un valor de sus hechos, sus oscuros secretos: el ansia económica en Colón —de ahí su empeño en hacerle judío— el personalismo glorificante de Cortés, y la ambición de poder que quiso ver en Bolívar. Consecuentemente, al dicho de Cervantes de que cada uno uno “es artífice de su ventura”,¹⁰ vino a añadir que también ha de serlo de “su desventura”. Porque Madariaga nunca pudo aceptar la simplicidad mecánica de la Historia, ya que, decía, “las cosas son mucho más complicadas de lo que parecen. Por eso —sostenía— es tan difícil dár con la verdad. *No hay verdad sin calidad*. Para conocer la verdad de una cosa hay que apreciar y aun que gustar su calidad”.¹¹

La calidad de los tres personajes, elegidos por Madariaga es, evidentemente, idéntica para él: la misma que reconoció en otro personaje, don Quijote, reitera-

8. ALFONSO REYES. *Obras completas*. XV. México. Fondo de Cultura, 1963.

9. STEFANIA MOSCA. *La memoria y el olvido*, Caracas, Col. El Libro Menor, de la Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1986.

10. CERVANTES. Segunda parte de *Don Quijote de la Mancha*, cap. LXVI.

11. MADARIAGA. *Diálogo ante el espejo*, introspección ideológica que en forma de interrogatorio a sí mismo, se publicó en ABC, de Madrid, el 28 de noviembre de 1971. Reproducido después en un *Sábado cultural*, en 1986.

damente tratado por su pluma,¹² hasta el extremo de convertirle en el paradigma modélico más ajustado. Y no tanto por su idealismo soñador y ansia de justicia, sino más bien por actuar irreductiblemente como un ser libre. Por eso, cuando en sus *Diálogos ante el espejo*, después de afirmar Madariaga que “sin un mínimo de orden no puede haber ni libertad ni justicia” y de preguntarse, ante tal enunciación, ¿cuál había de ser la condición proritaria “en caso de conflicto”?, sin vacilar se respondió: “creo que lo primero es la libertad”.

Tal calidad es la que don Salvador vio nítidamente en Colón: un hombre que en su relación con los reyes —de Portugal o de Castilla, tanto da— fue capaz, no ya de someter un proyecto y defenderle a ultranza, sino también de imponer unas condiciones. O lo tomaban, como él quería, o se iba a otra parte. Era un auténtico proceder de hombre libre, que se repitió en Cortés, y de tal manera que ni siquiera el extremeño llegó a someter su proyecto ni a rey ni a gobernantes, como tampoco aceptó a ninguno de los que se le enviaron. Sólo, ante el rey, al que envió sus procuradores y sus cartas, a medida que actuaba, eso sí, en su nombre y a su servicio, por entender ser el de la cristiandad universal.

Y el mismo caso de hombre libre fue perfectamente reconocible en Bolívar, que incluso se desligó de la Corona, sin duda por no haberla visto al servicio de ninguna meta superior. El mantenimiento de su libertad no puede ser más patente, hasta el extremo de que pocos gobernantes llegaron, como él, a presentar tantas veces la alternativa de su renuncia, aunque para Madariaga sea —¿cuándo no?— instrumento coactivo de su política.

Por eso fueron los tres elegidos por Madariaga conforme a ese ideal de la libertad que a él le poseía, al concebirles como ejemplos sin condicionamientos ni sometimientos limitadores o deformadores. Su empeño constituía así una especie de arenga tácita hacia el futuro, puesto que mostraba su capacidad unida al hecho de haber sido, antes de nada, hombres libres. Así quedaba especificada la condición inherente al promotor.

Los tres hombres libres: circunstancias de su concepción

Si la atención de Madariaga hacia América teníamos que situarla —guiados por las apariencias— en 1930-1931, cuando hizo su largo viaje al otro lado del Atlántico, donde estaba dando conferencias al ser proclamada la República en Madrid, por asomar entonces tal tendencia en su libro *España*, que se publicaba en esas fechas,¹³ parece ser que la sugestión fue en realidad anterior. Pues si fue mucho más tarde, en 1939, cuando explotó ardientemente con la publicación de su *Colón*, seguida del *Cortés*, la nota curiosa de que la biografía del descubridor se

12. En efecto, de sus ensayos más representativos de la primera época destaca ya la *Guía del lector del Quijote*, publicada en Madrid, por Espasa, en 1926; como luego insistió en otro más enjundioso, que tituló *El Quijote de Cervantes*, publicado en Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1962. En su libro sobre Colón, las comparaciones con don Quijote son frecuentes.

13. MADARIAGA. *España*, Madrid. Comp. Iberoamericana de Publicaciones, 1931.

editara antes en inglés que en español,¹⁴ obliga a pensar que fue la estancia previa en Oxford, de cuya Universidad fue nombrado profesor en 1928, el principal disparadero, al que se acumuló ya el efecto de su estancia en Washington, como primer embajador del nuevo régimen. Consecuentemente, si en Inglaterra pudo comenzar a trabajar sobre Colón, luego continuó ya como obligación remachada. Y pudo ser el hecho de sus relaciones con los importantes personajes hebreos de Inglaterra y Estados Unidos lo que le contagió, hasta el extremo de convertirse en el más rotundo defensor del judaísmo del descubridor.

Como pudo ser el hecho de haber comprobado la importancia que en el mundo anglosajón —y en Hispanoamérica— se concedía a la biografía que Prescott escribió sobre Cortés, lo que luego impulsara al polígrafo gallego a intentar sustituir su versión,¹⁵ dada su impresión, cada vez más sentida, de que todo fue hecho por hombres libres. ¿No fue así cómo, a fin de cuentas, Inglaterra se convirtió en dominadora de los mares? ¿No fue así también cómo en Estados Unidos se ve al pionero, conquistador del Oeste?

Sin embargo, la biografía de Bolívar creemos no fue programada entonces, sino más tarde, pues la relacionamos con otro efecto: el que tuvo que producir a Madariaga la publicación por Marañón de su *Conde-duque de Olivares, o la pasión de mandar*.¹⁶ En su introducción, Marañón explicaba que todo ser humano tenía, despierto o latente, el “instinto de la superación, el ansia de diferenciarse ventajosamente”, para añadir que “en cuanto se pierde este instinto, el espíritu del hombre se quiebra...”. Constituía, por consiguiente, el motor de un efecto que exigía la mayor atención a un hombre, como Madariaga, que cifraba la existencia de la libertad política en la convivencia de valores humanos indoblegables. De aquí que nos resulte inexcusable que don Salvador leyera muy atentamente a Marañón, ante las explicaciones científicas de las actitudes temperamentales, como por ejemplo, lo dicho en este párrafo, donde sostenía que del *instinto de superación* “es el de la dominación, el de poder y mandar, sólo una variedad. Lo demostraría —seguía— si no fuera por sí mismo evidente, el que en muchos hombres el ansia de superar a los otros no supone, en modo alguno, el designio de mandarles. Incluso hay formas —quizá las más altas— del ímpetu de superación, que se basan en el sometimiento, como ocurre en la perfección religiosa... Otros hombres ansían el poder, pero no como fin, sino como medio, como mero instrumento para el logro de grados superiores de superación. Y, por último, en otro grupo de seres humanos el mando es, por sí mismo, el fin de su instintivo afán... Esta es la forma genuina de la pasión de mandar”.¹⁷

14. En efecto, con el título de *Cristopher Columbus* se publicó por Hodder and Stoughton, en Londres, en 1939, la versión inglesa, año en el que también aparecía la edición de Nueva York, que imprimió MacMillan.

15. WILLIAM H. PRESCOTT publicó su *History of the conquest of Mexico, with a preliminary view of the ancient Mexican civilization and life of... Hernando Cortés*, en Nueva York, en 1843, que después de la edición francesa, reimprimió J. F. Firk en Philadelphia, en 1874, a la que siguió una primera edición en español, en Madrid, s. f.

16. GREGORIO MARAÑÓN. *El Conde-Duque de Olivares*. Madrid, 1936. La segunda edición se publicó, en la Colección Austral, en Buenos Aires, en 1940, cuando también se publicaba en alemán. Munich, 1940 (citamos por la 4ª ed., Madrid, 1959).

17. MARAÑÓN. *El Conde-Duque*, Introducción: *La pasión de mandar*, p. 4.

¿En qué punto de esta escala colocaría Madariaga a Colón y a Cortés? Porque esa *pasión* la reconoció como realidad, que no exigía muchos esfuerzos para ser identificada. ¿Vino entonces, después de esta fecha de 1936, a pensar ya en la tercera figura protagonista? Es lo que creemos, al ser perfectamente visible —más que en otros casos— la “circunstancia propicia”.¹⁸ Lo que Madariaga nos dice de Marañón confirma que no le fueron indiferentes sus escritos.¹⁹

Son, pues, tres dimensiones de hombres libres que la gloria tiñó, pero como empresa personal en cada caso. Mas ¿quién de los tres *triunfó*? Esta es ya la pregunta más comprometida y la que colocó a Madariaga en el banquillo, sometido a los más agrios reproches, al haber elegido a Cortés como el único que de verdad logró transformar radicalmente a la América encontrada.

Claro que también cabe plantearse si fueron tres biografías o fue una sola, escrita tres veces, con distinta temporalidad como fondo, moviéndose en él, o más bien con distintos espacios: Colón, en una simplicidad periférica antillana; Cortés, penetrando en el septentrión “mesoamericano”, y Bolívar navegando a lo largo del dorsal andino del continente Sur. Porque, por algo, para Heidegger “la trascendencia es el ascenso que posibilita . . . también un mover-se en el espacio”.²⁰ ¿No son los tres errantes, sobre aguas o tierras, que a su manera *liberan* su ámbito de la opresión del tiempo en que se veía sumida?

La tentación de comparar esta trilogía con las que la novelística nos ha entregado en estos años —como tres fases de una vida, sino era con tres generaciones— es casi inevitable: ahí está el recuerdo que guardamos de nuestro Ignacio Agustí. Como podemos traer a colación a Lawrence Durrell, aunque en este caso no son tres —no es un tríptico—, sino cuatro obras: como también en vez de hombres son mujeres, de Justine a Clea, en *El Cuarteto de Alejandría*. Pero también, como algún crítico creyó descubrir en este caso,²¹ podrían no ser cuatro personajes, sino uno mismo que cambiaba de nombre al cambiar de situación y a tiempo, para *reescribir* otra historia desde la nueva paradoja, con la intención de sorprender el destino y darle la vuelta en la nueva intentona. ¿Es así como pretendió Madariaga hacerse con el secreto de una América joven, hecha por hombres cuyas raíces eran forzosamente viejas, al llegar del mundo que dejaban atrás?

Quizá Madariaga no perdonó a Bolívar —al que vio desde una predisposición equívoca— que dejara de escribir, “su” libro. Y aquí puede estar la razón de su falta de comprensión por el Libertador. Pues Colón escribió su *Diario* —y se traslucen los otros diarios de los demás viajes suyos, además del descubridor—; como Cortés escribió sus no menos famosas *Cartas de relación*. Pero Bolívar no llegó a dictar sus memorias,²² como César las escribió o Marco Polo o Napoleón

18. MARAÑÓN, *id.*, p. 6. Tal circunstancia la preveía al aparecer la posibilidad “para hacerse fecunda con la órbita de una gran conmoción humana”.

19. MADARIAGA. *Españoles de mi tiempo* (capítulo dedicado a Marañón), 1975.

20. M. HEIDEGGER. *La pregunta por la cosa*. Buenos Aires, Alfa, 1975, p. 23.

21. STEFANIA MOSCA. *La memoria y el olvido*, cap. dedicado a Durrell.

22. Sobre este propósito no cumplido, *vid.* DEMETRIO RAMOS, “Bolívar, como protagonista de una nueva época”, en *Sillar* (Madrid), núm. 15 (1984), pp. 33-47, donde examinamos ese deseo de escribir o dictar unas memorias que el Libertador tuvo.

las deletrearon a sus confidentes. Por el contrario, distribuyó escritos —cartas, proclamas, decretos...— en forma tan abundante que debió cansar al biógrafo más de la cuenta —y así lo confiesa en su obra—, sin el asidero de la recóndita confidencia que deseaba, menuda y sutil, para el trabajo rápido de sus interpretaciones. Colón y Cortés se dejaban maravillan por lo que veían. Bolívar, no; como si no tramara en el secreto cosa alguna. Era demasiado para Madariaga. Y ello tampoco podía comprenderlo. Quizá, quizá, si el curioso don Simón Rodríguez hubiera podido cumplir con tal destino —tal como lo descó Bolívar— otra cosa sería y mucho mayor el aprecio.

Así, se escalonaban las diferencias y, en paralelo, los asombros. Porque para escribir el Colón no tuvo el genial gallego demasiados problemas con las fuentes: tal como le sucedió con Cortés. Bastaba comprenderlos. Pero con Bolívar era otra cosa; y así lo lamenta, pues —dijo— “las fuentes para la vida de Bolívar son de una *abundancia abrumadora*. El material impreso recogido con admirable industria por los historiadores hispanoamericanos es casi inagotable... Y vienen luego los trabajos de exégesis y comentarios, cuyo estudio... no sabe omitir... Era menester adentrarse en este *labyrintho* de papel impreso y manuscrito...”.²³ Y claro es, ante estas afirmaciones el historiador no puede por menos de sentirse asombrado, pues ¿cómo sabe explicarse que un escritor de historia se sienta feliz cuando las fuentes son pocas y atribulado si es menester “adentrarse en este labyrintho”? Jos, en cambio, como todos los colombinistas, de lo que se lamentó fue precisamente de lo contrario: de los inmensos vacíos documentales, capaces de crear las *nebulosas* que envolvieron al personaje.

Con esta y otras pistas semejantes llegamos a comprender que Madariaga no fue historiador por casualidad, sino fundamentalmente ensayista que hizo historia. Y hay varios momentos en los que él mismo lo dijo; por ejemplo: cuando calificaba su historia del Libertador como “ensayo de biografía del ya tan biografiado Bolívar”.²⁴ Porque entonces, para ser honesto como escritor, que era su auténtico oficio, tenía que tentar la forma de lograr *ser original*, lo que trasladado al quehacer de historiador le conducía —para lograr arrancar a las fuentes otra cosa, otra versión—, a ese empeño de novedad que “viciosamente buscado”, como D’Ors calificó las ansias de los tiempos modernos,²⁵ le llevó a la Historia como respuesta. Y ese querer hacer *otra historia* distinta fue su calvario.

El antirromanticismo ideológico

Pero Madariaga se vio arrastrado también a desandar el camino —el volver hacia el principio—, lo que dio origen al *El cuadro histórico de las Indias*, para anudar las tres biografías, aunque fuera programado sólo como introducción a Bolívar. Y así vino a suceder lo que Valbuena predijo en su *Bernardo*: que “si se anuda la venda, queda ciego [el sujeto]; si descubre los ojos, deslumbrado”,

23. MADARIAGA. *Bolívar*, prefacio, t. I, p. 23.

24. MADARIAGA. *Bolívar*, prefacio, t. I, p. 24.

25. EUGENIO D’ORS. *La ciencia de la Cultura*. Madrid, 1964, p. 467.

con lo que tenemos definido el *Cuadro* o, como luego lo denominó Madariaga. *El auge y el ocaso del imperio español en América* que, más que el fondo de la trilogía, era exactamente una respuesta a la versión circulada, sobre los hombres y sobre los hechos, por una mentalidad que consideró deformadora en los tres planos decisivos —otra vez el tríptico— de la literatura, la política y la historia. ¿Entró para esta obra en contacto con Altamira o con Ots Capdequí?

Porque Madariaga, ante todo, fue un antirromántico, por convicción y, además, por necesidad. El, como hombre vinculado a la gran tarea de trabajar por recrear los lazos de armonía y convivencia entre los pueblos de Europa —por lo que unió su empeño a la meta supranacional de la Sociedad de las Naciones—, tuvo que reprochar, como tantos, a la época romántica del encrespamiento nacionalista, aquel de las razones rotundas y ciegas del *Patria o muerte*, que vino fraguándose ya desde la caída de la Edad Moderna. Y fue entonces cuando se dio cuenta de que casi toda la historia circulante —sobre los arquetipos y sobre el *cuadro* en que se movieron— había sido amasada y encandilada al calor de las fogatas románticas. Y aquí está su reacción, pues esa historia —según la sentía— constituía el más serio obstáculo, por su furioso nacionalismo, contra la tarea de la convivencia. Y en esa tesis están las claves de sus aciertos y de sus errores.

Los amargos reproches vertidos contra esa historia le hubieran llevado a Madariaga a escribir la de los mitos, de haberlos podido reconstruir sin atosigamiento, por tantas tareas como quiso hacer suyas. Por eso se contentó con limitar la queja al campo visual que tenía ante sí. Tal como cuando escribió esta clarísima censura sobre ese lastre: “la vida de Bolívar y la de sus compañeros —eso fue lo recientemente visto— ha solido relatarse a la luz de una era romántica. Para aquella era, dioses y reyes eran los enemigos del hombre. En dioses y reyes y en sus odiados ministros, sacerdotes y estadistas, los hombres de aquellos días encarnaban, para arrojarlos de sí, sus propios defectos y ambiciones insatisfechas: sobre los mantos y las casullas de reyes y sacerdotes descargaban el fardo intolerable de sus propias frustraciones. Incapaces muchas veces de darse cuenta de la unidad íntima de la vida colectiva que hace al tirano vivir y palpitar en el pueblo que tiraniza, y hermana al verdugo con la víctima, los hombres de la era romántica veían la Historia como un melodrama en el que la doncella era siempre inocente en absoluto y el villano siempre en absoluto traidor. Con lo cual resultaba encantadoramente fácil el camino del progreso: bastaba con destruir al villano y quedaba la doncella libre...”²⁶

Por eso se dio Madariaga a la tarea de escribir “el diseño general” en el que los respectivos pueblos viven, como “cuerpo histórico” del que emanan los arquetipos. Y dice entonces que “uno de estos *diseños* o *cuerpos históricos* es el mundo hispánico”, que vive por sí mismo. Por eso Madariaga creía fervientemente en la capacidad de convivencia, sólo posible si los *cuerpos históricos* actuaban unitariamente en su solidaridad natural. De lo que se deduce que las rupturas pueden ser justas y legítimas pero, sin sustitución en planos paralelos, capaces de

26. MADARIAGA. *El auge del imperio español en América* (primera parte del *Cuadro*, tal como se publicó inicialmente). Buenos Aires, 1955, p. 19.

perturbación. Era lo que se oponía a la necesidad irrenunciable de la "indestructible solidaridad del ser". Sólo así se comprenden sus errores sobre Bolívar.

El americanismo de Madariaga, en el ansia de asomarse al futuro

En otro plano es dable contemplar la obra histórica americanista de Madariaga como resultado también de un deseo o tendencia por un más allá, con el que se sueña, como el hombre de finales del siglo xv llegó a presumir la necesaria existencia de un extremo del mundo que fuera complemento asequible para remedio de las carencias padecidas en el orbe cristiano. Claro que Madariaga no estaría al aire de ignotas geografías. Su *más allá* se centraba en la posibilidad que la humanidad había de tener, civilizadamente, para dejar al fin la estela de guerras y conflictos entre los pueblos, con el logro de las solidaridades, de que tantas veces habló.

Por lo menos se intuye ese proyeccionismo de la misma elección de los promotores que biografó, porque —esto es indiscutible— tuvo que seleccionarles como primer paso, para luego meterse dentro de ellos para sorprenderles sus secretos. Pero esa elección previa, antes de estudiarles, nos habla ya de un criterio, que tuvo que guiarse por su simbología, por lo que *quiso* ver en cada uno de ellos.

Averiguar lo que Madariaga quiso ver es casi rozar la conjetura; pero no del todo, pues aunque luego rectificara sus presunciones, algo se trasluce del retrato de sus personajes. En efecto, a Colón nos lo *planta* a la sombra de los árboles del Paraíso Terrenal con evidente delectación: a Cortés como "creador" y penetrador, tanto en la intimidad continental, como en la del "proceloso cenó de aquel inmenso mar" que llevaba hasta el Asia. Fue, pues, quien abrazó de verdad el mundo de extremo a extremo: en suma, un paradójico Colón —sin capitulaciones de Santa Fe y sin pujos de navegante—, pero que pudo mandar ya sus naves a la verdadera Especería y a la realidad oceánica. Pero además —y en ello acertó también— nos mostró al extremeño no como un rebelde, que actúa a impulso de un redentorismo fabuloso —el *comunero* que quiso ver Giménez Fernández—, sino como el que intuye cuál es la ocasión histórica, pero siempre un modelo de fidelidad, pues pararse ante la sorpresa que él encontró podía ser el verdadero delito, cuando garantizaba su proceder la reverencial solicitud, reiterada, a la Corona, consciente además de que así se ensanchaba su función, con el doble imperio. Es, pues, el prototipo de los conquistadores que, a pesar de actitudes y aspecto anárquico, resultaron ser "hombres obsesos por la majestad de la ley... sino que además buscaron todos en la palabra real la sanción de sus hechos y el fundamento de su autoridad. ¿Por qué? Porque aquellos españoles —concluía— eran hombres penetrados del sentido de ciudadanía humana fomentado en España, como en todo el mundo latino, por la doble tradición de Roma —la imperial y la cristiana—";²⁷ Esa rotunda decisión en el sometimiento a una universal

27. MADARIAGA. *El auge del imperio español en América*, p. 35.

sumisión, a un acatamiento a norma, ley y autoridad, era garantía de entrar en la *solidaridad* del *cuerpo histórico* del que partían y al que se aferraban voluntariamente, como gesto de superior valor a cualquier otro —para su trascendencia para los siglos— definidor de “hombres eminentemente *civilizados*”, no obstante las vituperables tropelías que pudieran haber cometido.

Era, pues, el concepto *orgánico* lo valorado por Madariaga, en la construcción de una *Univércitas* hispana, en la que pudieran armonizarse y conjugarse tantas diferencias. Por eso, el empeño de Madariaga fue también buscar el esfuerzo orgánico en el proceso emancipador, cuando la dinastía falló ante Napoleón, es decir, cuando los reinos —y mucho más los de América— quedaron acéfalos. Si tenemos en cuenta que éste fue también el plantamiento que se hizo José María Ots Capdequí, exiliado en Bogotá, y lo que le impulsó a publicar primero sus *Instituciones de Gobierno en el Nuevo Reino de Granada durante el siglo XVIII* y después, las existentes al tiempo de la Independencia, donde repetía su tesis de que “la frustración histórica de nuestro siglo XVIII... es un hecho que es preciso tener a la vista para poder captar debidamente el verdadero significado de muchos de los aspectos de la obra colonizadora de España, así como de buena parte de lo ocurrido en estos pueblos hispanoamericanos después de la Independencia”,²⁸ forzoso es reconocer que la tendencia a incidir en la realidad, por encima de las explicaciones derivadas de la propia época del enfrentamiento con la crisis, estaba latente en el clima que respiraban los principales cerebros del exilio, como se puede comprobar en Altamira, Malagón Barceló y tantos más.

¿Cómo entendió Madariaga que se desarrolló la empresa emancipadora, de acuerdo con la circunstancia que determinó los planes? Esa fue la desazón del escritor coruñés, según se nos muestra al tejer la biografía de Bolívar. De aquí el significativo valor que damos a otra huella, que se deduce de la forma en que trasladó una petición que se le hizo, cuando estaba enfrascado en su trabajo, cuando alguien le dijo: “ya que está usted escribiendo una Vida de Bolívar —anotó que le manifestó en Londres un *inteligente venezolano*— espero nos explique usted por qué no nos ha libertado el Libertador... , porque no nos ha libertado”.²⁹ Era, pues, una tarea inconclusa, como realizada sólo en cierto sentido, sobre todo si atendemos a lo que Madariaga quiso ver en cada uno de los personajes por él elegidos como paradigma.

Porque —como se preguntó Madariaga al iniciar su Colón— “¿quién era aquel hombre misterioso que con su solo espíritu cambió el curso de la Historia...?”³⁰ Para contestarse, hubo de acudir el escritor coruñés a Las Casas, para

28. J. M. OTS CAPDEQUÍ publicó ya, mucho antes, sus *Estudios de Historia del Derecho español en América*. Bogotá, 1940, donde incluyó un sustancioso trabajo sobre *El Municipio hispanoamericano del período colonial*, muy útil en el sentido que nos interesa, como después el libro *Nuevos aspectos del siglo XVIII español en América*. Bogotá, 1946, donde ya enunció la tesis indicada, que repitió en *Las Instituciones de Gobierno en el Nuevo Reino de Granada en el siglo XVIII*. Bogotá, 1950, para volver al mismo punto en *Las Instituciones del Nuevo Reino de Granada al tiempo de la Independencia*. Madrid, 1958.

29. MADARIAGA. *El auge...*, cap. I. El juramento del monte Aventino, p. 19.

30. MADARIAGA. *Colón...*, cap. II, p. 25.

sacar de su buena tinta la deseada proyección. Y justo es decirlo que acertó a poner sus ojos sobre este párrafo: "...llegado, pues, ya el tiempo de las maravillas misericordiosas de Dios, cuando por estas partes de la tierra (sembrada la simiente o palabra de la vida) se había de coger el ubérrimo fruto, que... escogió el divino y sumo Maestro entre los hijos de Adán que en estos tiempos nuestros había en la tierra, aquel ilustre y grande Colón..."³¹ Era así presentado —y visto—, según estas palabras, como escogido por la divina voluntad: tal como un profeta, ya que el dominico le definió como "su ministro y apóstol primero destas Indias". ¿Puede entonces extrañar que fuera a dar —según llegó a creérsele— a los aledaños del Paraíso Terrenal?

El hecho es que todo esto —que para Madariaga era un síntoma de la mentalidad en que se desarrolló como lo prueba que Las Casas lo admitiera— nos configura a Colón como un héroe —tal como Jasón— que partía de la Antigüedad, injertado en Tomás, apóstol del último extremo. Colón era, pues, el paradigma de un mundo antiguo que abría al fin paso a esa nueva era, que irrumpía, aunque estaba bien prevista: "llegado, pues, ya el tiempo". Pudo verle como un adelanto, además, de la purificación social —sencillez y pobreza—, tan cara al franciscanismo iluminado, como al humanismo, al ser elegido un *nadie* desconocido, y no un noble de alta alcurnia o un prelado de la Roma renaciente para tamaña empresa. La estampa que ofrece Erasmo en su *Elogio de la locura*³² encaja con esa determinación providencial y simplista de Las Casas.

En cambio Cortés pudo ser visto ya como la proyección del mundo Moderno, así lo consideró Sepúlveda. ¿No había ido a Salamanca con la pretensión familiar de que estudiara Leyes?³³ Era, pues, otro *elegido*, pero ahora para contrarrestar la escisión que en la conciencia de la Europa unitaria había de producir Lutero. Mendeta le consideraría, años más tarde, como otro Moisés; y Antonio de Solís, ya en el siglo XVII, hablaría de él también como instrumento de un alto designio, pues la conquista de la Nueva España —dijo— fue obra que "puso en sus manos la felicidad de su destino".³⁴ Pero tan distinto ya su proceder del colombinismo, que incluso Madariaga llega a concebirle como portaestandarte del espíritu democrático. Así fue como quiso pintarle, cuando —escuchando el ruego de sus hombres— cree Madariaga que fundó Veracruz, como luego cuando se decidió a penetrar, pues —escribió Madariaga— que, como los soldados se lo pedían, rogándole además que se fuera a notificar de ello al monarca, con un donativo de lo obtenido en la tierra, "no contento con escuchar de labios de sus soldados exactamente lo que quería oír. Cortés, en su *respeto escrupuloso por las formas democráticas*, organizó un plebiscito en regla para el que nombró a la vez como agentes electorales y como contadores de votos precisamente a dos de los cabecillas velazquistas, como si dijéramos —comentaba—, a dos jefes de la oposición...

31. BARTOLOMÉ DE LAS CASAS. *Historia de las Indias*, libro I, cap. II.

32. *Vid.* en *El Elogio de la Locura*, lo que explica Erasmo de Pontífices y obispos, o de los nobles corruptos.

33. *Vid.* DEMETRIO RAMOS. *Cortés en Salamanca*, en Salamanca del 23 al 26 de noviembre de 1986.

34. ANTONIO DE SOLÍS. *Historia de la conquista de México*, lib. I, cap. IX.

El voto resultó desde luego unánime . . .".³⁵ Cortés era —no hace falta buscar más testimonios— el paradigma de una restauración solidaria en el mundo Moderno y el destinado —así lo dijo— “a dar su verdadero sentido al descubrimiento”.³⁶

Y si Colón simbolizaba el fin de la Antigüedad, encerrada en el Mundo Antiguo, y Cortés la puesta en marcha de la posibilidad implícita en el nuevo espíritu de su Modernidad, es aún más claro que con Bolívar podía concebir Madariaga la entrada en una fórmula más abierta y fraternal. Pero ¿cómo? Aquí estamos ante lo más delicado, pues su apartamiento de todo lo dicho fue de tal naturaleza —con la utilización subjetiva de fuentes citadas— que, forzosamente, tuvo que acarrearle las críticas que acumuló, con los disgustos que hubo de sufrir. A nosotros nos basta con esa intención de intuir los fundamentos de la América contemporánea.

Así tendríamos en la trilogía no sólo a los tres promotores de los sucesivos cambios históricos, sino también las tres expectativas: la del Viejo Mundo, la del Nuevo Mundo y la de Otro Mundo (el futuro), que son igualmente las tres versiones de América, desde la soñada por Colón, a la construida por Cortés y a la proyectada hacia el porvenir por Bolívar. Por eso llegó a entenderla como un problema pendiente, como en su día lo fueron para el descubridor el suyo y para Cortés su empeño.

La cuarta fachada

En cierto modo, un esquema semejante, aunque a otra escala, es lo que oníricamente desarrolló Carlos Fuentes en su novela *Terra Nostra*, desde un mensaje del pasado que pudo llegar, como el perdido barril lanzado por Colón al mar, que Madariaga no tuvo la fortuna de encontrar en ninguna de las playas de su larga vida.

Que hay en Madariaga una construcción lineal, tiempo adelante, de uno a otro salto de época, nos parece fuera de duda. Como también que su americanismo se nos manifiesta arquitectónicamente, como un ensayo constructivo, que esperara aún las últimas hiladas; porque, como todo gran poema, parece inacabado. Con tres fachadas, dominadas por sus torres —los tres personajes— que parecen esperar la cuarta, sin decírsenos del todo cómo podría ser, aunque es fácil deducirlo, sin invadir el profetismo. Y, desde luego, sin dejarse arrastrar por el pesimismo con que Burns quiso ya ver el presente.³⁷

Mas no deja de ser curioso que ese deslizamiento hacia la cuarta solución se dio también ya en el desarrollo de las actividades de Madariaga, desde la inicial profesión técnica, que abandonó, para pasar a la periodística —con aquella brillante irrupción en *The Times* y en *El Sol*, junto a Ortega—, que fue ya la plata-

35. MADARIAGA. *Hernán Cortés*, cap. XI, p. 207.

36. MADARIAGA. *Hernán Cortés*, cap. II, p. 41.

37. E. BRANFORD BURNS. *La miseria del progreso. América Latina en el siglo XIX*. Panamá. Ed. Universitaria, 1986, versión española, con excelente prólogo de Carlos Manuel Gasteazorp.

forma para su desbordante vida política, que culminó con sus puestos diplomáticos. Fueron esas las tres fachadas de su misma vida; pero que al fin completó con una cuarta, tras aquel ensayo lejano de Oxford de 1928, cuando se convirtió en docente.

Por eso no es extraño que en el americanismo de Madariaga se perciba la sensación del gran interrogante del futuro del Nuevo Continente. ¿Podrá llegar Hispanoamérica a cumplir su función en el *cuerpo histórico* al que pertenece, y construir así esa *cuarta fachada* que armonice al mundo? En esta ambiciosa demanda hay que situar su ensayo *Presente y porvenir de Hispanoamérica*, donde apunta su esperanza, como clave de su ansiada integralidad.³⁸

Es posible que Madariaga, que tanto llegó a calar la sustancialidad anglosajona —ámbito en el que pasó buena parte de su vida—, pensara que, del mismo modo que se superó la guerra de Independencia por los Estados Unidos, en relación con su metrópoli, claro, hasta reaparecer la común inteligencia en el respaldo de solidaridad que se dio en las dos guerras mundiales, también considerara que se superarían los “grotescos argumentos” denigratorios, para llegar a parecidas solidaridades y respaldos entre la Hispanoamericana toda y España, superaciones en suma que serían la clave deseada para la construcción del mundo del futuro. Al fin y al cabo —como lo advirtió Areíza—, Madariaga tuvo siempre ante sus ojos el modelo anglosajón, pues fue en Londres donde desde su primera estancia, descubrió “el hondo sentido de la vida inglesa”.³⁹

Contemplaba así Madariaga nuestro *cuerpo histórico* desde fuera, con “la profunda española”⁴⁰ que le impuso la lejanía —aunque estuviera no tan lejos de España— y la distancia —aunque hiciera sus viajes— a Hispanoamérica. Era por lo tanto un hombre que forzosamente necesitaba auscultar su mundo desde las vigiliadas de la ensoñación, con la virtud del incremento de unos deseos, al mismo tiempo que se incrementaban los amores de la ausencia.

Quizá entendamos mejor todo esto cuando lleguemos a leer el libro que en Caracas nos dijo tenía a punto Ana Teresa Torres, dedicado a ese místico fraguar del ancho patriotismo de aquellos venezolanos que, desde los días de Juan Vicente Gómez, vivieron insertos, con los de otras patrias, en el mundo europeo —en el que muchos incluso iban naciendo—, hasta imaginar un futuro para sus distantes naciones, que los años alejaban cada día un poco más.

Para llegar al fin a esas patrias, como Madariaga volvió a España, con el alma abierta a la felicidad soñada, pero igualmente para añorar lo dejado atrás, unido también a su ser.

38. SALVADOR DE MADARIAGA. *Presente y porvenir de Hispanoamérica*. Buenos Aires, 1953.

39. JOSÉ M. DE AREÍZA. “Un español universal”, en el número que *ABC* dedicó al centenario del nacimiento de Madariaga (sábado 19 de julio de 1986, p. 1).

40. JULIÁN MARÍAS. “El tiempo de Madariaga”, en *ABC*, número del 19 de julio de 1986, p. 3ª.

¿ISABEL LA CATOLICA A LOS ALTARES?

Por P. CESÁREO DE ARMELLADA

La prensa mundial informó no hace mucho tiempo: "La causa y el proceso de beatificación de Isabel la Católica han concluido. La elevación de esta reina a los altares queda pendiente de la decisión que el Vaticano omitirá en su día".

El arzobispo de Valladolid, José García Goldaraz, declaró: "No es ésta sólo empresa castellana; es empresa religiosa y eclesiástica de ámbito universal, con especial interés español y americano". El proceso diocesano se llevó a cabo en Valladolid porque Medina del Campo, donde murió la sierva de Dios, pertenece a esa jurisdicción canónica.

El proceso ocupa 32 volúmenes con más de 100.000 documentos; la causa se inició en mayo de 1958. Esta reina murió en noviembre de 1504 "de dolencia o muerte natural, que se creyó recrecerle de los enojos e cuchillos de dolor de las muertes del príncipe don Juan e de la reina de Portugal, princesa de Castilla, sus hijos".

Recuérdese a este propósito que Juana de Arco murió en 1431, pero no fue beatificada hasta 1909 por San Pío X.

Los resultados de la decisión vaticana podrían conocerse antes de cinco años; pero claro es que también pueden demorar más tiempo. Las cosas de palacio van despacio y mucho más las que se refieren a la santidad de las personas.

La voz común, el testimonio de quienes le trataron y conocieron, que se exige siempre en estos procesos ocupa muchas páginas y estamos en el momento de reproducir algunos entre miles.

—"Reina que no ha de tener semejanza en la tierra, en su grandeza de alma, pureza de corazón, piedad cristiana, justicia a todos por igual". Card. Cisneros. "La reina nuestra señora. Su vida fue siempre católica y santa y pronta a todas las cosas de su santo servicio". Colón. "Había subido al trono una voluntad recta, tajante y coronada por la cruz de la abnegación". Menéndez Pidal. "Fue el suyo uno de los más puros espíritus que jamás gobernaron la suerte de las naciones". Washington Irving. "Era una santa". Martín Hume. "Princesa no menos distinguida por su virtud que por sus talentos". William Robertson.

Y hubo quien señaló este enaltecedor paralelismo: "Son tan gemelos estos dos espíritus. . . , que si la monja hubiera sido reina, fuera otra Isabel la Católica; y si la reina hubiera sido monja, fuera otra Santa Teresa de Jesús. . . Son parecidas en su carácter, espíritu y ascetismo; en su capacidad de organización, clara visión reformadora y cualidades literarias y de estilo".

Entre aquellos cien mil y pico de documentos hay, naturalmente, muchísimos referentes al descubrimiento de América, a la evangelización y al buen trato de los indios. como aquel, por ejemplo, en que se manda "que los indios trabajen

8 horas al día, 4 a la mañana y 4 a la tarde, repartidas como convengan, a los tiempos más convenientes para librar a los trabajadores de los rayos del sol". "Mandamos que todos los indios que trabajen, se paguen los sábados en la tarde, en propia mano, para que huelguen y descansen el domingo".

El P. de Las Casas, cuyas afirmaciones siempre hay que pasar por el tamiz de la crítica, dice en alabanza de Isabel: "Los mayores horrores de estas guerras... comenzaron desde que se supo en América que la Reina Isabel acababa de morir... porque su Alteza no cesaba de encargarse que se tratase a los indios con dulzura y se emplearan todos los medios para hacerlos felices".

Otro escritor moderno escribió muy a propósito: "Lo que acertadamente se ha denominado como una lucha por la justicia, fue iniciándose en el dintel del siglo (xv) y en los últimos años del reinado de Isabel. Se inició gracias a la inquietud de la reina, de la corona, de los hombres pasados a las nuevas tierras y de los religiosos evangelizadores. Se inició porque se buscó sinceramente que, por encima de toda la limitación humana, fueran en el Nuevo Mundo justas las leyes y morales las acciones".

Para un español americano, misionero entre indios, nada más grato que servir de "torre de relevo" de estas noticias, tan enaltecidas de la que fue Isabel la Católica, madre de América.

[Tomado de *La Religión*. Caracas, 14 de julio de 1988].

NUEVAS VALENCIAS DE LA NARRATIVA HISPANOAMERICANA

Por PAUL ALEXANDRU GEORGESCU .

Dos novelas, *Son dos las puertas del sueño* de Manuel Vázquez Bigi y *El gallo de las espuelas de oro* de Guillermo Morón, recién publicadas en México y respectivamente en Venezuela, intentan y logran conferir nuevas valencias al arte narrativo hispanoamericano y quizás abrirle nuevos senderos. Empresa a la par difícil y necesaria. Difícil porque en un período de "resplandor concentrado", una pléyade de escritores de la estatura y el poder creativo de Borges, Sábato, García Márquez, Carlos Fuentes, había forjado en un solo decenio —el sexto— un sistema narrativo¹ que adquiere rápidamente primacía mundial debido a unos extraordinarios dones y éxitos en crear una nueva región existencial: lo trasreal, con zonas hirvientes y tratamientos fascinantes (fantástico, mítico, onírico, real-atroz, abismal-problemático); en explorar profundamente dos temas básicos: la

1. Sistema determinado en mi estudio *Prolegómenos a una teoría de la novela hispanoamericana* (Revista Nacional de Cultura, N° 226/1976, Caracas) y ampliamente comentado en *Los buscadores de la utopía* de FERNANDO AINSA, Caracas, 1977.

identidad esencial del hombre hispanoamericano y la reivindicación vehemente del cambio en el orden imperante; en reemplazar el relato lineal, biográfico, por otro cíclico o lúdico-dislocante; en fin en escalar la temeridad expresiva desde la metaforización torrencial hasta el metalenguaje y la invención lingüística.

La excelencia y la amplia comprensión del sistema entrañaban sin embargo una desventaja: la de obstaculizar los intentos de renovación y enriquecimiento del mismo. Ellos son tanto más necesarios para salir de la fase menguante que siguió al decenio plenilunario. Después de 1970, el arte narrativo del continente sufrió una pérdida de altura y velocidad, concediéndose una clase de vacaciones y oscilando entre la diversión y la violencia. A la magnífica eclosión sucedió paradójicamente una medianía interrumpida por dos obras valiosísimas, fuera de lo común: la terrible novela *Abaddón el exterminador* de Ernesto Sábato y la epopéyica *La guerra del fin del mundo* de Vargas Llosa.

Durante esos años, la narrativa hispanoamericana vio aparecer numerosas reiteraciones declinantes —ya esfumadas ya exacerbadas— de los logros anteriores, pero ninguna llegó a ser homologada como auténtica modificación del sistema. Hasta los grandes creadores se contaminaron de esta minoración: Mario Vargas Llosa escribió una farsa erótico-militar, Carlos Fuentes una novela policíaca desconcertante y García Márquez volvió a sus comienzos de reportero con una crónica seca, dura, sangrienta.

Las dos novelas llevaderas de nuevas valencias narrativas vienen de la parte de unos escritores del tipo de Umberto Eco: amplia y sólida cultura, pluralismo intelectual, prestigiosas carreras académicas, recorrido de varios espacios lingüísticos y literarios. He aquí a Manuel Vázquez Bigi: nació y estudió en Argentina, en Córdoba, pero enseña lenguas romances en la Universidad de Tennessee; es filólogo y crítico de autoridad, exegeta destacado de la obra de Sábato, pero también doctor en filosofía, miembro de la dirección del Instituto Mundial de Investigaciones Fenomenológicas, con ciertas preferencias husserlianas; habla “porteño”, pero maneja excelentemente los idiomas y las literaturas inglesa, francesa, italiana, alemana. Si debiera resumir en una fórmula algo esquemática la novedad y el valor de su novela, diría que por los elementos del marco, ambiente y estilo Vázquez Bigi se sitúa fuera del sistema hispanoamericano, pero debido a los elementos de substancia reintegra este sistema, constituyendo no obstante una variante propia, original, especialmente en cuanto a lo transreal y la antropología. En efecto, geográfica y psicológicamente, la narración es europea, sobre todo en su primera parte. Italia y Francia se dejan sentir no sólo por el escenario y la atmósfera, sino también por el *modus operandi* del autor. El paisaje y el medio humano de Italia —Roma, Florencia, Venecia—, son descritos con la dulce plasticidad propia de la península, mientras que el diálogo y los comentarios ponen de relieve calidades gálicas: la sencillez matizada y la claridad sutil. *Morbidezza* y *esprit de finesse*.

¿En qué reside la variante derogatoria ofrecida por Vázquez Bigi y cuál es su importancia? En el plano del temario fundamental, cifrado en la búsqueda axiológica y el pathos justiciero, Vázquez Bigi añade una dirección relativamente original: la lucha por realizar un proyecto artístico, el del pintor Nicolás Mirabella.

Las valencias existenciales y las socio-políticas predominantes en la novela hispanoamericana, se enriquecen de este modo con amplias valencias artísticas. A la vocación del pintor, a sus ansias y cumplimientos, se oponen el snobismo y el espíritu mercantil que degradan el arte contemporáneo. Lo sostiene empero el amor de Laura y su lealtad varonil a este amor, la pasión de la belleza y la concepción de la pintura como penetración en el santuario secreto de las cosas. Por su inherente transfiguración, las vivencias y las concreciones artísticas de Mirabella se acercan a lo transreal más arriba mencionado, pero ellas no constituyen un transreal negro, catastrófico, sino uno luminoso, irradiante. El arte del protagonista no es tremendo, abismal, sino lenitivo, purificador. No agradece, sino serena. Mirabella no persigue la vehemencia, sino la delicadeza, lo que desde luego no excluye la intensidad.

Estas derogaciones y añadiduras dimanar de un cambio más profundo de índole humana. La antropología que Vázquez Bigi confiesa y transpone en sus personajes se funda en una virtud esencial: el coraje de ser bueno, limpio, generoso, de no desear la muerte, la violencia, el odio y lo demás, pese al contexto del tiempo duro y amargo, como bien se sabe. La segunda característica de su antropología transparente en el deseo natural, pero no obsesivo, de sus personajes anhelantes de gustar, de seducir: Laura por la belleza, Nicolás por su fuerza de creación y sacrificio. Lo cual no significa en absoluto que nos hallamos ante una novela rosada: la hermosura de Laura está amenazada por una inclinación estúpida y un autoengaño del que despierta, mientras la bondad de Nicolás tiene algo de lúdico e incluye aún una como flaqueza: la incapacidad de ser firme en la bondad. La narración da cabida a las manchas de la época: los desastres de la guerra (episodio Monte Casino) y el repugnante racismo (episodio Antonio), pero en el conjunto de la novela, ellos resultan reducidos y superados dentro de una antropología poderosa e inalterablemente benéfica.

Desde el punto de vista compositivo, *Dos son las puertas del sueño* se aproxima al carácter integrador, proteico, de la novela hispanoamericana gracias a su capacidad de integrar géneros diferentes, de modo que el lector encuentra frecuentemente en el texto aforismos, fragmentos de ensayos y trozos de disertación, todos interesantes y alertas. En este sentido, la crítica ha notado el sostenido acompañamiento intelectual y hasta erudito de la narración; hay que añadir de inmediato que ejecutado con sutileza y humor, en un allegro ma non troppo, este comentario acrecenta la atractividad del libro.

La otra novela portadora de inéditas valencias narrativas, *El gallo de las espuelas de oro* de Guillermo Morón —nombre de gran resonancia en Venezuela y América Latina— representa la fase culminante de una evolución creadora que ha integrado la atención a los hechos y a lo concreto del historiador, la agilidad intelectual y la ingeniosidad asociativa del ensayista y especialmente el poder de invención y la audacia expresiva del narrador. La experiencia de vida que nutre la novela se ordena conforme al esquema binario denominado “el viaje completo”: la salida al mundo y la vuelta a casa, cristalizadas en las grandes fabulaciones odiseicas. Para Guillermo Morón, la salida significó, a partir de 1951, el doctorado

en Ciencias Históricas, en la Universidad de Madrid, estudios especializados de filología y filosofía en Alemania, el conocimiento directo de muchos países y culturas, entre los cuales Rumania, y la vuelta fue a Caracas donde desarrolló "las virtudes del plural" como periodista, profesor universitario, presidente de la Academia Nacional de la Historia de Venezuela y sobre todo como autor de *Historias de Francisco y otras maravillas*, del libro de fábulas *Ciertos animales criollos* y de la novela *El gallo de las espuelas de oro*, finalista en el premio Planeta, considerado como un Goncourt español.

En esta novela, la renovación se produce desde dentro del sistema hispanoamericano y acaso precisamente por ello las modificaciones son más importantes y más prometedoras de nuevos caminos hacia nuevos territorios narrativos. A la primera vista, el escenario de *El gallo*... es conocido: un pueblo de la provincia venezolana, con todo el pintoresquismo tropical y criollo. Igualmente, el héroe: un muchacho pobre que está haciéndose hombre mediante un complejo de inteligencia, imaginación y simpatía. Como en el caso tan conocido de Macondo, estos datos reales, este objeto fáctico son sometidos a un proceso de transfiguración o mejor dicho de re-creación en un imaginario de corte inédito: lo prodigioso. No es ni lo mítico, ni lo fantástico, ni lo fabuloso practicados y consagrados por Asturias, Cortázar o García Márquez. Morón forja una nueva zona de lo transreal, el misterio cordial, aleación de gracia, inocencia y acaecer insólito. Francisco, el protagonista de la novela, vive dentro de un mundo donde todo se vuelve maravilla: las casas resultan encantadas, los caballos hablan, los muertos se creen vivos, el diablo anda suelto y enigmático —¿qué diablos buscaría?— en un ambiente de jocosidad, pero con cuñas de preocupación o tristeza. En el fondo, la alegría no es idílica, sino grave, porque su significación última queda el rescate edémico de la infancia y porque sobre el estado de gracia se ciernen a veces sombras inquietantes (los capítulos: Las tripas de la ciudad, Las aguas llegaron en silencio o De prohibiciones y fornicaciones). He mostrado en un estudio amplio² que en la narrativa de Morón la "salida de la maravilla" no se cumple, como en la de Asturias, por la muerte o, como en la de Cortázar, por degradación, sino por el paso a otra edad, a otra estación. En la obra de Morón lo humano permanece abierto y promisorio.

Esta novedad en el plano ideático se relaciona con otra en el composicional, hace necesaria la creación de otro curso narrativo que el tradicional bifurcado en las consabidas direcciones adversativas: bien sea la mimética-realista o la fantástica ilimitada. Morón encuentra otra calle y narra lo prodigioso, las maravillas, mediante el procedimiento denominado la pluralidad de las voces narrativas. Los guiones que marcan los diálogos quedan suprimidos, el relato pasa de un personaje a otro sin advertir y sin cambio de persona gramatical o, al revés, para la misma persona se emplea sorpresivamente y a continuación los tres pronombres: el objetivo "él", el subjetivo "yo", el vocativo "tú". Se forma así una polifonía de tipo nuevo, rectilínea, no circular, distinta pues de la teorizada por Bathin y merecedora de expresar una comunicabilidad más entrañable, más profunda con

2. *Guillermo Morón y la excelencia del plural* (Revista Nacional de Cultura, Nº 2/1986.

los otros y con el mundo. El precio pagado por este aumento de valencias expresivas es un leve enigmatizar, presentado las más veces como juego o adivinanza, pero es un juego en que nos comprometemos enteramente y una adivinanza cuya solución —lo sentimos conmovidos— puede decidir los destinos.

DISCURSO DEL DIPUTADO CARLOS CANACHE MATA, EN LA SESION SOLEMNE DEL CONGRESO DE LA REPUBLICA, CON MOTIVO DEL 177 ANIVERSARIO DEL 5 DE JULIO

El pueblo y el territorio existían, sólo faltaba la Patria. Aquel 5 de julio de 1811 se completó la gloriosa, la histórica faena.

EL PUEBLO

Hacia poco más de 300 años había comenzado a formarse el pueblo. Antes del 3 de agosto de 1498 cuando las carabelas de Colón topan con las costas de Parí y hay el encuentro entre el hombre europeo y nuestros grupos indígenas, no habíamos entrado todavía a la Historia. En este pedazo de América que después se llamaría Venezuela, sólo habían tribus de cazadores y recolectores, de pescadores y agricultores rudimentarios, de artesanos elementales y fieros guerreros, que adoraban ídolos y dioses salidos de cielos o infiernos distintos, que hablaban con la maravillosa algarabía de lenguas y dialectos de alucinada sonoridad, sin ninguna organización social, errantes en el vasto espacio geográfico todavía indeterminado. La peregrinación se había iniciado desde hacía 5.000, 8.000 o 15.000 y más años, según las cambiantes edades que a los escasos hallazgos arqueológicos de petroglifos, huesos y objetos de cerámica han ido asignándoles las recientes y adelantadas técnicas de carbono 14 y la fluorina. El paisaje deslumbró al descubridor, quien, con perlas y muestras de oro en las manos, según cuenta Francisco López de Gómara en su "Historia General de las Indias", manifestó a sus acompañantes: "dívogos que estáis en la más rica tierra del mundo, demos gracias al Señor".

Los conquistadores son el segundo afluente al gran río del pueblo en formación. Con ellos nos llega la cultura y la civilización de una España que bajo el cetro de Isabel y Fernando —los Reyes Católicos— habían unido los reinos de Castilla y Aragón; que había creado la Inquisición y señalado al Estado la propagación de la religión católica como misión esencial; que seis años antes había expulsado a los judíos y había culminado victoriosamente su llamada guerra de Reconquista con la capitulación de aquel último rey moro que sólo supo llorar al perder Granada; que había restablecido la vigencia del derecho romano con el Código de las Partidas; que acababa de publicar la "Gramática Castellana" de Nebrija y que al enviarnos sus galeones a través del Atlántico no olvidó la famosa frase del obispo de Avila conforme a la cual "siempre la lengua fue compa-

ñera del imperio"; que aprovechando el tráfico comercial con Flandes mezcló sus tradiciones cristiana, judía e islámica con corrientes culturales nórdicas, y los vínculos de la Corona de Aragón con Italia, para alcanzar un despertar de las artes y la literatura que cobró todo su esplendor después con el advenimiento del siglo de oro; que crearía en 1503 la Casa de Contratación de Sevilla para monopolizar el comercio con el Nuevo Mundo y que internamente hacía esfuerzos para adaptar a las nuevas realidades su organización económica y social. Era la España que, según Prescott, vivía "la época más gloriosa de los anales" de su historia. Era el momento, al decir de Salvador de Madariaga, que "empieza la carrera de España como potencia universal".

Después vendría el ardiente torrente sanguíneo y cultural del negro, con sus leyendas fascinantes, con sus mitos, con la magia de su música y sus danzas. Los traían desde la costa occidental de Africa, desde Senegal, desde Guinea, desde Gambia, después que "los negreros incendiaban por la noche aldeas enteras y se aprovechaban del pánico de sus habitantes para cautivarlos". Llegaban a las Antillas, de donde pasaban a Tierra Firme. Ya en 1512 buceaban ostrales de perlas en Cubagua. En 1528, por capitulación del 27 de marzo, la Corona concede "licencia y facultad" a los Welser para "descubrir y conquistar y poblar" la costa de Venezuela desde Maracapana hasta el Cabo de la Vela, reconociéndoles el derecho a traer 4.000 negros. A mediados del siglo XVI más de ochenta negros explotaban minas de oro en Buría, cerca de Barquisimeto, y uno de ellos —el negro Miguel— se alzó haciéndose nombrar rey, reina a su mujer Guiomar y príncipe real a su hijo. En sus "Noticias Historiales de las Conquistas de Tierra Firme", Fray Pedro Simón nos relata, en delicioso castellano, el ataque que desde El Tocuyo emprende Diego de Losada, el futuro fundador de Caracas, para enfrentar la rebelión: "Juntaron la gente que pudieron y nombrando por capitán a Diego de Losada, lo despacharon a Baraquicimeto, donde también le confirmaron en el mismo cargo y se le dieron, con los soldados que se pudieron juntar en la ciudad, que entre todos serían cincuenta, para que siguiese al negro rey Miguel. Salió con éstos el capitán Losada y, con buenas guías y la priesa que el caso pedía, con más brevedad que entendía el negro Miguel, que ya estaba recogido en su pueblo con toda su gente, dio con él de repente sin que se pudiera haber llegado aviso, hasta que vieron a los españoles a las puertas de su pueblo. Con la presteza que pudieron, tomaron las armas los asaltados negros y, siguiendo a su negro rey, salieron a hacer frente a los nuestros, intentando resistirles con buen brío la entrada de la empalizada. Pero fue muy poco para el que llevaban los soldados, pues con facilidad les hicieron retirar dentro del pueblo, donde todavía porfiaban los negros con algún ánimo a defenderse de los españoles, que siempre les iban ganando tierra, hasta que los vinieron a arrinconar a una parte del pueblo, donde fue más porfiada la pelea, por estar más juntos y animar el rey Miguel a los suyos con grandes voces y gritos que les daba, no siendo él postrero ni de menos bríos en el escuadrón, hasta que un soldado se los quitó y la vida de una estocada".

En el siglo XVIII, ingleses, franceses, portugueses y holandeses vendieron esclavos en nuestras provincias, y entre 1728 y 1781 la Compañía Guipuzcoana,

junto al monopolio comercial, trajo alrededor de 1.000 negros para el cultivo del cacao, del café, del tabaco y de la caña de azúcar. El tráfico negrero cesó en 1797.

Durante la colonia, a lo largo de 300 años, españoles, indios y negros maceraron y decantaron el nuevo milagro del mestizaje racial y cultural, favorecido por el hecho de que las expediciones conquistadoras estaban generalmente integradas por hombres solos. Un olvidado escritor positivista, José Ladislao Andara, anotó que “las mezclas de estas razas ha dado un producto de condiciones superiores, con la amplitud de miras del europeo, la sagacidad del indio, el valor y la resistencia física del negro”. En sus muy numerosas y atinadas páginas sobre el tema —que tanto le ha preocupado— de la identidad del hombre hispanoamericano, Arturo Uslar Pietri ha escrito: “Este encuentro de tres culturas, en un escenario geográfico de extraordinario poder sobre el hombre, es el hecho fundamental que caracteriza el nacimiento del mundo hispanoamericano... hubo muchos casos de mezcla de sangres en las que en innumerables formas se combinaron la herencia biológica de españoles, indios y negros pero sobre todo hubo un continuo y múltiple proceso de mestizaje cultural. El contacto de tres culturas fundamentales en el nuevo escenario físico afectó profundamente a los tres grandes actores de la creación del nuevo mundo”. Según el historiador Salcedo Bastardo, la operación del mestizaje comienza en el siglo XVI con 350.000 indios, 5.000 españoles y alrededor de 10.000 africanos. A fines del siglo XVIII y comienzos del XIX el prodigio impuro del ensamblamiento biológico de tres siglos había diversificado la estructura de la sociedad colonial, más allá de sus tres clases o castas originarias. Rafael María Baralt lo anota: “La población de Venezuela era tan heterogénea como sus leyes. Hallábase dividida en clases distintas, no por meros accidentes, sino por el alto valladar de las leyes y de las costumbres”. Gil Fortoul distingue hasta siete castas, con amplio predominio numérico de los “pardos”, los cuales comprendían a los mestizos, los mulatos y los zambos prietos, cuarterones y quinterones. Como lo señala el último historiador citado, “los blancos, dueños de la tierra por los repartimientos, de los indios por las encomiendas y de los negros en las minas y labranzas, veían con mal disimulado temor la multiplicación de la clase mestiza, y se opusieron siempre a sus pretensiones sociales hasta en la víspera de la revolución”.

Allí estaba el pueblo, expectante, con rostro multicolor, después de una larga y novedosa travesía de alquimia genética.

EL TERRITORIO

Para el gran hacer del 5 de julio también disponíamos del territorio. Hace dos años, desde esta Tribuna de Honor, el historiador Guillermo Morón nos recordaba que “cuatro instrumentos políticos fundamentales sirvieron para unificar el territorio venezolano que va a heredar la República de 1811”. Ellos son la Intendencia de Ejército y Real Hacienda, la Real Cédula del 8 de septiembre de 1777, la Real Audiencia de Caracas y el Real Consulado de Caracas. Los tres primeros vieron la luz bajo el progresista reinado de Carlos III y el último bajo el

triste reinado de Carlos IV, aquel monarca cuya ineptitud y mediocridad saltan con desgarradora elocuencia del cuadro de Goya que recoge los rostros de él y su familia.

Con la creación de la Intendencia se sustrae el gobierno económico de la autoridad del Gobernador y Capitán General y se centraliza y unifica en ese aspecto a las provincias, bajo la acción de un funcionario residente en la ciudad de Santiago de León de Caracas. En el título de fecha 8 de diciembre de 1776, que contiene la elección del primer Intendente de Caracas, se lee: “Don Carlos por la gracia de Dios... con el importante fin de poner en sus debidos valores mis Reales Rentas de las Provincias de Venezuela, Cumaná, Guayana y Maracaibo, y las de las Islas de Trinidad y Margarita, y fomentar sus poblaciones, agricultura y comercio, he tenido a bien resolver la erección de una Intendencia de Ejército y Real Hacienda en las insinuadas Provincias e Islas...”.

La Real Cédula del 8 de septiembre de 1777 ha hecho equivocarse a muchos historiadores. No es cierto que ella haya creado la Capitanía General de Venezuela que —como lo asienta Morón en su tratado de Historia— “ya existía desde 1528, como existían las de cada una de las Provincias desde sus respectivas creaciones”. Lo que ocurría era que las provincias de Guayana, Maracaibo, Cumaná, Margarita y Trinidad no dependían de la Capitanía General de Venezuela sino del Virreinato y Capitanía General del Nuevo Reino de Granada, por lo que la Real Cédula, ante “la distancia en que se hallan de su capital Santa Fe” las indicadas provincias y el consecuente “retardo en las providencias con graves perjuicios” del Real Servicio, resuelve “la absoluta separación de las mencionadas Provincias de Cumaná, Guayana y Maracaibo, e islas de Trinidad y Margarita, del Virreinato y Capitanía General del Nuevo Reyno de Granada, y agregarlas en lo gubernativo y militar a la Capitanía General de Venezuela”. No se creó nada nuevo, hubo una distinta e importante distribución del poder provincial, y, si bien Vallenilla Lanz está en lo cierto cuando dice que “Capitanes Generales continuaron llamándose todos los Gobernadores Provinciales aun después de 1777”, no puede negarse que se ha dado un paso trascendental, se podría decir definitivo, para la unificación del territorio sobre el que después se alzaría la República. Por eso, el constituyente de 1961 estampó en el artículo 7 de nuestra Carta Fundamental que “el territorio nacional es el que correspondía a la Capitanía General de Venezuela antes de la transformación política iniciada en 1810, con las modificaciones resultantes de los tratados celebrados válidamente por la República”.

La Real Audiencia de Caracas se creó por Decreto del 6 de julio de 1786 y Real Cédula del 31 de julio del mismo año, dada en San Ildefonso. Venezuela estuvo subordinada judicialmente a la Audiencia de Santo Domingo hasta 1717, cuando es adscrita al Virreinato de Nueva Granada, vuelve en 1731 a la dependencia de Santo Domingo, para pasar en 1739 nuevamente a la jurisdicción del Virreinato de Santa Fe. Morón considera que con la creación de la Real Audiencia de Caracas de 1786 “se perfecciona el proceso de unificación de las Provincias” y se le da “base verdadera al *uti possidetis juris*”. Ni los demás historiadores ni los juristas parecen estar de acuerdo con esa opinión, sin dejar de reconocer por ello el gran rol que, en su momento, cumplió la institución.

Por Cédula del 3 de junio de 1793 se crea el Real Consulado de Caracas para "la más breve y fácil administración de justicia en los pleitos mercantiles, y la protección y fomento del comercio en todos sus ramos", con jurisdicción en toda la extensión de la Capitanía General.

LAS REBELIONES DURANTE LA COLONIA

Todo estaba dispuesto —pueblo y tierra —para acometer la gran empresa. El injusto régimen de la sociedad colonial, basado en las instituciones del "repartimiento" y de la "encomienda", generó primero el fermento de las rebeliones sociales y después el claro, definido y consciente estallido independentista.

Si el "descubrimiento" ocurrió por el azar del viaje de un navegante iluminado que creía haber llegado a las costas de Asia, la aventura de la conquista y la colonia fue una operación deliberada para buscar y encontrar metales preciosos, que eran desesperadamente escasos en la Europa de fines del siglo xv y comienzos del xvi. Fue el espejismo, la alucinación de El Dorado. No satisfechos de la riqueza encontrada en el México de Moctezuma y en el Perú donde Atahualpa "había llenado un cuarto de oro hasta la altura que podía alcanzar su mano", los españoles y otros expedicionarios europeos se entregaron con inigualada fruición, con insuperado empeño a localizar aquel mítico territorio donde se alzaba la ciudad de oro, Manoa, a orillas del lago que llamaban Parima. Por la Amazonia o la Orinoquia, por ríos y selvas, entre noches sin lunas y días atravesados por soles ardientes, acosados por fieras o encandilados por la policromía de la salvaje flora tropical, fueron destejiendo los sueños de una ilusión que nunca llegó, Sebastián de Benalcázar y Ambrosio Alfínger, Pedro de Ursúa, Lope de Aguirre y Walter Raleigh, aquel corsario decapitado en la Torre de Londres que parece que lo único bueno que hizo en su vida fue escribir algunas obras de cierto valor literario y haber introducido la patata y el tabaco en Inglaterra.

El siglo xvi es el siglo de la conquista y del surgimiento de la acumulación originaria de capital, de que nos habla Carlos Marx. A través de España, abandonada de la Contrarreforma, inmensas riquezas saquadas en tierras americanas entran a Europa, estremecida por el huracán de las guerras religiosas. J. H. Elliot, en un trabajo suyo sobre la España imperial, estima que "de 1505 a 1660 llegaron a Sevilla unos 16 millones de kilos de plata —casi el triple de las reservas europeas— frente a 185.000 kilos de oro, cantidad que venía a aumentar en una quinta parte las existencias de oro en Europa".

La sociedad colonial, con sus desigualdades y sus privilegios, comenzó a hacer crisis en el siglo xviii, cuando negros, esclavos y mestizos inician insurgencias contra la metrópoli. Todas ellas estaban causadas por reivindicaciones económicas que esgrimían los explotados frente a los explotadores, sin que en ningún momento apareciera el tema supremo de la Independencia.

La rebelión de Andrés López del Rosario, el célebre Andresote, en los Valles de Yaracuy entre 1730 y 1732, y el motín de San Felipe el Fuerte en 1741, fue-

ron protestas contra el monopolio mercantil de la Compañía Guipuzcoana y sus medidas para perseguir el contrabando, única vía que se tenía a la mano para burlar el comercio prohibido. La rebelión de El Tocuyo durante siete meses de 1744 se debió a la negativa de enviar efectivos a enfrentar la amenaza de los ingleses refugiados en las Antillas porque se creyó que el verdadero propósito era proporcionarle contingentes humanos a las factorías que la Compañía Guipuzcoana tenía en Puerto Cabello. En 1749, el canario Juan Francisco de León no acepta el reemplazo de teniente de justicia y se pone al frente de ochocientos hombres que marchan desde Panaquire a Caracas a solicitar la “destrucción total” de la Compañía Guipuzcoana. El movimiento de los comuneros que estalla en 1781 en la villa del Socorro, en Nueva Granada, y penetra por La Grita a Venezuela y avanza por Mérida y Trujillo, también tiene motivaciones económicas de insurgencia contra los gravámenes, exacciones y tributos acordados por la Corona en sus posesiones americanas. La sublevación de negros y mestizos que en 1795 encabezó en Coro el zambo libre José Leonardo Chirinos también tiene raíces sociales y económicas, aun cuando proclamase la llamada “ley de los franceses” e historiadores tan importantes como Gil Fortoul y Eloy González crean ver en ella “la génesis del movimiento emancipador venezolano”.

Distintos son los casos de la conspiración de Gual y España de 1797 que en sus “Ordenanzas” contempla expresamente “restituir al pueblo americano su libertad” y las expediciones de Miranda en 1806 que anunciaban llegado “el día por fin, en que recobrando nuestra América su soberana Independencia, podrán sus hijos libremente manifestar al Universo sus ánimos generosos”. Ya no estamos en presencia de simples acciones reivindicativas económicas. Es la Independencia lo que se ha planteado.

Germán Carrera Damas en su obra “Una nación llamada Venezuela”, destaca la ausencia de la nobleza criolla en aquellos movimientos que terminaron siempre en fracasos: “Hasta 1810 este sector, que constituye la clase dominante, reacciona ante esos movimientos en una actitud de conservación de la sociedad, de mantenimiento del orden social y de rechazo, por lo mismo, de todo contenido socialmente subversivo de esos movimientos”.

En su libro “Hacia la Democracia”, Carlos Irazábal, en afortunada síntesis, hace señalamientos similares: “Las sublevaciones de Juan Francisco de León contra la Compañía Guipuzcoana, el movimiento que se produjo en las regiones de los Andes en 1781 tras la consigna ‘¡Viva el Rey, abajo los impuestos!’; la conjuración de Chirinos en 1795, la de Gual y España en 1797, la invasión de Miranda en 1806, son jalones del mismo movimiento que en el año 11 clamó beligerancia plena. Pero, en ninguno de esos movimientos, con excepción del último, tomó parte activa y franca la única clase de la sociedad colonial que podía históricamente dirigir la Emancipación. Cuando Gual y España tramaron su conjura y Miranda invadió nuestras costas, la nobleza criolla se puso del lado de las autoridades reales. Así había de ser por imperioso mandato de sus intereses de clase. Únicamente en un movimiento del cual ella asumiera la dirección podía lanzarse de lleno”.

LA PATRIA

Las clases dirigentes, que habían leído a los enciclopedistas del siglo XVIII y recibían las incitadoras influencias provenientes de la independencia de las colonias inglesas, norteamericanas y de la Revolución Francesa que en sus inicios sobre el trono había alzado una República, tuvieron la ocasión de ir al encuentro con la Historia al ponerse al frente del movimiento emancipador. El 19 de marzo de 1808 Carlos IV abdica a favor de su hijo Fernando VII al ocurrir el llamado Motín de Aranjuez, dirigido especialmente contra el favorito de la reina, Manuel Godoy, por haber autorizado el paso del ejército francés a través de la frontera pirenaica para dominar a Portugal, lo que permitió también la ocupación de regiones y bases estratégicas españolas. En Bayona, adonde habían llegado a fines de abril y bajo la presión de Napoleón, es Fernando VII el que ahora abdica a favor de su padre, quien cede al emperador francés los derechos a la Corona de España y de las Indias. La monarquía había quedado sin rey. La Junta Central Gubernativa del Reino instalada en septiembre de 1808, que ejercía un poder nominal por el rey cautivo, ante el avance de las tropas napoleónicas en Andalucía, se traslada a la isla de León, donde es sustituida en enero de 1810 por un Consejo de Regencia. La noticia llega a Caracas dos meses después, en abril. El 19 tienen lugar los conocidos sucesos que fueron el pórtico de la Declaración de la Independencia absoluta el 5 de julio del año siguiente, acontecimiento que una vez más estamos conmemorando.

Tras la palabra vino la guerra. Dos franceses, Poudenx y Mayer, que se encontraban en Venezuela durante los primeros años de la independencia, publicaron en París en 1815 una Memoria en la que escriben: "Entre todas las revoluciones que se han llevado a cabo desde la emancipación de las colonias inglesas de la América Septentrional, una de las que mayormente merece atraer las miradas del observador es la que acaba de producir tan graves trastornos en las posesiones españolas del Nuevo Mundo". Ya se habían ido cuando el 24 de junio de 1821 se selló definitivamente, con rúbrica de sangre y después de 10 años de lucha incesante, la entrada de la patria venezolana al vasto escenario de la Historia Universal.

LA PATRIA ES AMÉRICA

La posteridad recoge con brillo singular la vocación continental de la revolución de independencia de Venezuela, que en Francisco de Miranda y, sobre todo, en Simón Bolívar alcanza la obstinación de la excelsitud.

Pocos días después del 19 de abril, el 27, la Junta Suprema de Caracas llama a todos los Cabildos de América "a contribuir a la grande obra de confederación americana española". El 28 de mayo de 1811 se firma en Bogotá el tratado de amistad, alianza y unión federativa entre Venezuela y las provincias de Nueva Granada, antecedente de la futura Gran Colombia. En nuestra primera Constitución, la de 1811, después de asentarse que "por cuanto el Supremo Legislador del

Universo ha querido inspirar en nuestros corazones la amistad y unión más sinceras entre nosotros mismos y con los demás habitantes del Continente Colombiano que quieran asociárenos para defender nuestra Religión, nuestra Soberanía y nuestra Independencia”, se hace el compromiso de “alterar y mudar en cualquier tiempo estas resoluciones conforme a la mayoría de los pueblos de Colombia que quieran reunirse en un Cuerpo Nacional para la defensa y conservación de su liberta de independencia política”.

Simón Bolívar encarna el más ardiente propósito integrador y unionista de los países hispanoamericanos, abierto hacia la universalidad. Para él, “la patria es América”. Cuando cumple su misión diplomática en Londres, declara al *Morning Chronicle* el 5 de septiembre de 1810 que los venezolanos no “descuidarán de invitar a todos los pueblos de América a que se unan en confederación”. El 3 de julio de 1811, en el vehemente discurso de la Sociedad Patriótica dirigido a vencer las vacilaciones del Congreso para declarar la Independencia, exclama: “pongamos sin temor la piedra fundamental de la libertad suramericana”. A un caballero de la isla de Jamaica, Henry Cullen, le dice en su célebre Carta el 6 de septiembre de 1815: “Es una idea grandiosa pretender formar de todo el Mundo Nuevo una sola nación con un vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres, una religión, debería, por consiguiente, tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse”. El 15 de febrero de 1819, en su discurso de instalación del Congreso de Angostura, plantea nuevamente “la reunión de la Nueva Granada y Venezuela en un grande Estado”.

Atraviesa los Llanos, pasa los Andes y el 7 de agosto liberta la Nueva Granada con el triunfo de Boyacá. Regresa a Angostura el mismo año 19 para presenciar el 17 de diciembre la aprobación de la “Ley Fundamental de la República de Colombia” que en su primer artículo declara que “las Repúblicas de Venezuela y la Nueva Granada quedan desde este día reunidas en una sola, bajo el título glorioso de República de Colombia”. Vuelve a Bogotá y, después de las fracasadas negociaciones con Morillo para lograr la paz convenidas por Fernando VII al restablecer la Constitución liberal de Cádiz de 1812 gracias a la rebelión de Riego y Quiroga, realiza la rápida campaña para libertar a Venezuela que culmina con la victoria de Carabobo. Después que el Congreso Constituyente de Colombia reunido en la villa del Rosario de Cúcuta sanciona el 30 de agosto de 1821 la Constitución que ratifica la unión, ya acordada en Angostura, de las provincias de Venezuela con las de Nueva Granada y es electo unánimemente presidente de Colombia, su visión continental de la Independencia lo hace emprender el 9 de octubre la Campaña del Sur, que lo conduce hasta el Perú. En 1822 triunfa en Bomboná, el 7 de abril y Sucre en Pichincha el 24 de mayo. Los dos se encuentran en Quito el 15 de junio y Ecuador queda incorporado a Colombia al promulgarse la Ley Fundamental. Vence a los españoles el 7 de agosto de 1824 en Junín y Sucre hace lo mismo el 9 de diciembre en Ayacucho. Se había asegurado con la libertad del Perú, la libertad de la América del Sur.

Simón Bolívar unía a los pueblos en el ejercicio común de la libertad conquistada en los campos de batalla y a través del conjuro de la ley. En 1822 le

escribía a O'Higgins: "El gran día de la América no ha llegado. Hemos expulsado a nuestros opresores, roto las tablas de sus leyes tiránicas y fundado instituciones legítimas; mas todavía nos falta poner el fundamento del pacto social, que debe formar de este mundo una nación de Repúblicas". El Congreso Anfictiónico de Panamá, que había convocado desde Lima en 1824, se reunió el 22 de junio de 1826 y aprobó un tratado por el cual se establece "una liga y confederación perpetua para sostener en común, defensiva y ofensivamente, la soberanía e independencia de las potencias aliadas, contra toda dominación extranjera". Fue sólo un sueño, un gran sueño, que se interrumpió con la suspensión de las deliberaciones del Congreso que debían continuar en Tacubaya, lo que nunca ocurrió. Pocos días antes, en abril del mismo año 26, con los sucesos de la Cosiata en Valencia comienza también la disolución de la Gran Colombia que continúa y culmina con los sucesos posteriores que se fueron protagonizando en Nueva Granada, Ecuador y Venezuela. En 1830, los dos, la Gran Colombia y Bolívar, mueren juntos.

El Libertador defendía la unión de nuestros pueblos y creía en ella porque garantizaba mejor la Independencia, porque creábamos un poder que podía servir en el continente de contrapeso a los Estados Unidos, porque ayudaría a hacer desistir a la Santa Alianza formada después de la caída de Napoleón de cualquier intento intervencionista en América, porque así estos países de la América del Sur podían establecer un equilibrio frente a Europa contribuyendo al "equilibrio del Universo", y en fin, porque de ese modo estaba más franco el camino de alcanzar la prosperidad y la grandeza.

LA PATRIA DE AHORA

Estas sesiones solemnes del 5 de julio no son, no pueden ser, un acto más de una inútil liturgia oficial. La evocación de la epopeya pierde sentido si nos hace doblar las rodillas para postrarnos y caer en éxtasis. Nunca se terminan de hacer las patrias. Cada tiempo tiene su modo de hacer la patria. Ayer se creó haciéndola libre, ahora hay que continuar haciéndola empeñándonos en buscarle su felicidad y su grandeza.

Levantemos de nuevo el mensaje integracionista de nuestras patrias latinoamericanas que, desde el silencio inmortal del Panteón, Simón Bolívar nos envía todos los días. La integración no puede reducirse a la búsqueda de grandes espacios económicos para el desarrollo, la liberación comercial, la unión aduanera y el ensanchamiento de los mercados. Es algo más que eso. Ella reclama y necesita, para poder alcanzar plena efectividad, sustentarse sobre pisos nacionales democráticos. Tiene que extender su aliento hasta la dimensión política y la dimensión cultural. Tiene que saltar por encima del egoísmo de los líderes pequeños que quieren arrinconarla hasta la imposibilidad de la utopía. Tiene que impedir que el Acuerdo de Cartagena, el SELA, la ALADI, el Parlamento Andino, el Parlamento Latinoamericano y tantos otros intentos integracionistas, se conviertan en cruces testimoniantes de fracasos.

Ratifiquemos la certera convicción del Libertador de que sólo unidos nuestros pueblos tienen capacidad negociadora frente a los poderosos de la tierra. Vivimos en un mundo de grandes desequilibrios económicos que afectan a América Latina y a todos los países en desarrollo. Apenas fue del 2,8% anual la tasa promedio de crecimiento del producto mundial en el decenio 1978-1987, inferior en un 33% a la del decenio anterior 1968-1977. Los países en desarrollo del llamado Tercer Mundo tuvieron un débil crecimiento del 1,5% anual en el período 1981-1986. Hay un ensanchamiento de la brecha Norte-Sur. La participación de los países en desarrollo en las exportaciones mundiales disminuyó del 28,6% en 1981 al 20% en 1987. Y su atraso en ciencia y tecnología se revela con dramática crudeza al constatar que sólo cubren el 3% del gasto mundial en esa área, mientras los países desarrollados capitalistas tienen el 70% y los países socialistas de Europa Oriental el resto. Los precios de los productos básicos de los países en desarrollo han caído en términos reales en un 41% entre el segundo trimestre de 1984 y el primer trimestre de 1987, lo que se agrava por la depreciación del dólar en relación a las monedas de los otros países industrializados. El colapso de los precios petroleros a partir de 1986, del cual todavía no nos hemos recuperado, afecta de manera especial a países, como el nuestro, en el cual ese recurso es la casi única fuente de ingresos fiscales y de divisas. La vieja división internacional del trabajo nos asigna el papel de países primario-exportadores y, por eso, vendemos más del 50% de productos sin procesar, un 20% semiprocésado y un 20% procesado. El proteccionismo dificulta el acceso de nuestras exportaciones a los mercados de los países ricos.

No cerremos los ojos ante la tragedia de la deuda externa. Nominalmente, entre 1980 y 1987, se duplicó la deuda externa de los países en desarrollo. En 1980, los países en desarrollo destinaban el 13,1% del ingreso de sus exportaciones al pago del servicio de la deuda; en 1987 destinaron un 23,2%. Y en lo que respecta a América Latina y el Caribe, se pasó, entre los dos años mencionados, del 33,7% al 55,4%. Venezuela está muy cerca de la última cifra mencionada. A lo anterior se añaden las oscilaciones de las tasas de interés y la contracción del financiamiento internacional. El resultado es obvio y grave para los países en desarrollo: se convierten en exportadores netos de capital (América Latina transfirió a los países industrializados 146.000 millones de dólares en los últimos 6 años), tienen balanzas de pago deficitarias y entregan recursos a sus acreedores con notable sacrificio de su desarrollo económico y social. Mi responsabilidad y la situación me obligan a ser prudente. Pero no sé, creo que ante el problema de la deuda externa hay que hacer algo. Sí, hay que hacer algo.

Alcemos la decisión de lograr que la democracia sea, no sólo un proyecto para la libertad, sino también un proyecto para alcanzar el bienestar. En el cumplimiento de ese empeño será instrumento importante la Reforma del Estado, pudiendo reiterar en esta solemne ocasión que aprobaremos los proyectos atinentes a la modernización de nuestra legislación electoral en el período de sesiones de este Congreso que concluye el próximo 15 de agosto. Queremos una democracia con libertad y bienestar que ofrezca pan seguro para que no haya bocas hambrientas, que entregue vivienda confortable para que nadie se degrade en la intemperie,

que dispense eficaces servicios de salud y educación para disponer de recursos humanos sanos y preparados para el trabajo creador, que establezca un régimen de seguridad social de amplia y adecuada cobertura, que se atreva a sancionar y poner en vigencia una reforma tributaria que procure de verdad “la justa distribución de las cargas según la capacidad económica del contribuyente”, que proteja la iniciativa privada sin permitir monopolios y tasas de ganancias *obscenas*, que reserve claramente al Estado las industrias y servicios que el interés público y la conveniencia nacional aconsejen, que dirija y administre la economía con la meta de atacar la marginalidad y el desempleo, que sea capaz de ofrecerle al consumidor precios razonables que no arruinen el poder adquisitivo de su ingreso, que tenga un programa de promoción y desarrollo cultural para que no se dé la oscura gloria de las inteligencias que no pudieron o no supieron ser aprovechadas y que, en fin, esté al servicio de los más y no de unos pocos, de los que nada tienen y no de los que lo tienen todo.

Disponemos de recursos y posibilidades para acometer el desafío del porvenir. Aquel Dorado que buscaron ansiosamente los conquistadores del siglo *xvi* y los colonizadores del siglo *xvii* a orillas de un fantástico Lago Parima, lo encontramos sin haberlo esperado los venezolanos del siglo *xx*. En el Lago de Maracaibo y en Oriente hay inmensas reservas de petróleo que representan una riqueza mayor que la que fue sólo una quimera en la afiebrada imaginación de los aventureros. El petróleo nos puede y nos debe servir para financiar el desarrollo y no para derrochar lo que nos da en el gasto improductivo, en las transferencias privilegiadas que perpetúan desigualdades, en las concesiones de créditos que después no se pagan, en los injustos repartos del excedente económico, en la compra de dólares especulativos para amasar fortunas inmorales, en ostentosas importaciones de bienes de lujo para complacer vanidades insaciables y en la mala gestión de gobiernos incompetentes.

Y, sobre todo, que el dinero del petróleo no caiga como mancha negra sobre nuestra honestidad. “La mejor política es la honradez”, dijo Simón Bolívar en 1820. Y ocho años más tarde, cuando ya no estaba lejos de la muerte, sentenció que “los hombres de luces y honrados son los que debieran fijar la opinión pública”. Refiriéndose al Padre de la Patria, Ramón J. Velásquez ha escrito: “Las virtudes que reclamó a los gobernantes siguen siendo necesarias y los vicios que denunció continúan causando daño, porque virtudes y vicios no se inventan como las modas, sino que forman el código inmutable de la moral”.

Eleveamos a la altura del corazón, al cielo de la conciencia, las palabras del Libertador. Cuando la moral pública se domestica y se hace permisiva, los pillos saltan del tinglado de la feria al gran escenario de la actividad pública, los drogadictos del dinero malhabido se convierten en catones de cartón que se envalentonan y pretenden dictar lecciones a los demás, los cobracomisiones por contratos concedidos dragonean y buscan y consiguen poder político, los traficantes de influencias actúan como bucaneros de la corrupción, los que se anestesian con el licor de la vida sibarita pasan a ser piratas de la vida social y los que nada valen pasan a valer más que los que valen más. Son los que se hacen ricos de repente, los potentados relancinos, los que amasan fortunas entre la noche y el alba, los

que aparecen sorpresivamente con caudales y cuentas bancarias de fuentes inconfesables. Para deshacer ese mundo aberrante y sombrío de los farsantes disfrazados de políticos, para rescatar la ética que dirigentes doblados de comerciantes o comerciantes doblados de dirigentes convirtieron en sueño desflecado, para reconstruir los valores destrozados por los fariseos, alcemos la voz y gritemos en el gran templo de la democracia que ya no puede aplazarse más la hora de recoger las banderas caídas y de predicar el nuevo y eterno evangelio de la honestidad que no admite ni tolera complicidades con los que aparentando adorarla, a diario la crucifican. ¡Qué bueno es poder decir: mi pobreza es mi mayor riqueza!

Ciudadanos Congresantes:

El 5 de julio nos recuerda que ya la patria va a cumplir cinco siglos. Se sucederán los natalicios, pero ella no envejece nunca. Siempre la vemos fresca, como si viviera su primer día. No es sólo aquel pedazo de tierra bajo un pedazo de cielo, de que hablara el poeta. Es emoción que nos sacude cuando la sabemos en trance victorioso. Es pena que nos conmueve cuando sospechamos que puedan sobrevenirle tormentos. Es indignación que nos embarga cuando se le profieren maltratos. Es gozo inmarcesible, alegría indómita, cuando asciende firme, segura de sí misma, alta la frente, con las manos extendidas al encuentro de su gran destino.

Se escoge la carrera pública para hacer patria, que es una faena sin término. No fue justo Anatole France cuando exclamó: "no estoy tan desprovisto de aptitudes como para tenerme que dedicar a la política". Habrá que repetir mil veces que la política no es un combate sin grandeza; ni un juego semántico en el que la maniobra pasa a ser habilidad; la zancadilla, astucia sublimada, la apetencia sin fundamento, ambición legítima. El que se decide por el servicio público y aspira conducir los destinos de un pueblo, no debiera ignorar lo que, según el Tercer Libro de los Reyes del Antiguo Testamento, Salomón le pidió en sueños a su Dios, Yahvé: ¡sabiduría para gobernar!

Ciudadanos Congresantes.

Caracas, 5 de julio de 1988.